

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH



Dissertação

**A Ação Popular e suas estratégias de integração na classe
trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)**

Cleverton Luis Freitas de Oliveira

Pelotas, 2016

CLEVERTON LUIS FREITAS DE OLIVEIRA

**A AÇÃO POPULAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO NA CLASSE
TRABALHADORA DO RIO GRANDE DO SUL (1962-1972)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História

Orientadora: Caroline Silveira Bauer

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

O48a Oliveira, Cleverton Luis Freitas de

A ação popular e suas estratégias para integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972) / Cleverton Luis Freitas de Oliveira ; Caroline Silveira Bauer, orientadora. — Pelotas, 2016.

168 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Ação popular. 2. Classe trabalhadora. 3. Ditadura de segurança nacional. I. Bauer, Caroline Silveira, orient. II. Título.

CDD : 981.65

Banca examinadora:

Profª Drª Caroline Silveira Bauer (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profª Drª Clarice Gontarski Speranza
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

À minha mãe e meu pai, por ensinarem-me a sonhar.

A todas as vítimas das ditaduras de segurança nacional da América Latina.

A todas e todos que ousaram, em todos os tempos, lutar contra a opressão e sonhar com uma sociedade justa e fraterna. Uma sociedade socialista.

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta jornada de pesquisa e escrita, gostaria de agradecer àqueles que, de diferentes formas, contribuem para minha constituição enquanto sujeito histórico. Primeiramente, agradeço ao Deus da vida, aquele que luta, sofre e segue junto de seu povo a caminho da libertação de toda opressão.

Aos meus pais, Luiz e Anadir, por dedicarem imensa parte de suas vidas à mim e meus irmãos. À minha mãe, por trabalhar incansavelmente pelo bem-estar da família e ao meu pai, por se fazer presente diariamente em minha vida, desde a infância. Agradeço-vos não apenas pelas possibilidades que, com muito esforço, criaram em minha vida, como também pela própria vida.

À Kelen, minha irmã, e Cleiton, meu irmão. Por tudo que aprendi com vocês e por aquilo que partilhamos ao longo da vida – inclusive os conflitos, que sempre nos fazem crescer e fortalecer a amizade. Agradeço também à Elen, pela amizade construída, e ao André, também pela amizade e, especialmente, por presentear-nos com Sofia.

À Marília, companheira de vida, por partilhar sonhos, lutas e esperanças comuns. Por tornar a vida mais feliz por meio do amor que cultivamos. Por ser quem és, fazendo-me apaixonar constantemente. Agradeço, também, pelo constante apoio no desenvolvimento deste trabalho. Obrigado, ainda, por colocar em minha vida Jamaica e Fidelino, pequeninos camaradas de grande valor, companheiros em todos os momentos – inclusive neste em que escrevo estas linhas.

À Fabiane e Isabel, queridas primas que, enquanto minha mãe trabalhava, ajudavam meu pai a cuidar-me quando bebê. Ainda que a sociedade machista naturalize este ato de extrema doação – caracterizando-o como “dever delas” –, reconheço-o como genuína expressão de amor e solidariedade.

À Janice, prima querida que, para mim, é como irmã. Obrigado, ainda, por confiar a mim a responsabilidade de ser padrinho da Laura, esta menina muito amada. Agradeço, também, aos demais primos e primas com os quais tive maior ou menor proximidade ao longo vida.

Agradeço também à Caroline, por orientar-me ao longo deste árduo trabalho, mesmo quando sua vida se modificava por completo. Obrigado também por ampliar os restritos laços da relação profissional, desenvolvendo – neste curtíssimo tempo de duração quem tem o curso de mestrado – carinho e amizade.

Ao Juarez, que guiou-me nos primeiros passos de pesquisa sobre o tema, ainda durante a graduação. Sua dedicação à profissão de professor e a perspectiva sob a qual desenvolves teu trabalho foram fundamentais na minha formação. Obrigado, além disso, por tua amizade e companheirismo.

Aos amigos Felipe, Camila, Douglas, Milena e Letícia, por partilhar experiências inestimáveis como a visita a Cuba, mas também pelos muitos momentos simples que vivemos juntos. Obrigado por buscarem fortalecer nossa amizade apesar das distâncias, o que, para mim, demonstra que é mútuo o carinho que nutro por vocês.

Aos amigos e amigas da Pastoral da Juventude da diocese do Rio Grande, com quem aprendi – e aprendo, constantemente – a posicionar-me com firmeza ao lado dos oprimidos, e com quem partilho o sonho de uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Obrigado, ainda, aos membros da Coordenação Regional da PJ – CNBB Sul III entre 2010 e 2014, com quem partilhei sonhos e lutas, vivenciei conflitos, e experimentei a beleza e a complexidade de um planejamento coletivo.

Ao meu grande amigo desde “tempos imemoráveis”, Welligton Natanel, que para mim sempre foi e sempre será o “Nata”. Tua amizade é, para mim, daquelas experiências mais valiosas que me constituem como ser humano. Desejo-te, ainda, que tenhas muito sucesso e muita rebeldia nesta nova jornada como educador físico em formação.

Ao Fernando, inestimável companheiro de todas as horas. Obrigado pelas conversas e debates, com os quais sempre aprendo – embora continue pensando que poderias gritar menos. Obrigado, ainda, por confiar-me a responsabilidade de ser padrinho do teu querido filho Vinícius, aquele lindo e amado guri.

Ao João, outro destes amigos valiosos de “tempos imemoráveis”. Obrigado, inclusive, por ajudar a me ensinar a andar de bicicleta. Dizem que isto, jamais se esquece. Tua amizade, com certeza, também não.

A todos/as aqueles que, por falha da memória, possa ter esquecido de agradecer aqui, mas que foram e/ou são importantes na jornada da minha vida.

Soy... soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que te robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso agüanta cualquier clima

Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, ¡mi hermano!

Si el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva

Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena

Una canasta con frijoles,
Soy Maradona contra Inglaterra
Anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta, es mi cordillera

Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina,
Un pueblo sin piernas, pero que camina

Tú no puedes comprar el viento
Tú no puedes comprar el sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores

(...)

Vamos caminando
Aquí se respira lucha
Vamos caminando
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el caminho

(...)

Vamos caminando
Aquí estamos de pie

¡Que viva la América!

Calle 13 – Latinoamérica

RESUMO

OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. A Ação Popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972). 2016. 168f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta dissertação consiste em um estudo das estratégias de integração da organização política Ação Popular na classe trabalhadora no Rio Grande do Sul, no período entre 1962 e 1972. Tem por objetivo, portanto, compreender seu desenvolvimento, sua natureza, suas formas e as transformações sofridas por elas, bem como suas causas e consequências para a organização e os trabalhadores nelas envolvidos. Para isso, utiliza-se como fontes fundamentais entrevistas realizadas com ex-militantes. Para analisa-las, reflete-se sobre questões como a memória e o uso de fontes orais na pesquisa em História. A pesquisa possibilitou compreender, entre outras coisas, que as estratégias da Ação Popular para aproximar-se da classe trabalhadora, bem como as relações surgidas daí, transformaram-se em decorrência do conflito dialético travado com o Estado, sobretudo após o golpe de 1964.

Palavras-chave: Ação Popular; Classe trabalhadora; Ditadura de segurança nacional.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. A Ação Popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972). 2016. 168f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This dissertation is a study of the integration strategies of the political organization Ação Popular in the working class in Rio Grande do Sul, in the year 1962 to 1972. It aims therefore understand its development , its nature, its forms and transformations undergone by them as well as their causes and consequences for the organization and the employees involved in them. For the fulfillment of these proposal I used interviews with Ação Popular militants and made some reflections about oral sources, memory and history. These research enabled us to understad, among other things, that the strategies of Ação Popular to approach the working class became a result of the dialectical conflict caught with the state, specially after the 1964 civil-military coup.

Keywords: Ação Popular; Working class; National security dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
ADEP	Ação Democrática Popular
ADF	Ação Democrática Feminina
ADP	Ação Democrática Parlamentar
AI-5	Ato Institucional nº5
AL	América Latina
AP	Ação Popular
APML do B	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARS	Aliança Republicana Socialista
CEIS	Comissão Especial de Investigação Sumária
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC	Centro Popular de Cultura
DCE	Diretório Central de Estudantes
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS/RS	Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FEURGS	Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul
GAP	Grupo de Ação Patriótica
GAP	Grupo de Ação Popular
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana

IEPES	Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPESUL	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Seção Rio Grande do Sul
IPM	Inquérito Policial Militar
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MIA	Movimento Intersindical Antiarrocho
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
OBAN	Operação Bandeirantes
OLAS	Organização Latino Americana de Solidariedade
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PCB	Partido Comunista Brasileiro (após 1961)
PCB	Partido Comunista do Brasil (até 1961)
PCdoB	Partido Comunista do Brasil (após 1962)
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RU	Restaurante Universitário
STIMEPA	Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre
SUPRA	Superintendência para a Reforma Agrária
TDE	Terrorismo de Estado
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGES	União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
UIE	União Internacional dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A AÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA	25
1.1 Primeiros passos, primeiras ideias – O nascimento da Ação Popular	26
1.2 1º de Abril de 1964 – o golpe contra a <i>ação popular</i>	40
1.3 O golpe de 1964, a Ação Popular e a classe trabalhadora – História e historiografia	49
1.4 Crises, cisões e a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil	64
2 RELAÇÕES EMERGENTES: A AÇÃO POPULAR DO RS SUAS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO NA CLASSE TRABALHADORA NO PERÍODO PRÉ-GOLPE .71	
2.1 O nascimento da Ação Popular do Rio Grande do Sul	73
2.2 Consolidando a nova organização	79
2.3 Tempos de efervescência	83
2.4 O golpe, a imediata repressão e as tentativas de resistência da Ação Popular do Rio Grande do Sul	90
3 RELAÇÕES PERSISTENTES: A AÇÃO POPULAR DO RS E SUAS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO NA CLASSE TRABALHADORA SOB A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL	102
3.1 <i>No chão das fábricas: A reorganização pós-golpe e a inserção da Ação Popular do Rio Grande do Sul no mundo dos trabalhadores</i>	105
3.2 <i>O povo na rua derruba a ditadura! Outras frentes de atuação política da Ação Popular do Rio Grande do Sul após o golpe de 1964</i>	117
3.3 <i>Trabaia, nega! Trabaia pra enricar alemão! O AI-5 e a partida de militantes para a integração na produção em outros estados</i>	121
3.4 <i>Comer junto, viver junto, trabalhar junto! A reorganização após o AI-5 e a integração na produção no Rio Grande do Sul</i>	131
3.5 <i>Cerco fechado: A repressão e a desarticulação final da Ação Popular do Rio Grande do Sul</i>	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
FONTES	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado à linha de pesquisa Política e Estado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, e consiste em um estudo das estratégias de integração da organização política Ação Popular (AP) na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul no período de 1962 a 1972. Para isso, estudamos a trajetória da organização em nível estadual – relacionando-a com o âmbito nacional e com seu contexto social, político e econômico mais amplo. Neste processo, não consideramos que os trabalhadores apenas aceitaram ou não estas estratégias, mas sim que as incorporaram, de diferentes formas, às suas lutas. A análise em profundidade deste ponto, no entanto, é dificultada – como veremos ao longo do texto – pela escassez de documentação, incluídas as fontes orais.

A Ação Popular (AP) surgiu no ano de 1962, formada principalmente por militantes de esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Além destes jovens, estavam presentes no início da AP militantes cristãos não vinculados à Ação Católica Brasileira (ACB) e alguns não cristãos – chamados independentes. Desde o seu início a AP teve grande importância no movimento estudantil, obtendo inclusive a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) diversas vezes, bem como de entidades representativas regionais, ao longo da década de 1960. Além disso, a AP buscou aproximar-se dos trabalhadores urbanos e rurais, desenvolvendo ações como a alfabetização de adultos e a organização de sindicatos. Em nível nacional, a AP passou por diversas transformações ao longo de sua história, permanecendo atuante até o início da década de 1980¹.

No Rio Grande do Sul, assim como na instância nacional, a AP surgiu basicamente de militantes da JUC e da JEC, logo incorporando também membros

¹RIDENTI, Marcelo. **Ação Popular: cristianismo e marxismo.** In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.) **História do marxismo no Brasil**, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: ed. Da UNICAMP, 2002, p. 233-234 e 254.

da JOC. Há relatos de atuação do “Grupão” (nome não oficial pelo qual era chamada a organização antes do seu I Congresso, em 1963) já em 1961, durante a campanha da Legalidade. Segundo Cristiane Dias, porém, a AP no RS surgiu de maneira formal e organizada a partir de uma reunião entre militantes regionais da JUC e líderes da UNE e da AP nacional, no ano de 1962². É interessante ressaltar que no período de surgimento da Ação Popular o Rio Grande do Sul era governado por Leonel Brizola, grande apoiador e incentivador das reformas de base do governo João Goulart. Em março de 1963, porém, Brizola foi substituído por Ildo Meneghetti, político do conservador Partido Social Democrático, árduo opositor de Brizola, de João Goulart e do projeto das reformas de base. Claudia Wasserman afirma que, desde o início de seu governo, Ildo Meneghetti atuou ativamente na articulação da conspiração contra João Goulart e mobilizou as forças repressivas do Estado, em especial a Brigada Militar, contra os movimentos populares urbanos e rurais anteriormente apoiados por Brizola³.

Apesar desta conjuntura politicamente conservadora no governo do Rio Grande do Sul, a Ação Popular desenvolveu um importante papel no estado neste período, seja na luta pelas reformas de base, na articulação de sindicatos e cursos de alfabetização e nas diversas outras frentes nas quais ela esteve engajada. A inserção de militantes nas secretarias estaduais da Educação e do Trabalho, que será abordada no segundo capítulo da dissertação, demonstra também a dimensão e o alcance não só da Ação Popular, mas dos diversos movimentos que, de uma forma ou de outra, integravam o bloco nacional-reformista naquele momento.

A AP também foi expressiva no movimento estudantil estadual, elegendo alguns presidentes para a União Estadual de Estudantes (UEE), além de diversas outras entidades representativas. Buscou também, desde o seu início, inserir-se de diversas maneiras nas lutas dos trabalhadores. Acompanhando a dinâmica nacional, a AP no RS também passou por transformações e cisões. No Rio Grande do Sul, porém, a organização foi praticamente desestruturada em 1972, com a prisão da maioria de seus militantes.

² DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972**. Dissertação (mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo – UPF, 2011, p. 91.

³ WASSERMAN, Claudia. **O golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil**. In: PADRÓS, Enrique Serra et al (orgs.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): História e memória**. Vol.1. Porto Alegre: Corag, 2010, p. 56-57.

No âmbito pessoal, o interesse pela pesquisa sobre a Ação Popular no Rio Grande do Sul teve início no curso de graduação em História Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande, durante a participação no projeto de pesquisa “Revoluções, Golpes e Movimentos de Resistência: História e memória de processos que marcaram o século XX” coordenado pelo Prof. Dr. Juarez Fuão. Neste projeto foram feitos levantamentos de documentos produzidos pelo DOPS-RS no período da ditadura civil-militar, e resguardados pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Entre estas fontes foram encontrados alguns documentos referentes à Ação Popular no estado, com destaque a um dossiê bastante completo, elaborado pelo Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública no ano de 1972⁴. A partir de então teve início a pesquisa sobre o tema, com a finalidade de produzir o Trabalho de Conclusão do Curso de História Bacharelado⁵.

Inicialmente o estudo foi guiado por algumas questões intrigantes, como a origem basicamente cristã da organização, seu constante esforço em aproximar-se das lutas da classe trabalhadora e as grandes modificações internas ocorridas após o golpe civil-militar de 1964. A partir destas questões o trabalho teve como objetivo empreender um olhar geral sobre a Ação Popular no Rio Grande do Sul, partindo de um levantamento bibliográfico amplo e utilizando como fontes entrevistas realizadas com ex-militantes, documentos produzidos pelos órgãos de repressão da ditadura civil-militar, alguns documentos feitos pela AP e algumas reportagens de jornal. Ao final da breve pesquisa, entretanto, muitas questões não haviam sido suficientemente analisadas – e outras tantas haviam sido formuladas. A proposta de estudar, no curso de mestrado, o mesmo tema com enfoque diferenciado surgiu exatamente da percepção de que ainda havia muitas questões a problematizar, sobretudo a respeito das estratégias de integração da Ação Popular na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul.

A bibliografia estudada, em parte durante a graduação e em parte durante o mestrado, também foi fundamental para uma melhor definição do problema que a pesquisa se proporia a enfrentar. Um dos primeiros livros publicados sobre a AP foi

⁴ Além disso, também foram realizadas pesquisas em processos de pedidos de indenizações de ex-militantes da AP no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e em edições do início da década de 1960 do jornal *Correio do Povo*, resguardados pelo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre.

⁵ OLIVEIRA, Cleverton. **A Ação Popular no Rio Grande do Sul: História e Memória de uma práxis política.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2014.

História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB, de Haroldo Lima e Aldo Arantes, publicado em 1984. Ambos fundadores da AP, os autores narram sua história dando uma ideia de “amadurecimento ideológico” da organização em direção ao maoísmo e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁶. Isto porque no ano de 1973, após amplos debates e algumas cisões, grande parte dos militantes da AP migrou para o Partido Comunista do Brasil, incluindo os dois autores citados. Apesar disso, o livro assume uma perspectiva historiográfica, trazendo inclusive muitas informações relevantes sobre a trajetória da organização. Por este caráter peculiar, é difícil definir a obra de Aldo Arantes e Haroldo Lima como fonte ou bibliografia. Neste impasse, optamos por trata-la com os mesmos cuidados que tratamos as fontes, porém, utilizamos a obra para fornecer importantes informações referentes à História da Ação Popular, a partir da visão de alguém que protagonizou os processos.

A visão de Lima e Arantes sobre a História da Ação Popular já foi bastante criticada por outros autores e até mesmo por outros ex-militantes da AP. Jacob Gorender, por exemplo, defende que a evolução política da AP

[...] não ocorreu de maneira quase retilínea e invariavelmente ascensional em direção à fusão com o PC do B, conforme a interpretação historiográfica de Lima e Arantes. Pelo contrário, até chegar ao ato final da incorporação, supressora da própria identidade, a AP precisou atravessar o campo minado das lutas internas e sofrer grandes perdas de substância partidária⁷.

Além disso, Gorender defende a tese de que, mesmo em sua fase maoísta, a AP não perdeu completamente seu ideário cristão. Na mesma linha de Gorender, Marcelo Ridenti também afirma que a AP jamais se desvencilhou por completo de suas raízes no cristianismo. Uma evidência disso, para o autor, foi a política de integração na produção, adotada a partir de 1967 e massificada na organização em 1969.

Outra obra de grande importância para o estudo da história da Ação Popular no Brasil, e que assim como as demais será retomada no primeiro capítulo, é o livro *Revolucionários sem Rosto: uma história da Ação Popular*⁸, de Otto Filgueiras. Jornalista de formação e profissão, Otto empreendeu vasta pesquisa ao longo de

⁶ LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5ª Ed. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 130.

⁸ FILGUEIRAS, Otto. **Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

quase trinta anos, como informa o professor Mário Maestri no prefácio do livro⁹, o que garante ao seu estudo um largo embasamento nas mais variadas fontes, sobretudo entrevistas com ex-militantes e documentos da organização – todas referenciadas. O livro de Otto Filgueiras é inovador por representar um estudo em profundidade de uma única organização, trazendo detalhes sobre alguns militantes e abordando, inclusive, algumas particularidades regionais da AP. No entanto, trata-se de uma obra organizada em dois volumes, dos quais apenas o primeiro encontra-se nas livrarias – desde dezembro de 2014. A publicação do segundo volume, prevista para o ano de 2015, até o momento não se efetivou.

Em relação à trajetória da Ação Popular no Rio Grande do Sul, porém, existem poucos trabalhos publicados. Esta característica está presente, ainda, em diversos outros aspectos da história recente regional. Conforme Wasserman, “está mais do que na hora de ultrapassarmos o estágio da generalização em nossos estudos sobre a ditadura civil-militar implantada a partir de 1964 no Brasil e nos voltarmos para análises específicas das diversas regiões do país a partir dos estados”¹⁰.

O principal trabalho sobre a história da Ação Popular no Rio Grande do Sul é a dissertação de mestrado de Cristiane Dias, publicada em 2011. Justamente por seu pioneirismo, o estudo pretende empreender um olhar geral sobre a trajetória da organização no estado, traçando paralelos com a sua instância nacional. De maneira mais aprofundada, trata da atuação da AP no movimento estudantil, especialmente na União Estadual dos Estudantes e nos diretórios acadêmicos de Porto Alegre, da integração na produção operária na região metropolitana da capital e do esquema de passagem de militantes para o Uruguai, conhecido como “Esquema de Fronteira”.

A própria Cristiane indica, porém, outras possibilidades de pesquisa no tema, como as células da organização no interior do estado, a alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, a participação de intelectuais, profissionais liberais e religiosos no apoio à organização e as atividades de militantes junto aos trabalhadores rurais no estado¹¹. A partir das leituras acima descritas, de outras que, em sua maioria, serão referidas ao longo do texto e da pesquisa inicial realizada como trabalho de conclusão de curso de graduação, formulamos o problema que

⁹ MAESTRI, Mário. **Prefácio**: Primeiros tempos de luta e esperança. In: FILGUEIRAS, *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁰ WASSERMAN. **O golpe de 1964**: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. *Op. Cit.*, p. 54.

¹¹ DIAS. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul**: 1962-1972. *Op. Cit.*, p. 188.

enfrentamos neste trabalho: Quais foram e como se desenvolveram as estratégias políticas da Ação Popular para integrar-se à classe trabalhadora no estado do Rio Grande do Sul no período de 1962 a 1972?

Compreender estas estratégias, identificando sua natureza, as diferentes formas assumidas por elas, mensurando sua abrangência e percebendo suas modificações e permanências, bem como as causas destas é, portanto, o objetivo do trabalho. Para alcançá-lo, apoiamo-nos, sobretudo, em entrevistas com ex-militantes. Fazemos uso, também, de outros tipos de fontes, mas a fonte oral tem, sem dúvidas, importância fundamental. Algumas das entrevistas foram realizadas ainda no contexto de produção do trabalho de conclusão de curso, no ano de 2013. A primeira delas tem um caráter especial, pois trata-se, na realidade, de uma roda de conversa. Foi realizada no dia 5 de setembro de 2013, contando com a participação de Luiz Antônio Timm Grassi, Marisa Soares Grassi, Maria Josefina Becker, Carmem Craidy e Nilce Azevedo Cardoso, além do iniciante pesquisador que escreve estas linhas. Em um encontro com pouco mais de duas horas de duração foram desenvolvidos os mais diversos temas, em sua maioria marcados pela superficialidade inerente a uma entrevista inicial realizada com tantos entrevistados. A conversa tem, contudo, grande valor para a pesquisa, pois aborda temas relativos ao período inicial da AP no Rio Grande do Sul e contribuiu muito para o início da criação de um vínculo e uma rede de entrevistados, que a partir dali se ampliaria consideravelmente.

A segunda entrevista foi realizada novamente com Carmem Craidy, agora junto de Dilza de Santi. Ainda no ano de 2013, no dia 26 de outubro, conversamos a respeito da participação das duas entrevistadas na Juventude Estudantil Católica; a militância delas no interior do estado – Dilza em Uruguaiana, Carmem em Ijuí; a mudança para a capital; os diferentes caminhos tomados por cada uma ao longo da vida, maiores ou menores inserções na militância em Ação Popular, períodos em que viveram em outros estados, entre outros temas. A entrevista gerou uma fonte importante para o período que vai da constituição da Ação Popular até 1968, ano em que Dilza desloca-se para São Paulo. Naquele mesmo dia realizamos também a entrevista com Antônio Ramos Gomes, militante da Ação Popular de São Paulo que, em 1969, fora para Porto Alegre para integrar-se na produção. Neste caso, o período abordado já era outro, compreendendo um contexto de mais intensa repressão, de pleno desenvolvimento da política de integração na produção e

estendendo-se até o ano de 1972, quando a organização foi desarticulada no estado. Estas foram as três entrevistas realizadas no decorrer do desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso de graduação.

No ano de 2015, já durante o curso de mestrado, realizamos outras cinco entrevistas pessoalmente e uma via e-mail. A primeira delas foi novamente com Dilza de Santi, pois considerávamos que havia ainda muito a conversar com ela a respeito de sua participação na AP do RS, especialmente porque agora tínhamos definido nosso problema de pesquisa. Assim, a entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2015 foi focada nas estratégias de integração da organização na classe trabalhadora. Na primeira entrevista que realizamos com Dilza, ela havia mencionado a importância de conversarmos com Raul Carrion, o que atendemos neste novo momento. No dia seguinte ao encontro com Dilza, realizamos a entrevista com Carrion. Esta, por sua vez, se diferenciou de todas as precedentes por revelar a inserção do militante no movimento operário da região metropolitana de Porto Alegre, nos setores metalúrgico e calçadista. Raul também indicou nomes de militantes operários da Ação Popular do período 1963-1968.

Horas antes da conversa com Raul Carrion, que se iniciou às 14h, encontramos-nos com Nilce Azevedo Cardoso e o pesquisador Thiago Vieira Pires, que também participou da entrevista. A conversa com Nilce teve um caráter bastante amplo, pois pretendia-se atender tanto as expectativas desta pesquisa como as de Thiago. Entretanto, ela se constituiu em fonte fundamental para conhecer as relações com a classe trabalhadora estabelecidas no período 1969-1972, uma vez que Nilce, ao estabelecer-se no Rio Grande do Sul, ficara responsável pelo setor operário da organização na região. Outro benefício do encontro para a pesquisa, que não era esperado, foi o contato com Thiago Pires, que após defender sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), disponibilizou as transcrições de entrevistas realizadas com diversos militantes da Ação Popular, dentre as quais tiveram grande utilidade para nós as de Sérgio Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Santana e Antônia Mara Vieira Loguércio.

No dia 18 de setembro de 2015 realizamos as duas últimas entrevistas presenciais da pesquisa. Pela manhã, encontramos-nos com Sebastião Velho, trabalhador do setor calçadista de Novo Hamburgo, membro da JOC e militante da Ação Popular indicado a nós por Raul Carrion. O único dentre os três indicados,

diga-se de passagem, com o qual conseguimos estabelecer contato. A entrevista com Sebastião representa, nesta pesquisa, uma fonte diferenciada, pois consiste no relato de um trabalhador que aderiu à organização como forma de articular a luta por melhores condições de salário, de trabalho e de vida e contra a ditadura de segurança nacional.

Ainda no mesmo dia, entrevistamos José Loss. Militante que, conforme ele mesmo, teve pouca atuação na AP do Rio Grande do Sul, tendo sido mais ativo na Juventude Universitária Católica. Loss nos ajuda a compreender, no entanto, o papel daqueles que circulavam em torno da organização cumprindo funções específicas como dar abrigo a um militante, articular fugas da repressão, entre outras. Além disso, trata das complexas relações da Ação Popular com a Igreja Católica e o cristianismo, presentes sobretudo – ou de forma mais clara – no período inicial da organização.

O diálogo que estabelecemos por e-mail com Antônio Carlos Rodrigues da Silva, com algumas correspondências trocadas entre dezembro de 2014 e março de 2016 foi, por fim, importante para levantar informações a respeito da pequena experiência da Ação Popular com a integração na produção na zona rural do Rio Grande do Sul. Ainda que a entrevista não nos permita conhecer a fundo como se deram as relações com os trabalhadores rurais, ela traz a percepção de que esta experiência não teve grande sucesso, não conseguindo estabelecer um trabalho profícuo ou uma célula da organização nas regiões onde foi desenvolvida.

Como se pode perceber, o *corpus* documental no qual se baseia a pesquisa aqui apresentada é constituído, fundamentalmente, de fontes orais – cumprindo os documentos de outra natureza papéis complementares. São fontes, portanto, constituídas a partir da memória dos entrevistados. Por isso, faz-se necessário refletir sobre este conceito que, conforme Michel Pollak, pode ser entendido como “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”¹². Considerando esta interação social, a memória não caracteriza uma repetição do passado, mas sim uma “reconstrução que cada um realiza dependendo da sua

¹² POLLAK, Michael. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 2.

história, do momento e do lugar em que se encontra”¹³. Pollak também afirma, neste sentido, que “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”¹⁴. Colocada na cena social, em meio aos conflitos de classes, a memória também entra em disputa. Pollak chama a atenção para as “memórias subterrâneas” que, por não terem espaço na cena social, são mantidas no silêncio, até que em momentos de crise afloram, exacerbando a disputa existente¹⁵. Sendo espaço e objeto de disputa, a memória é fonte privilegiada para a pesquisa histórica, desde que se tenha clareza de que, como afirmamos acima, ela não corresponde à repetição do passado. Por isso é importante o olhar crítico sobre a memória enquanto fonte e sua complementaridade com outros materiais, imperativos colocados, na realidade, sobre qualquer tipo de fonte.

No caso das ditaduras de segurança nacional do cone sul latino-americano, a disputa pela memória é marcada pelo esquecimento e pelo silêncio. Este esquecimento, muitas vezes, é induzido, imposto de cima para baixo. Padrós denomina este tipo de apagamento da memória de *desmemoria*, que, além disso, está ligada também ao “silêncio e [...] apagamento de parte da própria história”¹⁶.

Este apagamento induzido, sem dúvidas, visa proteger toda a cadeia promotora do Terrorismo de Estado, desde os torturadores e assassinos até os generais ditadores e empresários financiadores da ditadura, impedindo a formação da consciência histórica das gerações futuras e isolando os sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos na luta por justiça. Deste modo, estabelece-se um “círculo vicioso no qual o desconhecimento (amnésia social), o imobilismo e a impunidade se tornam parte de uma engrenagem que até agora tem se mostrado exitosa”¹⁷.

Além disso, há também outro tipo de silêncio, que se impõe às vítimas como condição necessária para a sobrevivência pós-traumática. Ao tratar das vítimas do Holocausto, Pollak afirma que as pessoas que sofrem traumas e perseguições deste tipo muitas vezes assumem esta postura com a intenção de se proteger, evitando

¹³ PADRÓS, Enrique. **Usos da Memória e do Esquecimento na História**. Letras, Santa Maria, n.22, Jan/Jun. 2001, p. 80.

¹⁴ POLLAK. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL**. *Op. Cit.*, p. 4.

¹⁵ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4.

¹⁶ PADRÓS, Enrique. **HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E ARQUIVOS REPRESSIVOS**. Florianópolis, v.1, n.1, Jan/Jun., 2009, p. 36.

¹⁷ PADRÓS *et al.*, **Memória, verdade e justiça: as marcas das ditaduras do Cone Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011, p.36.

provocar o sentimento de culpa naqueles que colaboraram ou, ao menos, assistiram imóveis a sua perseguição¹⁸.

Neste momento, uma importante observação se faz necessária: ao utilizar o termo “vítimas” para designar aquelas pessoas que sofreram perseguição política e repressão por parte do Estado durante a ditadura de Segurança Nacional, visamos ressaltar o caráter terrorista assumido pelos Estados do Cone-Sul no período. A intenção é demonstrar que os/as torturados/as, mortos/as e desaparecidos/as políticos foram vítimas da ditadura de segurança nacional, que tinha o Terrorismo de Estado como instrumento, mas também o foram todos os trabalhadores urbanos que tiveram seus direitos e salários cortados e sindicatos fechados ou controlados, os camponeses e indígenas que tiveram suas terras tomadas, muitas vezes suas vidas ceifadas e suas memórias apagadas sob o silêncio armado, os estudantes que tiveram seus currículos adequados às exigências da *United States Agency for International Development* (USAID) e suas agremiações criminalizadas e as novas gerações, filhas da “cultura do medo” criada pelo Terrorismo de Estado. Enfim, são vítimas da ditadura de segurança nacional todos/as aqueles/as negativamente afetados/as pelas transformações do sistema capitalista, colocadas em prática pelas classes dominantes durante o regime de exceção.

Entretanto, a simples categorização dos sujeitos que construíram a história que aqui é estudada como “vítimas” pode, como alerta Ricard Vinyes, prejudicar o entendimento racional do processo histórico. Preocupado com a história da Guerra Civil Espanhola, o Franquismo, a memória constituída destes processos e o papel do Estado no período da transição para a democracia, Ricard Vinyes afirma:

[o *status* de vítima...] es un *estatus* que facilita al Estado desviar la responsabilidad política de sus actuaciones o prevenciones. El motivo obedece a que la víctima, por el dolor que a padecido, genera un consenso en las reparaciones económicas, consenso basado en la *piedad*, no en la causalidad histórica –que obligaría a un posicionamiento político del Estado–, evitando o apaciguando así los conflictos en los juegos de hegemonías políticas. Conflictos que derivarían del reconocimiento, no a las víctimas, sino a los valores políticos de los cuales era portadores antes de ser víctimas. Esta actitud ha creado una burocracia reparadora que en la práctica mantiene, y estimula, el *estatus* de víctima, separando el sufrimiento de las causas políticas que lo han provocado [...] ¹⁹.

¹⁸ POLLAK, **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Op. Cit.*, p. 5.

¹⁹ VINYES, Ricard. **La memoria del Estado**. In: VINYES, Ricard (org.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009, p. 55-56.

A questão aqui colocada é exatamente esta: a Ação Popular foi uma organização, sobretudo, política. Seus militantes foram sujeitos políticos. O horror dos relatos de perseguição e tortura não deve, por isso, nos manter presos ao estatuto de vítimas. É necessário, para os fins deste trabalho, enxergar o sujeito político, suas ideias, convicções e ações. Vinyes alerta que a redução ao conceito de “vítima” não só atrapalha o conhecimento histórico, separando o sofrimento das causas políticas que o provocaram, como facilita ao Estado a negação de suas responsabilidades, tratando o ocorrido como uma espécie de “tragédia”²⁰. É necessário, em síntese, ultrapassar a dicotomia entre vítima e sujeito. No caso das ditaduras de segurança nacional, os sujeitos políticos envolvidos em organizações de oposição aos regimes foram vítimas dos aparatos repressivos, sem por isso deixar de ser sujeitos.

Ao longo do segundo e do terceiro capítulo, quando necessário, as reflexões sobre a memória e o uso de fontes orais na pesquisa histórica serão retomadas. No primeiro capítulo da dissertação estudamos a Ação Popular em âmbito nacional, passando por sua formação e consolidação, as transformações ocasionadas pelo golpe de 1964, as divergências internas, as cisões e a constituição, em 1971, da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B). Concomitantemente, abordamos questões essenciais do contexto político, econômico e social do período estudado, através do diálogo com a bibliografia especializada. Além disso, em um interlúdio no primeiro capítulo, tratamos da bibliografia existente sobre a Ação Popular, a esquerda do período e temas correlatos, traçando críticas aos chamados “autores revisionistas” contemporâneos e apontando questões que necessitam de maior esclarecimento.

No segundo capítulo passamos a tratar diretamente da Ação Popular do Rio Grande do Sul e suas estratégias de integração na classe trabalhadora. Analisamos a formação da organização em âmbito estadual, suas primeiras atividades, a consolidação de sua hegemonia no movimento estudantil, a atuação dos militantes em diversas áreas no período marcado pela “efervescência” política, cultural e social (1962-1964) e seus primeiros contatos organizados com a classe trabalhadora através da inserção de militantes nas secretarias da Educação e do Trabalho no ano de 1963, durante o governo de Ildo Meneghetti.

²⁰ *Ibid.*

O terceiro e último capítulo da dissertação aborda a revitalização da AP no Rio Grande do Sul após o choque sofrido com o golpe de 1964, a inserção no movimento operário através da formação de células entre os metalúrgicos e os calçadistas da região metropolitana de Porto Alegre, o movimento estudantil e outras frentes de trabalho da AP no período. Além disso, a implementação da política de integração na produção, iniciada por volta de 1966 e radicalizada em 1969, é analisada através das experiências de militantes do Rio Grande do Sul que se deslocaram para outros estados do Brasil e daqueles que, vindos de outros locais – especialmente São Paulo – inseriram-se na militância no RS. Por fim, abordamos o processo que culminou na desarticulação final da Ação Popular no Rio Grande do Sul no ano de 1972, marcado por cisões, crises e, principalmente, uma forte ofensiva do aparato repressivo.

1 A AÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA

Este capítulo aborda a história da Ação Popular no Brasil, sobretudo entre 1962 e 1972, relacionando-a com o contexto político, econômico e social do País naquele período. De forma geral, é construído a partir de bibliografia sobre o tema, de modo a situar o leitor nas análises que serão desenvolvidas no segundo e terceiro capítulos.

Partimos da criação da AP no início da década de 1960, analisando suas práticas iniciais e os primeiros documentos produzidos por ela. Relacionando o surgimento da AP com o contexto do governo João Goulart e da efervescência política e social daquele período, pretendemos perceber de que forma a organização se posicionou a respeito de temáticas relevantes como a das reformas de base.

No segundo ponto, abordamos o golpe de Estado de 1964, entendido como um golpe de classe. São estudadas sua elaboração, articulação e efetivação, bem como suas imediatas consequências para o movimento social popular e as organizações políticas – dentre elas, a Ação Popular. As transformações ocorridas no interior da AP como resposta ao golpe, bem como as formas pelas quais ela reagiu ao novo contexto também são abordadas neste item.

O terceiro ponto pode ser compreendido como um interlúdio no texto. A narrativa que articula a história da Ação Popular com o contexto no qual ela se desenvolveu dá lugar a reflexões sobre o conceito de classe trabalhadora e a discussões sobre a bibliografia existente a respeito da esquerda do período – em especial a AP. A partir disso, construímos uma crítica às versões revisionistas contemporâneas da história envolvendo o golpe de 1964, a ditadura civil-militar e o papel desempenhado pelos trabalhadores, o movimento social popular e as organizações de esquerda neste período. Ainda que aparentemente deslocada do texto, esta reflexão nos parece fundamental para situar historiograficamente nossa pesquisa e dispor de elementos teóricos para as análises desenvolvidas nos outros capítulos.

Por fim, retomamos a dinâmica inicial para abordar a fase da história da Ação Popular marcada por cisões e crises. No quarto ponto, estudamos a Ação Popular nacional entre 1966 e 1971, quando ela se transforma em Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. De forma bastante superficial, é abordada a fase final da organização, entre a incorporação de grande parte dos militantes ao PCdoB em 1973 e o início da década de 1980, quando ela se dissolve completamente.

1.1 Primeiros passos, primeiras ideias – O nascimento da Ação Popular

O feriado de Carnaval do ano de 1963, na cidade de Salvador, capital da Bahia, foi marcado por algo além das tradicionais festas populares. Naqueles dias, nas dependências da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cerca de sessenta pessoas²¹ realizaram o congresso de fundação da Ação Popular. Neste encontro foi aprovado o Documento-Base desta organização, que definia suas principais referências teóricas e orientava seus militantes para a prática política²². Desta forma, adquiria organicidade nacional este que foi um importante agrupamento político das décadas de 1960 e 1970, e cuja trajetória é objeto central de análise neste capítulo.

Fundada oficialmente em 1963, a Ação Popular, no entanto, já vinha sendo articulada há algum tempo. No ano de 1961 um grupo de pessoas ligadas ao líder estudantil Vinícius Caldeira Brandt, de Belo Horizonte (MG) criou a sociedade civil Ação Popular, que passou a editar um jornal homônimo²³. Em 1962 aconteceram duas reuniões com o intuito de articular a nova organização. Embora haja divergências sobre os locais e as datas, é provável que a primeira tenha acontecido em 11 de maio, no convento dos Dominicanos de Belo Horizonte²⁴. Nela, foi

²¹ Não há registros de presença deste congresso. No entanto, Otto Filgueiras afirma, com base em diversos depoimentos de ex-militantes, que participaram dele “seis dezenas de moças e rapazes” (FILGUEIRAS. **Revolucionários sem rosto**: uma história da Ação Popular. Op Cit., p. 111).

²² *Ibid*, p. 111.

²³ *Ibid*, p. 90.

²⁴ Esta hipótese é apresentada por Otto Filgueiras, baseado em depoimento do padre Henrique Vaz, participante da reunião. Filgueiras afirma ainda, também baseando-se em informações do padre Vaz, que a segunda reunião aconteceu em julho de 1962, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FILGUEIRAS. **Revolucionários sem rosto...** Op. Cit., p. 91-92). Já Aldo Arantes e Haroldo Lima afirmam, no livro publicado em 1984, que a primeira reunião teria acontecido “no início de 1962”

aprovado o documento chamado Estatuto Ideológico, foi eleita uma coordenação nacional com representações de quatorze estados e foi escolhido o nome Grupo de Ação Popular (e a sigla GAP) para a nova organização²⁵. Pouco tempo depois o nome foi abandonado para evitar confusão com o Grupo de Ação Patriótica (também conhecido pela sigla GAP), organização de extrema direita surgida na mesma época. Devido a esta situação, a organização passou a denominar-se provisoriamente Grupão, nome que, no entanto, remete a articulações ainda mais iniciais, datadas do fim da década de 1950²⁶. A segunda reunião de pré-fundação da AP, como ficaram conhecidos os encontros de 1962, aconteceu provavelmente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no mês de julho, e nela foi rediscutido e reformulado o documento anteriormente aprovado, que passou a se chamar Esboço do Estatuto Ideológico²⁷, e foi adotado o nome Ação Popular (e a sigla AP)²⁸.

O grupo de militantes que fundaria a AP teve origem majoritariamente na Igreja Católica, em especial na Juventude Universitária Católica, na Juventude Estudantil Católica e na Juventude Operária Católica, que faziam parte da Ação Católica Brasileira especializada. Fundada em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, a ACB era marcada inicialmente por uma ideologia de direita, próxima do integralismo²⁹. Conforme Hugo Duarte, é possível identificar na ideologia da ACB uma forte influência do *ultramontanismo*, corrente de pensamento católica que teve força entre 1800 e 1960, caracterizada pela rejeição da filosofia e da ciência moderna, uma condenação da liberal-democracia burguesa, do capitalismo e do comunismo/ socialismo e um saudosismo medieval³⁰. No ano de 1950 a Ação Católica Brasileira foi reestruturada segundo o modelo francês, sendo então criadas as especializações (além das já citadas JUC, JEC e JOC, havia a Juventude Agrária Católica [JAC] e a Juventude Independente Católica [JIC]). Todas

em São Paulo, enquanto a segunda teria sido em junho do mesmo ano, em Belo Horizonte (LIMA & ARANTES. **História da Ação Popular**: da JUC ao PCdoB. *Op. Cit.*, pp. 35-36). Por não apresentar outras fontes que não suas próprias memórias, pela imprecisão de suas datações e por não deixar claro se participaram ou não das referidas reuniões, Arantes e Lima têm maior probabilidade de terem se equivocado nesta questão.

²⁵ FILGUEIRAS, Otto, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 91-92.

²⁶ Alguns militantes, como Carmem Craydi, afirmam que a Ação Popular “começou a ser articulada em cinquenta e oito, cinquenta e nove, que era o Grupão, que foi antecessor da AP” (Carmem Craydi. Porto Alegre, 26.10.2013. Retomaremos este tema no segundo capítulo.

²⁷ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 92.

²⁸ LIMA & ARANTES, **História da Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 36.

²⁹ RIDENTI, Marcelo. **Ação Popular**: cristianismo e marxismo. *Op. Cit.*, p. 214.

³⁰ DUARTE, Hugo. **A Ação Popular e a questão do humanismo**: das origens cristãs ao marxismo (1963 – 1973). Dissertação (mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 07.

essas organizações, inicialmente, valorizavam a hierarquia e entendiam que “a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade”³¹. Eram, portanto, organizações política, social e ideologicamente conservadoras.

A partir da segunda metade da década de 1950, no entanto, diversas transformações no Brasil e no mundo colaborariam para alterar esta situação. No período de governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) o Brasil vivia um intenso processo de modernização, baseado sobretudo na criação de condições para a entrada de capital externo no país. Esta internacionalização da economia acarretou a expansão da acumulação capitalista e o aumento da dependência econômica do país em relação às potências imperialistas. Os principais setores econômicos impulsionados pelo Plano de Metas – pacote de medidas do governo JK para garantir as referidas condições para o capital internacional – foram a indústria automobilística, a de construção naval, de produtos químicos e farmacêuticos e de maquinaria e produtos elétricos³². No entanto, a modernização da economia brasileira nesse período teve graves consequências sociais como o aumento da concentração de terra e de renda e a desvalorização da força de trabalho³³.

No ano de 1956 a esquerda estudantil retomou a presidência da União Nacional dos Estudantes e, naquele contexto de rápidas transformações, os estudantes organizados projetavam-se politicamente, participando e exercendo pressões em importantes debates nacionais. Os jovens militantes da Ação Católica, em especial os universitários da JUC, inseridos neste contexto, começavam a mudar de postura e a transformar seu entendimento da realidade. Eram também impulsionados por mudanças vindas do interior da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), em especial as ideias de autores humanistas cristãos como Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin e o pontificado progressista de João XXIII, a partir de 1958. Além disso, o contato com discussões acerca de uma possível Revolução Brasileira, o ascenso geral dos movimentos sociais populares e o impacto no Brasil das lutas anticoloniais e anti-imperialistas, especialmente a Revolução Cubana de 1959, impulsionavam aqueles jovens à mudança. Desta forma, Ridenti afirma que a atitude da JUC neste período

³¹ RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 215.

³² DUARTE, **A Ação Popular e a questão do humanismo...** *Op. Cit.*, p. 22.

³³ *Ibid*, p. 23.

deixava de ser passiva. Ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente, tratava-se de agir em nome de Deus para transformar *as estruturas*, criar uma ordem socialmente justa, baseada nos princípios cristãos. [...] Os destinatários da salvação passavam a ser *as massas humanas*, cuja plena realização estaria obstruída pelas estruturas econômicas, sociais e políticas existentes, que urgia modificar³⁴.

A partir de então a JUC se envolveu gradativamente em importantes discussões políticas brasileiras na transição da década de 1950 para 1960, levando para o movimento estudantil as reflexões feitas na organização sobre humanismo e socialismo. Certamente este não foi um movimento da totalidade da organização, no entanto envolveu grande parte dela, articulando-se principalmente através das chamadas “Equipes de Política” da JUC. Alguns setores, porém, tendiam a permanecer no imobilismo e no seguimento irrestrito dos dogmas católicos. Esta divisão interna não era bem vista pelo alto clero da instituição, cuja maioria defendia que a organização deveria permanecer afastada de temas políticos e sociais. Estava aberto assim o conflito entre a recém-formada ala à esquerda da JUC e a hierarquia católica, que a partir disso apenas se aprofundaria.

No ano de 1961 a JUC conseguiu eleger um representante para a direção da União Nacional dos Estudantes. Aldo Arantes foi eleito em chapa conjunta com integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que gerou polêmica entre o clero. Além disso, como presidente da UNE, Arantes assinou um documento reconhecendo a legitimidade da União Internacional dos Estudantes (UIE), entidade fortemente identificada com o comunismo. Com isto os antagonismos entre a JUC e o clero católico se intensificaram, culminando na expulsão de Aldo Arantes dos quadros da organização. Neste período, porém, muitos *jucistas* já sentiam a necessidade de priorizar e ampliar o espaço para a luta política, criando uma organização sem laços formais com a Igreja Católica³⁵.

A luta estudantil por uma reforma universitária no país, no ano de 1962, propiciou o cenário para a criação desta organização. Durante a Caravana da UNE-Volante, que percorria as principais cidades do país propondo discussões sobre a reforma universitária, líderes estudantis da JUC – como Herbert José de Souza, o Betinho – dialogavam e estabeleciam contatos com “jovens, padres, profissionais liberais, parlamentares, intelectuais e dirigentes sindicais, católicos ou não”, a fim de

³⁴ RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 217.

³⁵ LIMA & ARANTES, **História da Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 30-31.

formar uma “nova organização política de presença nacional em alternativa à JUC e também ao Partido Comunista Brasileiro”³⁶. Contatos feitos, foram então realizadas a primeira e a segunda reunião de pré-fundação e, menos de um ano depois, o I Congresso da Ação Popular. A nova organização herdara da JUC a sua capilaridade nacional, além de influências teóricas presentes – junto de muitas outras – no Documento-Base. Uma breve análise deste texto pode ajudar bastante na compreensão do que foi a Ação Popular neste primeiro momento.

Já nas primeiras linhas do documento, a Ação Popular revela um aspecto herdado da Ação Católica Brasileira: o método dialético de entendimento e transformação da realidade denominado “Ver, Julgar e Agir”. Assumido em sua essência, o método foi modificado na sua forma para explicitar a ruptura da Ação Popular com a Igreja Católica. Diz o documento: “Visão, opção e ação traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento mesmo da nossa presença à história de que não somos espectadores, mas atores conscientes”³⁷.

Sendo assumido enquanto guia do trabalho teórico e prático da Ação Popular, o movimento metodológico de ver, optar e agir aparece na própria escrita do Documento-Base. Este é organizado em quatro pontos fundamentais: O primeiro trata da perspectiva histórica da organização e é subdividido em “Perspectiva Histórica Mundial” e “Perspectiva histórica latino-americana”. O primeiro tópico ocupa-se basicamente de uma explicação sobre o desenvolvimento capitalista mundial e o avanço dos movimentos de socialização. Revela fortes influências marxistas em diversos pontos, como nas concepções de separação e antagonismo entre trabalho e capital e a consequente divisão classista da sociedade. O segundo tópico apresenta a história latino-americana como evolução de uma dominação que coloca o continente como “objeto da história dos outros”³⁸ e que cria as condições para o desenvolvimento contemporâneo da luta anti-imperialista.

O segundo ponto do documento expõe sua perspectiva filosófica, preocupando-se com a questão da natureza da consciência humana. O terceiro ponto discute o socialismo. Levantando um histórico das experiências socialistas no mundo, a organização toma posições críticas em relação a alguns aspectos e

³⁶ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 90.

³⁷ AÇÃO POPULAR. **Documento-base**, 1963. In LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil**: Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 119.

³⁸ *Ibid*, p. 127.

afirmativas em relação a outros. No quarto e último ponto do documento a organização debate sobre a realidade brasileira, apontando caminhos, dificuldades e traçando estratégias para a construção da sociedade socialista no Brasil. Embora todo o documento seja interligado por um constante esforço em analisar a realidade brasileira, inserida em um contexto global e traçar estratégias correspondentes às demandas identificadas nesta realidade, fica claro que cada ponto discutido expressa mais especificamente um dos momentos metodológicos do Ver, Julgar e Agir – ou visão, opção e ação. Assim, o primeiro ponto corresponde ao momento da visão histórica, ou análise da realidade estrutural; O segundo e parte do terceiro constituem expressões das opções firmadas pela nova organização; Parte do terceiro e o quarto ponto correspondem ao momento de traçar estratégias de ação. Apesar desta separação didática, porém, a visão, as opções e as linhas de ação da AP somente podem ser compreendidas se tomado o documento como um todo, pois cada ponto se relaciona dialeticamente aos outros.

Inicialmente, o documento afirma o compromisso com o homem, revelando fortes influências do humanismo cristão nesta fase da organização. Este humanismo, porém, está longe de ser ingênuo, não desconsiderando as divisões classistas da sociedade. Afirma o documento que, por causa da alienação do trabalho, o homem “não reconhece o homem. Domina-o para utilizá-lo”³⁹. Sendo assim, a libertação das estruturas de classe da sociedade é vista a partir de uma perspectiva humanista, pois possibilita o reconhecimento mútuo entre humanos em detrimento das relações de dominação. Neste sentido, afirma ainda o documento:

[...] quando falamos de *capitalismo* e *socialismo*, não nos interessa um sistema abstrato de relações econômicas, mas uma possibilidade concreta de realização do homem dentro do processo de socialização em cujo sentido a história inelutavelmente se move⁴⁰.

Assumindo o processo de socialização da humanidade em sociedade, a AP situa o surgimento do socialismo “primeiro como crítica imanente do capitalismo, logo como exigência histórica da sua superação real”⁴¹. Em relação ao marxismo, porém, a Ação Popular mantém ressalvas. Apesar disto, reconhece-o como “expressão mais profunda e rigorosa da crítica ao capitalismo e [...] interpretação

³⁹ *Ibid*, p. 122.

⁴⁰ *Ibid*, p. 120.

⁴¹ *Ibid*, p. 124

teórica da passagem ao socialismo”⁴². Suas críticas ao materialismo histórico concentram-se na sua suposta concepção de “consciência-reflexo”, na necessidade de implantação da ditadura do proletariado e na afirmação do marxismo como único caminho para o socialismo. Essencialmente, as críticas se referem às características de correntes dogmáticas, muito fortes no materialismo histórico-dialético da época.

Na discussão sobre a natureza da consciência humana, a Ação Popular afirma assumir uma concepção realista da consciência, que consiste basicamente no reconhecimento de relações dialéticas entre a consciência humana e o mundo que o cerca. Afirma o documento:

A partir da concepção realista da consciência, a noção de *consciência histórica* insere na dimensão do tempo humano a articulação dialética do homem e do mundo. Supera a concepção materialista da história que não escapa à coisificação da consciência pela sua sujeição aos determinismos do mundo. Não incide na concepção idealista que atraiçoa as responsabilidades históricas concretas pela fuga para o abstrato⁴³

Este trecho revela um importante aspecto da crítica ao marxismo presente na Ação Popular deste período. Ao se referir à “concepção materialista da história” ou “da consciência”, a organização critica o seu caráter mecânico, anti-dialético. Critica, na realidade, as expressões dogmáticas do marxismo presentes na intelectualidade e na política da época, que enxergavam as questões superestruturais da sociedade como mero reflexo de sua base estrutural, negando na prática sua articulação dialética.

Outra crítica da organização em relação ao marxismo diz respeito à necessidade da ditadura do proletariado na transição ao socialismo. A organização afirma que esta demonstrou suas limitações e riscos quando da sua implementação na Revolução Russa de 1917. A decorrente centralização do poder nas mãos do Estado é criticada pela AP a partir de uma perspectiva diferente, porém, daquela assumida pelos liberais. A organização afirma que:

Historicamente [...] a revolução marxista opera a transposição da posse e controle dos bens de produção ao Estado que, liderado pelo PC, dirige o processo revolucionário. Essa transposição muitas vezes tem perdido a perspectiva dialética da superação das alienações, criando novo pólo de dominação (estatal) com o surgimento de uma burocracia dominante. [...] Para nós, o que caracteriza a dominação do estatismo, que tanto pode se

⁴² *Ibid*, p. 125.

⁴³ *Ibid*, p. 132.

dar em um mundo capitalista, quanto em nome de uma perspectiva socialista, não é tanto o fato de o Estado tudo possuir, mas sim o fato de que este Estado não seja realmente o resultado da convergência das vontades populares⁴⁴.

Aqui, a objeção se dirige claramente às experiências protagonizadas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), nas quais a participação popular nas tomadas de decisões foram muitas vezes deixadas de lado em nome de um ideal socialista. De maneira bastante crítica, a AP denuncia estas práticas como formas de substituição da dominação privada pela dominação estatal. Apesar disso, a organização reconhece os avanços das experiências socialistas no sentido de romper com tais dogmatismos, citando os casos da Polônia, da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e da Própria União Soviética pós-Stalin. Afirma que nestes países, bem como em Cuba e em outros do terceiro mundo que já vivenciavam a experiência socialista, as modificações implantadas criavam “melhores condições para a realização humana”⁴⁵. Quanto à também polêmica questão da aplicação ou não de uma “violência revolucionária”, o documento afirma apenas que “a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência”⁴⁶.

Por fim, a AP faz uma ressalva à ideia de que apenas o marxismo ofereceria um caminho para o socialismo. Neste sentido, a organização faz opção pelo socialismo humanista⁴⁷, colocando o homem como centro do sistema produtivo, voltado então para satisfazer as suas necessidades, ao invés daquelas impostas pelo mercado. Assim, reafirma tanto sua concepção “realista” da consciência, em detrimento da suposta “consciência reflexo” do marxismo, como as críticas às formulações mais dogmáticas do materialismo-histórico.

Em sua análise da realidade brasileira, a AP identifica uma necessidade burguesa de racionalizar o processo de exploração capitalista. Para isso, a burguesia criara algumas alternativas, como o moralismo político, que visa consolidar uma autoridade de Estado, os planos de estabilização monetária, mais receptivos às pressões internacionais e, por fim, o reformismo, que consistiria em realizar reformas não-estruturais no capitalismo com o objetivo de atender parcialmente as principais demandas sociais e possibilitar um maior avanço do

⁴⁴ *Ibid*, p. 136-137.

⁴⁵ *Ibid*, P. 136.

⁴⁶ *Ibid*, p. 137.

⁴⁷ *Ibid*, p. 126.

capitalismo. Segundo o documento, todos estes planos constituem, cada um a seu modo, tentativas de “instauração de um neocapitalismo, que permita o sucesso do desenvolvimento burguês, evitando as tensões suscetíveis de provocar, pela radicalização das massas, alteração na estrutura social e no sistema de exploração vigente”⁴⁸.

Reconhecendo o reformismo como uma estratégia de perpetuação e aprofundamento do capitalismo – contrário, portanto, à sua orientação socialista – a AP nega a tese da burguesia nacionalista. Em fins da década de 1950 e início de 1960 havia uma forte tendência, assumida inclusive pelo Partido Comunista Brasileiro, em defender a existência de uma burguesia nacionalista contrária aos interesses do grande capital multinacional e/ou nacional associado. Deste modo, segundo esta tendência, seria necessário criar as condições para a consolidação do capitalismo antes de partir para a etapa propriamente socialista da revolução. Negando por completo a validade desta tese, a Ação Popular defendia que a Revolução Brasileira seria imediatamente socialista.

Considerando que esta tese não passava de uma enganação gerada pelo próprio sistema capitalista e suas tentativas reformistas, a AP faz uma crítica indireta à atuação do PCB e de organizações sindicais e estudantis vinculadas a ele. Diz o documento que

Diante da inexistência de uma vanguarda revolucionária e de um trabalho eficaz de uma organização de massas, na ausência de uma denúncia da estrutura capitalista, sua atuação [das forças populares] tem-se limitado a uma participação na política burguesa e a uma agitação colocada antes em função de opções já postas pela classe dominante que a serviço da formação de uma consciência política das massas trabalhadoras, o que não impede, entretanto, seu crescimento⁴⁹.

Deslegitimando em parte as organizações existentes de seu papel de vanguarda da luta revolucionária, a AP mesmo se encarrega de assumir esta função. O trecho do documento no qual a organização se afirma como “vanguarda revolucionária” exprime uma auto visão bastante superestimada, revelando por um lado um pouco de ingenuidade nos seus militantes e, por outro, certa arrogância intelectual frequente em setores da esquerda surgidos no âmbito da classe média universitária. Eis o texto:

⁴⁸ *Ibid*, p. 140.

⁴⁹ *Ibid*, p. 140-141.

Impõe-se assim nosso trabalho no sentido de levar a massa às organizações sindicais, fortalecer a sua vanguarda política, criar condições de seu aparecimento onde elas não existam, e sobretudo conduzir o processo de conscientização através de uma crítica constante do sistema capitalista e da apresentação da perspectiva socialista⁵⁰.

Apesar desta autocaracterização enquanto movimento de vanguarda, a Ação Popular se distinguia de algumas outras organizações justamente por uma visão da luta revolucionária na qual o pobre, o oprimido é sujeito de sua libertação. Neste sentido, a AP opta por uma política de preparação revolucionária, que consistia em “mobilizar o povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização”. Propõe-se, porém, a tarefa de “elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade”⁵¹.

Para atingir tal objetivo, a Ação Popular percebe a necessidade de desenvolver um canal de diálogo com outros setores anti-imperialistas e revolucionários, bem como dar prioridade ao trabalho com organizações operárias e camponesas. Esta última característica levantada é bastante interessante, uma vez que, ao menos em seus primórdios, a AP era formada basicamente por estudantes. Ela revela, portanto, que os militantes que aprovaram o Documento-Base já reconheciam a necessidade de aproximar-se das lutas operárias e camponesas, a tal ponto de fixar esta aproximação como prioridade para a organização. Mais do que uma aproximação, na realidade, o reconhecimento desta prioridade revela uma intenção da AP em tornar-se também uma organização de operários e camponeses.

Antes de finalizar o seu Documento-Base, porém, a Ação Popular reconhece a importância de setores “não prioritários” como o movimento estudantil, que “tem se fundado gradualmente na linha de aliança com as classes populares e da remoção de obstáculos à criação de uma consciência revolucionária na intelectualidade”⁵². Este duplo reconhecimento da importância do movimento estudantil e da intelectualidade para a revolução completa os setores básicos nos quais a AP iria atuar ao longo de sua trajetória: o setor estudantil, o operário, o camponês e o setor da intelectualidade ou pequena burguesia, como foi chamado. Por fim, o Documento-Base reafirma a opção pela política de preparação revolucionária, o

⁵⁰ *Ibid*, p. 142-143.

⁵¹ *Ibid*, p. 142.

⁵² *Ibid*, p. 143.

posicionamento de diálogo com outras organizações e a necessidade de colocar-se na vanguarda da luta revolucionária no Brasil.

Com a criação e aprovação deste documento se encerrava o processo de fundação da AP. No entanto, desde seus primeiros passos, a nova organização encontraria um cenário político conturbado e polarizado. Diversas forças sociais se antagonizavam em torno do projeto político a ser assumido pela nação. O poder executivo, tendo à sua frente o presidente João Goulart, representava um bloco nacional-reformista que objetivava empreender reformas no capitalismo brasileiro, possibilitando seu pleno desenvolvimento através de medidas que melhorariam as condições de vida e elevariam os níveis de consumo da população. René Dreifuss afirma que é possível caracterizar o governo João Goulart como nacional-reformista, diferenciando-o portanto dos governos populistas, a partir de medidas como a lei de restrição das remessas de lucros enviadas pelas multinacionais às suas matrizes no exterior, a tentativa de conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo, os reajustes do salário mínimo, o estabelecimento de uma política de controle de preços, a tímida e inicial reforma agrária, medidas de controle da especulação financeira e as propostas de reestruturação dos sistemas tributário, eleitoral e educacional⁵³.

Conforme citado anteriormente, desde o período de governo de Juscelino Kubitschek diversos movimentos sociais atuavam politicamente, de maneira organizada. Em 1962 foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), com a intenção de unificar e coordenar nacionalmente as lutas dos trabalhadores⁵⁴. Este organismo, embora não reconhecido pela estrutura sindical oficial, mobilizava-se em torno de reivindicações como o aumento de 100% no salário mínimo, a efetivação do salário-família, já existente no papel, o direito de greve, a redução do custo de vida, o 13º salário e em apoio às lutas camponesas, à elegibilidade de analfabetos e suboficiais das Forças Armadas e às chamadas reformas de base⁵⁵.

Nas zonas rurais as Ligas Camponesas constituíram uma das mais importantes formas de organização da classe trabalhadora. Inicialmente fomentadas

⁵³ DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 131-132.

⁵⁴ BRASIL – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório: textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014, vol. 2, p. 56.

⁵⁵ Conjunto de medidas defendidas por João Goulart que incluíam as reformas agrária, bancária, urbana, fiscal, administrativa e universitária. (Fonte: Dossiê Jango, CPDOC/FGV, disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base).

pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)⁵⁶, por volta de 1945, e revitalizadas pela dinamização da Liga do Engenho da Galiléia a partir de 1959, conforme relatam Lima e Arantes⁵⁷, as Ligas foram um instrumento de luta independente do controle governamental e tiveram como seu principal líder Francisco Julião. Levantando o grito pela “Reforma Agrária na lei ou na marra”, as Ligas ora apoiavam e incentivavam o reformismo do governo, ora o pressionavam para assumir mais radicalmente a luta pelas reformas.

Além disso, o Governo João Goulart incentivou a criação de sindicatos rurais por todo o país, em uma tentativa de fomentar a organização dos camponeses e obter seu apoio ao projeto de reformas, evitando a instabilidade provocada pela total independência das Ligas. Desta forma, segundo Bandeira, o número dos sindicatos rurais saltou de aproximadamente 300, em 1963, para cerca de 1500, em março de 1964. Goulart ainda reconheceu a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), instrumento de organização que contou, em sua formação, com a participação de organizações de esquerda, entre elas a Ação Popular⁵⁸.

O movimento estudantil, por sua vez, se fortalecia e se diversificava. Organizações como o Partido Comunista Brasileiro, frações da Juventude Universitária Católica e, após 1962, a Ação Popular penetravam profundamente no movimento universitário, disputando e vencendo eleições para a direção de importantes entidades representativas, como a União Nacional dos Estudantes e muitas das Uniões Estaduais de Estudantes. O movimento estudantil secundarista também estava fortemente organizado, representado nacionalmente pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e lutando principalmente pelo direito à escola pública, além de apoiar, de maneira geral, os esforços reformistas do governo.

⁵⁶ Até o ano de 1962 o Brasil tinha apenas um partido comunista. O PCB, Partido Comunista do Brasil, fora fundado em 1922. No ano de 1961 seu nome foi alterado para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se a sigla PCB, em uma estratégia da cúpula partidária para conseguir o registro eleitoral. Um grupo de dirigentes que mantinha, desde 1956, uma divergência interna no PCB declarou-se logo contrário à mudança do nome, iniciando a organização de um novo partido. Em 1962, o grupo concluiu o que chamou de reorganização do “verdadeiro” Partido Comunista do Brasil, conhecido a partir de então pela sigla PCdoB. Até hoje ambos os partidos, PCdoB e PCB, reivindicam-se como o “verdadeiro” partido comunista fundado em 1922. Cf.: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. *Op. Cit.*, pp. 39-40.

⁵⁷ LIMA & ARANTES, **História da Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 17.

⁵⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001, p. 120.

Como se pode perceber, apesar de o Documento-Base da AP identificar o reformismo como uma estratégia para a permanência e o aprofundamento da exploração capitalista no Brasil, situando a Ação Popular em uma posição crítica em relação às reformas de base, na prática a organização acabou unindo forças com aqueles que lutavam por estas reformas, colaborando com o projeto de governo de João Goulart e seus aliados como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Esta participação se deu de maneira direta, através da inserção de militantes em secretarias e ministérios, e de forma indireta, através do engajamento de militantes em movimentos e organizações inspirados pelo reformismo.

Nesta colaboração com os esforços reformistas do período a Ação Popular enxergou uma possibilidade de realizar a aproximação com camponeses e operários prevista em seu Documento-Base, além de pressionar para a radicalização das lutas. Deste modo, em diversas regiões do país a AP engajou-se no Movimento de Educação de Base (MEB) da Igreja Católica. Inicialmente, este movimento foi uma forma encontrada pela hierarquia católica de promover a alfabetização de camponeses, conferindo-lhes uma melhoria de vida e afastando-lhes das organizações revolucionárias. Apesar disso, Ridenti afirma que o MEB acabou por se constituir, no início dos anos 1960, um espaço de atuação política para católicos de esquerda, grande parte deles militantes da AP. Conforme Otto Filgueiras, o primeiro material didático do MEB com características politizadas, que partia da realidade dos camponeses para desenvolver a alfabetização, foi o Livro de Leitura para Adultos, escrito em 1962 por Josima de Godoy e Norma Coelho, baseado no método de alfabetização de Paulo Freire⁵⁹. Através deste trabalho a AP conseguiu iniciar uma aproximação significativa com camponeses em algumas regiões, criando núcleos e formando lideranças da organização no meio rural. Manoel Conceição dos Santos, por exemplo, é um trabalhador rural que teve contato com a AP quando foi aluno do MEB, em 1962. Mais tarde tornou-se uma importante liderança da luta camponesa, fundando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Pindaré Mirim e compondo a direção da Ação Popular⁶⁰.

De forma semelhante, a AP se engajou em cursos de alfabetização desenvolvidos a partir da experiência revolucionária do educador pernambucano Paulo Freire. Diversos cursos deste tipo foram colocados em prática no início dos

⁵⁹ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 102.

⁶⁰ RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 233.

anos 1960, contando com importantes participações de muitos militantes da Ação Popular. Além disso, como já citado, a AP participou da organização de sindicatos rurais promovida pela Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), órgão federal criado em 1962, e da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, o que também propiciou uma aproximação em relação às lutas camponesas⁶¹.

Um dos mais importantes líderes nacionais da Ação Popular, Jair Ferreira de Sá, de Minas Gerais, por exemplo, esteve sempre engajado nas lutas de operários e camponeses. Ao contrário da maior parte dos fundadores da AP, Jair não participou da JUC. No entanto, antes da criação da Ação Popular atuou na JOC e na JAC, e depois no MEB⁶². Como coordenador nacional do setor camponês da AP, Jair esteve presente no congresso de fundação da CONTAG, em 1963, e em conjunto com militantes do PCB articulou a chapa que venceu as eleições para a diretoria da confederação. Quatro militantes da AP participaram da gestão⁶³.

Buscando por em prática as diretrizes do Documento-Base, a AP também se inseria no movimento operário. Neste setor, no entanto, o PCB ainda era hegemônico. Conforme Filgueiras, a Ação Popular criou bases nas minas de ouro e prata de Nova Lima, Minas Gerais; Na Bahia, na refinaria da Petrobrás de Mataripe e junto aos metalúrgicos de Salvador; na indústria de óleos vegetais do Ceará; junto dos mineiros de carvão em Criciúma, SC; e com os metalúrgicos no Rio Grande do Sul⁶⁴. Nestas frentes de trabalho, de forma geral, as relações da AP com a JOC – através de membros desta organização que ingressavam na Ação Popular, mas também daqueles que permaneciam na JOC e mantinham contatos com a AP – foram fundamentais.

Esta atuação colocava a AP no centro das disputas pela definição de um projeto político-social para o país, ao lado de muitas outras organizações políticas populares. Conforme Otto Filgueiras, no período entre 1962 e o golpe de 1964 a Ação Popular chegou a ter mais de cinco mil militantes⁶⁵. Ainda que a maior parte destes permanecesse no movimento estudantil, a nova organização encontrava meios de atuar junto à classe trabalhadora – pondo em prática as diretrizes de seu

⁶¹ *Ibid*, p. 234.

⁶² FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 93.

⁶³ *Ibid*, p. 187-188.

⁶⁴ *Ibid*, 2014, p. 188.

⁶⁵ *Ibid*, 2014, p. 239.

Documento-Base. No entanto, visando acabar com o clima de efervescência política e social, setores da classe dominante acabariam por desfechar um duro golpe antipopular e antidemocrático no ano de 1964, inaugurando um longo período de medo e terror, austeridade e repressão.

1.2 1º de Abril de 1964 – o golpe contra a *ação popular*

Em dois sentidos distintos podemos compreender o “movimento” civil-militar⁶⁶ de 1º de abril de 1964 como um golpe contra a *ação popular*. Em primeiro lugar, ele visava o esmagamento das lutas sociais do povo brasileiro, em especial da classe trabalhadora. O texto temático nº2 do segundo volume do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, de dezembro de 2014, afirma que “os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura militar”⁶⁷. A constatação dos relatores é evidenciada pelos seguintes acontecimentos:

pela violência anterior ao golpe, praticada nos estados em que os governadores, forças militares e policiais, articulados com o governo norte-americano, já estavam conspirando contra o governo federal, bem como pelos duros ataques, desde as primeiras horas, impostos aos trabalhadores e a seus órgãos representativos de classe. Evidencia-se, também, pelas políticas econômicas e sociais desenvolvidas pela ditadura militar e pelo número de vítimas das graves violações sofridas, na comparação com vítimas de outras classes sociais⁶⁸.

Desta forma, análises como a de René Dreifuss e Moniz Bandeira, que identificam no golpe de Estado de 1964 um “episódio da luta de classes”⁶⁹, são reafirmadas. De fato o movimento golpista visou – e em grande medida, conseguiu –

⁶⁶ Atualmente existe um amplo debate historiográfico sobre o emprego do termo “golpe civil-militar” para designar o desfecho do movimento golpista que derrubou o presidente João Goulart e implantou a ditadura no Brasil em 1964. Consideramos que seu uso seja válido, desde que sejam identificados os “civis” apontados, evitando o risco de demasiada generalização e de pulverizar a “culpa” pela ditadura, pelo Terrorismo de Estado e por seus crimes na “sociedade brasileira”, recaindo em revisionismo. Outros termos podem ainda ser empregados, como “golpe empresarial-militar” – como propõe o próprio Dreifuss (1981, *Op. Cit.*), pioneiro em utilizar o termo civil-militar – ou “golpe burguês-militar”, desde que sejam sempre identificados os grupos e interesses envolvidos.

⁶⁷ BRASIL – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, **Relatório**: textos temáticos. *Op. Cit.*, p. 56.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 56.

⁶⁹ BANDEIRA, **O Governo João Goulart...** *Op. Cit.*, p. 204.

desorganizar a classe trabalhadora. Em análise clássica sobre o tema, Maria Helena Moreira Alves concluiu que à medida que a ditadura tentava desorganizar a oposição – incluindo a classe trabalhadora organizada – e esta respondia se reorganizando de outras formas, o regime recrudescia⁷⁰. Trata-se, portanto, de uma oposição dialética. Neste sentido, Yuri Carvalho afirma que a classe trabalhadora organizada, “apesar das cassações, prisões, torturas e mortes, vindas junto com as intervenções nos sindicatos, traçou novas táticas de atuação”, reorganizando-se através das oposições sindicais, nos anos de 1967 e 1968, resultando nos “comitês de fábrica, nas paralisações, nas manifestações e, finalmente, nas greves que mobilizaram milhares de operários”⁷¹. Segundo o autor, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), instrumento jurídico utilizado pela ditadura para fechar ainda mais o cerco à sua oposição, era uma resposta à “reorganização da classe trabalhadora, que dava provas irrefutáveis de contestação à opressão econômica e social que vivia, e dos movimentos populares oposicionistas, como o movimento estudantil”⁷².

No entanto, há ainda outro sentido para a expressão “golpe contra a ação popular”: sendo uma das organizações que, como foi demonstrado acima, se encontrava inserida nas lutas populares por melhores condições de vida, a Ação Popular também foi alvo direto da repressão durante a ditadura de segurança nacional.

Formulada basicamente pelo National War College, de Washington, nos Estados Unidos da América (EUA), e apropriando-se também da experiência francesa na guerra contra a Argélia, a doutrina de segurança nacional (DSN) serviu de embasamento ideológico para as ditaduras latino-americanas das décadas de 1950 a 1980. Segundo Comblin, a semelhança entre as doutrinas em diferentes países da América Latina (AL) é tão grande que torna, por si só, impossível ignorar a ação imperialista dos Estados Unidos na difusão e aceitação desta doutrina. Segundo o autor

A Doutrina de Segurança Nacional, vinda do exterior, em vez de passar por um processo de refeição devido às particularidades dos países envolvidos, resulta, na realidade, em uma desnacionalização da vida social e política de

⁷⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**, (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005.

⁷¹ CARVALHO, Yuri. “**Se dez vidas tivesse, dez vidas daria**”: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: UFSM, 2014, p. 65.

⁷² *Ibid*, p. 63.

cada um deles, ao ponto de dar a impressão de que, nesses regimes, a sociedade escapa ao controle do homem⁷³.

Assim, é possível falar em um núcleo comum das ditaduras de segurança nacional latino-americanas do período, no qual se encontra, por exemplo, a prática do Terrorismo de Estado (TDE). Entendido como “sistema específico de poder das ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional”⁷⁴, o TDE foi estrategicamente implantado por meio de práticas caracterizadas, segundo Caroline Bauer, pela

[...] produção de informações a partir da ‘lógica da suspeição’; pelo sequestro como forma de detenção; pela realização do interrogatório e da tradição inquisitorial das práticas policiais; pela presença das torturas físicas e psicológicas; pela censura e desinformação; e, principalmente, pela prática do desaparecimento forçado de pessoas, característica específica da repressão desses regimes⁷⁵.

É importante ressaltar que o objetivo principal do Terrorismo de Estado era, conforme Padrós, a destruição das “organizações e [...] indivíduos que representavam perigo de resistência ao projeto de internacionalização da economia e da hegemonia do capital internacional e de seus associados locais”⁷⁶. A consequência deste terror foi “a formação de uma ‘cultura de medo’ como condição necessária e o resultado estratégico esperado”⁷⁷, com a qual nossas sociedades, de forma geral, convivem até o presente.

Além do uso da DSN como justificação teórica e ideológica e do Terrorismo de Estado como sistema de poder, outros pontos ainda aproximam e identificam as ditaduras de segurança nacional latino-americanas. Entre eles, por exemplo, está o já estudado estabelecimento de complexos burocrático-empresariais e militares que congregaram a elite orgânica de cada país em torno do objetivo de defender a posição do ocidente capitalista. Conforme Dreifuss,

Essas várias organizações, que surgiram principalmente depois de 1955, assemelhavam-se em seu objetivo final e na composição de seus patrocinadores e recrutas, embora os métodos de operação utilizados

⁷³ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978, p. 16.

⁷⁴ PADRÓS, Enrique. **Terrorismo de Estado**: Reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos; RUBERT, Sylvania. **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Ed. Deriva, 2014, p. 13.

⁷⁵ BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012, p. 29.

⁷⁶ PADRÓS, **Terrorismo de Estado...** *Op. Cit.*, p. 16.

⁷⁷ BAUER, . **Brasil e Argentina...** *Op. Cit.*, p. 29.

fossem extremamente variados e, em alguns casos, talvez contraditórios. Apesar disso, ou precisamente em decorrência da riqueza de experiências variadas, era comum a troca de informações, perícia e indivíduos militantes, assim como a concomitância de membros em diferentes organizações nacionais⁷⁸.

Justamente esta troca de informações entre diversas organizações nacionais, bem como a clara colaboração da *Central Intelligence Agency* (CIA) com várias delas, explicita a ação imperialista dos E.U.A. na articulação dos diversos golpes de Estado ocorridos na América Latina nas décadas de 1950, 1960 e 1970 e as subsequentes implantações das ditaduras de segurança nacional, que tinham o objetivo de deter a efervescência política naqueles países.

Além disso, Cláudia Wasserman alerta para outro objetivo das ditaduras de SN: o de aprofundar o modelo de produção e desenvolvimento capitalista na A.L. Esta intensificação gerou, entre outras coisas, a

progressiva desnacionalização da economia [...], o desmantelamento do setor capitalista (não monopólico) de estado, a pauperização absoluta da classe operária, o cancelamento do Estado bem-feitor, a centralização de capitais e a transformação pró-monopólica da agricultura⁷⁹.

Desta forma, fica claro o caráter de classe do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, bem como de seus equivalentes no restante da América Latina. Em síntese, podemos dizer que a ditadura de segurança nacional brasileira – bem como suas congêneres latino-americanas – objetivou destruir e impossibilitar as resistências a um processo de intensificação do modelo de exploração capitalista, atendendo aos interesses imperialistas dos Estados Unidos da América, dos grandes empresários brasileiros e estrangeiros com investimentos no país e de latifundiários. Para alcançar este objetivo, implementou o Terrorismo de Estado, articulando práticas como a tortura, o sequestro e o desaparecimento em um sistema repressivo elaborado e sempre aperfeiçoado. Desta forma, o golpe de Estado de 1964 foi desferido também contra a Ação Popular.

Ela não ficaria, entretanto, imóvel diante de tudo o que acontecia. Otto Filgueiras relata que pouco tempo depois do golpe a Ação Popular participou de uma tentativa de resistência armada. O plano consistia em retirar o suposto “líder

⁷⁸ DREIFUSS, 1964: A conquista do Estado... *Op. Cit.*, p. 169.

⁷⁹ WASSERMAN, Cláudia. **O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil.** In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. **Ditaduras Militares na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 35.

marinheiro” conhecido como cabo Anselmo e o militante da AP Alípio de Freitas das dependências da Embaixada do México. Em conjunto com a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) e com militares nacionalistas de esquerda seria iniciada uma guerrilha rural, provavelmente na região norte do país. Aprovada a participação da AP no plano, por meio de reunião do Secretariado Nacional, foi determinado que a militante Isa Guerra comandaria a ação. E assim foi. Conforme Otto, ela entrou na embaixada no dia 22 de maio de 1964, entregou uma arma ao Cabo Anselmo e o retirou do local, sendo auxiliada na fuga por outros militantes da AP e também por marinheiros. No dia seguinte, no entanto, a polícia prendeu vários dos envolvidos na fuga de Cabo Anselmo, incluindo Isa Guerra. Segundo Otto Filgueiras, este episódio gerou uma das primeiras suspeitas a respeito da conduta de Cabo Anselmo, que posteriormente seria identificado como informante e colaborador do aparato repressivo da ditadura civil-militar⁸⁰.

O fato é que a ação fez com que os órgãos repressivos direcionassem sua atenção para a AP. Além das prisões de importantes militantes, membros da Coordenação Nacional, como Isa Guerra e Cosme Alves Ferreira Neto, outros líderes da organização passaram a ser perseguidos, como Herbert José de Souza e Jair Ferreira de Sá⁸¹. Dadas as circunstâncias, os dois últimos resolveram sair do país juntamente com Aldo Arantes, também da Coordenação Nacional da AP e perseguido desde o golpe por trabalhar na SUPRA. Foram para o Uruguai⁸², onde procurariam articular uma resistência com Leonel Brizola e seus aliados, e de onde retornariam apenas em 1965⁸³. Neste período a Ação Popular passou por uma crise profunda, pois além da perseguição de seus líderes praticamente todos os seus postos de ação política estavam sendo desarticulados. As ações em parceria com os governos e com a Igreja Católica eram canceladas, ou passavam por processos de “limpeza ideológica”, que significava a retirada de pessoas consideradas subversivas

⁸⁰ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 240-243.

⁸¹ *Ibid*, p. 243.

⁸² O Uruguai foi o principal destino de exilados brasileiros logo após o golpe de 1964, que almejavam escapar das punições impostas pela chamada “operação limpeza”. Entre os exilados havia funcionários públicos, estudantes, operários e políticos. Em sua grande maioria, eram pessoas ligadas ao governo deposto ou aos movimentos sociais que o apoiavam e o pressionavam. A este respeito, ver: FERNANDES, Ananda. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: As conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

⁸³ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 245-247; 262.

de suas equipes. O movimento estudantil estava desarticulado, com o incêndio da sede da UNE e a criação da Lei nº4.464, de 9 de novembro de 1964, que colocava na ilegalidade as representações estudantis existentes. Além disso, muitos líderes estudantis haviam abandonado a militância ou deixado o país para escapar da repressão. O movimento sindical enfrentava, além da perseguição de seus líderes, as intervenções nas entidades representativas. Conforme o Relatório Final da CNV foram nomeados 235 interventores entre março e abril de 1964. Naquele ano seriam 452 intervenções, sendo 409 em sindicatos e 43 em federações⁸⁴.

Com a saída de Betinho, Jair e Aldo do país, a Coordenação Nacional da AP ficou a cargo de Sérgio Vassimon, de São Paulo. Sérgio e seus companheiros paulistas divergiam dos líderes exilados quanto à possibilidade de resistência armada à ditadura que se instalava. Optavam por tentar garantir a segurança dos militantes e, aos poucos, refazer as frentes de trabalho político. Essa não era, no entanto, a única divergência existente na AP nesse período. Em Minas Gerais alguns militantes, como o padre Henrique Lima Vaz, avaliavam positivamente uma proposta feita por Ernesto Geisel para que a AP assumisse um papel de oposição consentida e moderada ao regime⁸⁵. A contradição seria agudizada com o retorno de Betinho, Aldo e Jair ao Brasil, em 1965, e com a aprovação de nova orientação política para a AP e eleição de nova direção, a partir de então chamada de Comando Nacional – explicitando as influências da Revolução cubana entre os dirigentes. O grupo era composto por Duarte Pereira, Betinho, Aldo Arantes, Sérgio Motta e o ex-deputado Paulo Wright, que já havia estado em Cuba fazendo treinamento de guerrilha⁸⁶.

O novo documento se chamava Resolução Política, ou Uma Política Revolucionária para o Brasil, e foi aprovado em junho de 1965. Seu objetivo era “definir uma política possível, mas uma política possível revolucionária”⁸⁷ para a Ação Popular e para o Brasil. De início, reafirma a importância do Documento-Base e diz ser necessário conhece-lo, entende-lo e, em seguida, completa-lo. As deficiências apontadas no texto anterior são, principalmente, relativas “à linha política e considerações de ordem estratégica”⁸⁸. Uma análise comparada da

⁸⁴ BRASIL – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**: textos temáticos. *Op. Cit.*, p. 58.

⁸⁵ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 304.

⁸⁶ *Ibid*, p. 262.

⁸⁷ AÇÃO POPULAR. **Resolução Política**, 1965. *Apud* FILGUEIRAS, 2014. *Op. Cit.*, p. 265.

⁸⁸ *Ibid*, p. 266.

Resolução Política e do Documento-Base demonstra como a organização se transformava em resposta às mudanças políticas nacionais, ou seja, em oposição dialética à ditadura estabelecida em 1964. Logo se percebe que a principal motivação do texto está em suprir o silêncio do Documento-Base em relação à luta armada como estratégia revolucionária. Assim, em lugar da vaga afirmação de que “a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência”⁸⁹ a Resolução Política propõe que

só uma estratégia revolucionária libertará a AL. [...] E a sua política é a revolução socialista, como a sua estratégia será a luta insurrecional, conduzida através de uma união de todas as forças revolucionárias da AL⁹⁰.

Assim como o Documento-Base, a Resolução Política não esquece da importância da história e das análises estruturais e conjunturais para o estabelecimento de uma política revolucionária. Assim, afirma que são necessárias “1) Visão do processo histórico; 2) Visão da etapa histórica atual; 3) Visão da realidade nacional; 4) As teses políticas; e 5) A estratégia revolucionária”⁹¹. No entanto, é mais enfático do que o documento inicial ao afirmar que todas as lutas progressistas mundiais, como as de libertação nacional do mundo subdesenvolvido, estão necessariamente “referidas à contradição básica e à luta fundamental entre capitalismo e socialismo”⁹².

Apesar das diferenças em relação ao Documento-Base, existem também algumas permanências. É o caso, por exemplo, do humanismo. Embora esteja mais distante das ideias dos pensadores cristãos, a AP mantém uma visão de mundo marcada pelo humanismo, o que é claramente expresso no seguinte trecho da Resolução:

Não encaramos o socialismo apenas como um sistema abstrato de relações econômicas, mas, sobretudo e essencialmente como uma exigência e uma possibilidade concreta de humanização do homem, dentro do processo de socialização em cujo sentido se move. Justamente para que esse sentido humanista não se perca, nem se distorça o processo de socialização pela

⁸⁹ AÇÃO POPULAR. **Documento-base**, 1963. In LIMA, Luiz Gonzaga, 1979. *Op. Cit.*, p. 137.

⁹⁰ AÇÃO POPULAR. **Resolução Política**, 1965. *Apud* FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 271.

⁹¹ *Ibid*, p. 267.

⁹² *Ibid*, p. 267.

alienação do homem, é que se faz necessário por em relevo a unidade fundamental entre socialismo e democracia⁹³.

Além de remeter a um trecho do Documento-Base já citado neste texto, sobre a negação dos sistemas econômicos enquanto abstrações, a citação acima revela outro ponto fundamental da política revolucionária formulada pela Ação Popular em 1965: a valorização da democracia. Esta também não é entendida pela organização como uma abstração, muito menos é tomada como um valor, algo essencialmente bom. Pelo contrário: a democracia capitalista é veementemente criticada, entendida como “restrita e contraditória: [onde] sob uma igualdade formal repousam as profundas desigualdades reais do capitalismo”⁹⁴. “Por isso”, segue o documento, “a democracia só se pode realizar plenamente quebrando as estruturas capitalistas”⁹⁵.

Por fim, cabe ressaltar a influência da experiência revolucionária cubana na Resolução Política de 1965 da Ação Popular. O documento afirma que a guerra de guerrilhas,

cuja eficácia já está confirmada por várias experiências históricas e cuja estratégia, sistematizada a partir mesmo dessas diversas experiências, se adapta bem às condições em que se terá de desenvolver a luta revolucionária no Brasil⁹⁶.

De acordo com as experiências guerrilheiras da América Latina, sobretudo a partir da sistematização feita por Ernesto “Che” Guevara sobre a Revolução Cubana⁹⁷, a Resolução Política reconhece o campo como local mais favorável para a guerrilha, e afirma que “é impossível conseguir a vitória sem a mobilização política do povo, extensa e profunda”⁹⁸. No entanto, ao buscar nas experiências de outros países uma inspiração, não deixa de levar em consideração as determinações específicas do Brasil, concluindo que estas tornam “difícil, embora não impossível, a luta revolucionária”⁹⁹ no país.

⁹³ *Ibid*, p. 273.

⁹⁴ *Ibid*, p. 273.

⁹⁵ *Ibid*, p. 273.

⁹⁶ *Ibid*, p. 277.

⁹⁷ GUEVARA, Ernesto. **A Guerra de Guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

⁹⁸ AÇÃO POPULAR. **Resolução Política**, 1965. *Apud* FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...**

Op. Cit., p. 278.

⁹⁹ *Ibid*, p. 278.

As novas diretrizes políticas da Ação Popular, com base na premissa de que a história “é o resultado da ação que exercemos sobre as condições que nos são dadas”¹⁰⁰, orientavam os militantes a não aguardar um momento melhor para agir. Como o próprio texto diz, “entre a temeridade e a covardia, nossa posição deve ser a da ousadia sensata”¹⁰¹. Com a vitória desta posição, muitos dos militantes contrários a ela acabaram deixando a organização. Apesar disso, foi quando ficaram definidas as novas diretrizes que o trabalho político da AP começou a ser retomado com mais força. Rearticulando o Movimento Estudantil, a Ação Popular conseguiu eleger militantes seus para a presidência da UNE em 1965 e 1966. Antônio Xavier e José Luiz Moreira Guedes foram eleitos, respectivamente, no 27º e no 28º Congresso da entidade¹⁰². O setor camponês da organização também se rearticulava, tendo já como principal líder o trabalhador rural Manoel da Conceição, de Pindaré-Mirim no Maranhão, que aderira à AP quando participou de cursos de alfabetização do MEB¹⁰³.

Otto relata que Jair Ferreira de Sá e Maria José Jaime, conhecida como Bizeh, foram designados para estabelecer contatos com os operários do ABC paulista. Segundo Filgueiras, os dois iam para a região de duas a três vezes por semana e participavam de discussões com operários sobre o movimento sindical e a necessidade de criar organizações paralelas aos sindicatos oficiais, vigiados de perto pela repressão¹⁰⁴. Assim, com estas e outras ações neste sentido, a Ação Popular retomava e/ ou fortalecia a militância nos setores definidos como prioritários. Apesar da repressão, a classe trabalhadora e seus aliados buscavam alternativas para resistir. Embora exista um senso comum que coloca o povo brasileiro como “pacífico e ordeiro”, e que por isso não teria resistido à ditadura, muitos estudos têm levantado esta discussão, apontando para uma maior complexidade nas relações da classe trabalhadora com as organizações de esquerda e com o Estado ditatorial. Para melhor compreender como se desenvolveram as estratégias da Ação Popular para integração às lutas da classe trabalhadora neste contexto, é necessário que conheçamos minimamente estas discussões.

¹⁰⁰ *Ibid*, p. 265.

¹⁰¹ *Ibid*, p. 266.

¹⁰² FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 297; p. 315.

¹⁰³ *Ibid*, p. 337.

¹⁰⁴ *Ibid*, p. 293.

1.3 O golpe de 1964, a Ação Popular e a classe trabalhadora – História e historiografia

Neste momento, antes de tudo, se faz necessário clarificar minimamente um conceito que temos usado de forma livre: o de classe trabalhadora. Tendo como referência as contribuições teóricas fundamentais de E. P. Thompson, entendemos que só se pode pensar em classe trabalhadora em relação (geralmente de oposição) a outras(s) classe(s). Assim, somente podemos compreendê-la com a análise dos processos históricos nos quais ela se envolve – processos de luta de classes, que abrangem não somente oposição e confrontação diretas, mas também cooptação, colaboração, consenso. Conforme Thompson:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição¹⁰⁵.

Desta forma, negamos a redução do conceito a um “tipo ideal”, fora do processo histórico. Ressaltamos, assim, a importância de se analisar a classe trabalhadora dentro do processo social de luta de classes que gerou o golpe de 1964. Por outro lado, é também importante analisá-la no processo histórico de implementação e desenvolvimento da ditadura de segurança nacional no Brasil, que se iniciou com o golpe de Estado e se caracterizou também como um ponto crítico da luta de classes. Discussões recentes sobre o tema têm procurado ampliar o conceito, visando adequá-lo às transformações ocorridas no mundo do trabalho no contexto do neoliberalismo e da globalização, quando se questiona inclusive a existência de uma classe trabalhadora. A precarização das relações de trabalho, nas suas mais variadas formas, impôs um questionamento sobre a tradicional imagem do trabalhador como um operário fabril. No entanto, este questionamento aponta não só para o presente, mas também para o passado. Um dos principais motes desta ruptura tem sido o estudo do trabalho escravo, entendido a partir de então

¹⁰⁵ THOMPSON, Edward. **Prefácio**. In: THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 11-12.

como parte da história do trabalho. Afinal, os escravizados trabalham! Marcel van der Linden sintetiza a discussão, afirmando que:

Aparentemente, há uma grande classe de pessoas dentro do capitalismo, cuja força de trabalho é mercantilizada de várias maneiras. Gostaria de chamar esta classe de classe trabalhadora subalterna ou ampliada. Seus membros formam um grupo muito variado: incluem escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. É a dinâmica histórica da “multidão” que devemos tentar compreender. Temos que considerar que no capitalismo sempre existiu, e provavelmente continuarão a existir, diversas formas de trabalho mercantilizado subsistindo lado a lado¹⁰⁶.

Assim, rompe-se com a ideia de “coexistência” dos modos de produção a partir da simultaneidade de formas de trabalho. O capitalismo foi e é capaz de assimilar perfeitamente diversas formas de trabalho, ainda que estas carreguem características anteriores ao próprio capitalismo. Além disso, a citação acima aponta para outra questão importante: o termo classe trabalhadora subalterna. Trata-se, portanto, de especificar que não é apenas o ato de trabalhar que determina o pertencimento à classe trabalhadora. Aponta-se para um lugar ocupado em um sistema de relações – o de subalterno, o que nos lembra a fundamental contribuição de E. P. Thompson para essa discussão, quando ele afirma que “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica”, relação esta de oposição entre grupos de pessoas¹⁰⁷.

Estamos conscientes, no entanto, que tal abordagem cria outro problema no estudo da classe trabalhadora: a amplitude e a heterogeneidade de sua composição. No entanto, acreditamos que seja uma dificuldade tolerável, e de certa forma inerente a qualquer estudo da área de ciências humanas e sociais. Existe ainda outra questão que merece ser pontuada: ao tratarmos a classe trabalhadora sob esta perspectiva ampliada, não nos esquecemos de que esta visão não era comum nas décadas de 1960 e 1970, período analisado por este trabalho. A Ação Popular, enquanto organização política que lutou pela revolução socialista, carregou consigo uma – ou mais – concepção de classe trabalhadora. Teremos o cuidado metodológico de, ao abordar a classe sob tal perspectiva ampliada, não tratar àquela realizada pela AP como inferior ou necessariamente ultrapassada, mas sim como correspondente ao seu tempo e às questões com as quais se debatia. Como

¹⁰⁶ LINDEN, Marcel. História do trabalho para além das fronteiras. Cadernos AEL, v.17, n. 29, 2010, p. 55.

¹⁰⁷ THOMPSON, Edward. **Prefácio**. *Op. Cit.*, pp. 09-10.

afirmamos, o questionamento no sentido de “ampliar” o conceito de classe trabalhadora somente se tornou forte em um contexto de precarização das relações de trabalho. Ele também responde, portanto, a uma inquietação do seu presente. Consideramos que a discussão sobre o conceito de classe trabalhadora – apenas superficialmente apresentada aqui –, sobretudo a respeito de seu caráter “relacional” e “processual”¹⁰⁸, é fundamental para construir a crítica de afirmações muito difundidas, que também serão discutidas aqui, como as de que a classe trabalhadora foi “ausente” no processo de resistência ao golpe e, posteriormente, de oposição à ditadura.

Em 2014 o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart e deu início à ditadura no Brasil completou 50 anos. A data, como era de se esperar, gerou muitas discussões na sociedade, tanto em círculos acadêmicos (com a publicação de diversas obras coletivas, organização de grandes eventos, etc.) como nos meios de comunicação social. O debate foi alimentado ainda pelo desenvolvimento e finalização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, instaurada em 2012 e cujo relatório final foi publicado em dezembro de 2014. Neste contexto, surgem análises e interpretações diversas (e às vezes antagônicas) sobre os acontecimentos e os sujeitos relacionados ao processo em questão.

Obviamente os debates sobre a implementação e o desenvolvimento da ditadura civil-militar no Brasil não se iniciaram cinquenta anos após o golpe, nem tampouco as discussões – acadêmicas ou não – realizadas em 2014 se deram em um vazio, desligadas da historiografia e da literatura precedentes. As pesquisas tiveram início ainda sob a vigência da ditadura, e muitos avanços significativos foram feitos já na década de 1980. O livro do cientista político uruguaio René Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*¹⁰⁹ é sem dúvidas um marco nesta discussão, no qual o autor analisa a formação da hegemonia de uma fração da classe burguesa em torno de um projeto político autoritário, colocado em prática com o golpe de Estado. Neste sentido, é importante lembrar *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*¹¹⁰, de Maria Helena Moreira Alves. Publicado ainda em 1984, o livro trata da oposição dialética entre o estado ditatorial brasileiro e os grupos contrários a ele, que obrigava os dois polos a se transformarem constantemente. Além disso, Alves está entre as pioneiras

¹⁰⁸ Para um maior aprofundamento da questão, ver: WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

¹⁰⁹ DREIFUSS, **1964: A conquista do Estado...** *Op. Cit.*

¹¹⁰ ALVES, **Estado e Oposição no Brasil...** *Op. Cit.*

em relacionar a ditadura brasileira e a doutrina de segurança nacional em sua análise. Data da década de 1980 também o primordial estudo de Jacob Gorender sobre as organizações de esquerda que lutavam contra a ditadura. *Combate nas Trevas*¹¹¹ foi importante ao dimensionar o universo da resistência, diferenciando-se das obras memorialísticas ao abordar não apenas a organização da qual o autor fez parte. No entanto, cabe ressaltar que em alguns pontos, até mesmo por seu caráter universalista, a obra recai em algumas generalizações a respeito das organizações, revelando certa confusão entre a memória e a história.

Especificamente sobre a Ação Popular, obras também são escritas desde a década de 1980. Em 1984 foi publicado o livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes, *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. Trata-se de uma importante referência no estudo sobre a organização, e que por muito tempo foi quase única. No entanto, apesar da intenção dos autores em distanciar-se da narrativa memorialística, escrevendo a “História da Ação Popular”, o tom memorial dos líderes da organização permeia a escrita, explicitando uma leitura teleológica a respeito do tema. Já nas primeiras linhas do livro pode-se ler:

Este livro conta a história de uma organização política brasileira, fundada em 1962 – a Ação Popular –, que em 1971 passou a ser Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil e que em 1972-73 se incorporou ao Partido Comunista do Brasil¹¹².

Na realidade, diversas pesquisas e depoimentos de ex-militantes apontam para uma continuidade de atuação da AP mesmo após a incorporação de parte considerável de seus dirigentes ao Partido Comunista do Brasil¹¹³. No Rio Grande do Sul, por exemplo, não houve incorporação massiva de militantes da AP ao PCdoB neste momento, tendo em vista a desarticulação da organização no ano de 1972. O próprio Jacob Gorender já apontava, em 1987, para o caráter teleológico da obra de Lima e Arantes afirmando que a incorporação fora “supressora da própria identidade” da AP, resultado da travessia do “campo minado das lutas internas” que causaram “grandes perdas de substância partidária”¹¹⁴.

Desde então, passaram-se aproximadamente quinze anos sem qualquer pesquisa de fôlego sobre a Ação Popular, em um período no qual a maior parte das

¹¹¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas...* *Op. Cit.*

¹¹² LIMA & ARANTES, *História da Ação Popular...* *Op. Cit.*, p. 09.

¹¹³ Cf. RIDENTI, *Ação Popular...* *Op. Cit.*

¹¹⁴ GORENDER, *Combate nas trevas...* *Op. Cit.*, p. 130.

publicações sobre o tema assumia uma abordagem mais ampla, tratando da “esquerda” ou da “oposição à ditadura”. Outro estudo importante sobre a Ação Popular, no entanto, é o capítulo de Marcelo Ridenti no quinto volume do livro *História do Marxismo no Brasil*¹¹⁵, publicado em 2002. Naquele texto, Ridenti expõe de forma sucinta a trajetória da Ação Popular no Brasil, desde suas origens na Ação Católica até a adesão ao maoísmo, a polêmica incorporação ao PCdoB e a continuidade de parte da militância até aproximadamente 1980. No entanto, o autor assume uma perspectiva um tanto problemática ao utilizar o conceito de *romantismo revolucionário* para compreender a militância da Ação Popular. Assim, Ridenti identifica nas “várias fases da história da AP” indícios de uma crítica da modernidade, um retorno ao passado que seria “a inspiração para construir o *homem novo*”¹¹⁶. Segundo ele:

Buscavam-se no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Não se tratava de propor a mera condenação moral das cidades e a volta ao campo, mas sim de pensar – com base na ação revolucionária a partir do campo – a superação da modernidade capitalista cristalizada nas cidades [...]¹¹⁷.

Em nosso entendimento, o simples fato de buscar no passado elementos que auxiliem na superação de problemas do presente não caracteriza *romantismo*. Além disso, em nossa análise dos documentos da Ação Popular e na leitura de outras bibliografias sobre o tema, não encontramos uma visão *romantizada* do passado, mas sim uma análise histórica sucinta, porém coerente com os condicionamentos e exigências da clandestinidade. Por fim, entendemos que ainda que o conceito de *romantismo revolucionário* aponte para um aspecto importante das organizações clandestinas de esquerda das décadas de 1960 e 1970 – a ênfase dada à ação revolucionária imediata, sob a sensação de precisar agir rápido e em silêncio para surpreender o inimigo e escapar à repressão – ele acarreta um anacronismo histórico, pois sugere, a partir do presente, que a luta pela construção de uma sociedade nova, socialista, naquelas condições, era *romântica*, portanto impossível de ser vencida.

¹¹⁵ RIDENTI, *Ação Popular...* Op. Cit.

¹¹⁶ *Ibid*, p. 256.

¹¹⁷ *Ibid*, p. 256-257.

Contemporâneos ao capítulo de Ridenti existem ainda outros estudos, que no entanto tiveram pouca circulação e hoje são de acesso extremamente difícil¹¹⁸. Mais recentemente, entretanto, diversos estudos têm abordado a história, a trajetória e a memória da Ação Popular. Hugo Duarte, por exemplo, defendeu em 2010 a dissertação de mestrado intitulada *A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)*¹¹⁹, onde estuda a trajetória da organização dando atenção especial às variadas formas pelas quais ela lidou com o tema do humanismo, e inova ao abordar de forma crítica a influência controversa do anti-humanismo althusseriano em determinados núcleos da organização.

Ainda sobre a Ação Popular em nível nacional, cabe ressaltar o recente livro de Otto Filgueiras¹²⁰. Nele, o jornalista apresenta de forma detalhada sua pesquisa de quase três décadas sobre a organização, que incluiu levantamento de documentos, inúmeras entrevistas e leituras bibliográficas. De forma inovadora, ainda pouco comum na historiografia brasileira, Otto se dedica em profundidade ao estudo de uma única organização, resultando em um livro de dois volumes de fôlego, dos quais apenas um já está publicado, que revela detalhes sobre as várias correntes, fases, cisões e áreas de atuação da Ação Popular no Brasil.

Outros estudos abordam ainda a história da Ação Popular em perspectiva regional. É o caso da dissertação de Cristiane Santana sobre o *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*¹²¹, que estuda especificamente o processo de integração na produção realizado por militantes da AP naquele estado. Existe ainda um importante estudo sobre a Ação Popular no Rio Grande do Sul, de autoria de Cristiane Dias¹²², publicado em 2011, ao qual retornaremos nos capítulos seguintes.

Apesar do grande número de trabalhos sobre o golpe, a ditadura e as organizações de esquerda do período, incluindo a AP, é preciso admitir que muitos aspectos relacionados ao tema ainda não foram suficientemente esclarecidos e/ou analisados. Como é o caso, por exemplo, da participação da classe trabalhadora no processo de resistência ao golpe e oposição à ditadura, suas relações com as

¹¹⁸ É o caso, por exemplo, da tese de doutorado de Franklin Oliveira Junior, *Paixão e Revolução: capítulos sobre a História da Ação Popular*, de 2000. Não tendo sido publicada em livro ou disponibilizada no acervo digital da Universidade Federal do Pernambuco, onde foi defendida, a tese apenas chega ao nosso conhecimento através de citações em outros textos.

¹¹⁹ DUARTE, **A Ação Popular e a questão do humanismo...** *Op. Cit.*

¹²⁰ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*

¹²¹ SANTANA, Cristiane. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. Dissertação (mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

¹²² DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*

organizações de esquerda clandestinas, armadas ou não, e as alternativas buscadas pelos trabalhadores para desenvolver ação política apesar da ditadura. Ainda assim, é crescente o número de trabalhos que abordam a questão. Um bom exemplo é a já citada dissertação de mestrado de Yuri Rosa de Carvalho, que enfoca a História do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)¹²³. Influenciado por Edward Thompson, Yuri busca escrever a história da organização “desde baixo”, ou seja, a partir da perspectiva dos trabalhadores que nela militaram. Para isso, no entanto, faz todo um levantamento histórico a respeito da resistência da classe trabalhadora ao golpe de 1964 e à ditadura que já é, por si só, muito rico.

Também o professor Marcelo Badaró Mattos, há muito pesquisador da classe trabalhadora e de suas lutas, tem publicado sobre o tema no contexto do golpe de 1964 e da ditadura que o sucedeu. No artigo *As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964*, por exemplo, Mattos busca refutar tanto as teses do “sindicalismo populista”, que atribuem à classe trabalhadora uma identidade fraca e manipulável, quanto às que defendem o abandono do conceito de “populismo”, desenvolvidas principalmente por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho. Assim, Marcelo Badaró Mattos nos apresenta uma classe trabalhadora golpeada, cerceada e constantemente reprimida – mesmo antes do início da ditadura –, mas que busca alternativas de ação e resistência, e caracteriza o golpe e a implementação da ditadura como um momento de ofensiva burguesa contra os trabalhadores na dinâmica da luta de classes, cujo sentido sempre foi “gerar as condições para sua subordinação política mais efetiva, associada à ampliação de sua exploração econômica”¹²⁴.

Por fim, cabe lembrar ainda o breve artigo de Mateus Lima e Diorge Konrad, intitulado *Estudantes, trabalho e classes sociais*, que também colabora para a abordagem proposta neste trabalho. Nele, os autores propõem uma breve discussão sobre as relações entre o Movimento Estudantil – ou os estudantes, de maneira geral – e o mundo do trabalho. Esta relação é feita em contraposição a um consenso existente sobre os estudantes, que os coloca como autônomos e independentes às relações de classes da sociedade. Para isso, Lima e Konrad sugerem a análise desta relação baseada em quatro pontos: 1) A origem de classe dos estudantes; 2) o

¹²³ CARVALHO, “**Se dez vidas tivesse, dez vidas daria**”... *Op. Cit.*

¹²⁴ MATTOS, Marcelo. **As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964**. In: TOLEDO, Caio. **1964: o golpe contra a democracia e as reformas**. Florianópolis: Ed. Em Debate/ UFSC, 2014, p. 76.

papel desempenhado pelo ensino na reprodução social das forças de produção e das relações sociais de produção; 3) A experiência dos estudantes com o trabalho, seja em período integral ou parcial; e 4) A profissão futura dos estudantes¹²⁵. À medida que o presente trabalho visa discutir as estratégias de integração da Ação Popular – uma organização política majoritariamente estudantil, mas também de trabalhadores/as – na classe trabalhadora, os estudos citados aqui têm fundamental importância, pois constituem uma base para a discussão que, desde outra abordagem, desenvolvemos.

Poucas páginas atrás afirmamos existir um senso comum segundo o qual a classe trabalhadora praticamente não teria resistido ao golpe de 1964. Este pensamento é construído basicamente a partir da memória. Na introdução do trabalho já iniciamos a discussão sobre este conceito, afirmando-o como uma reconstrução coletiva, social e como um campo e um objeto de disputas. Dessa forma, podemos estender a reflexão de Fontana sobre os estudos históricos para as construções da memória, e reconhecer que toda reflexão sobre o passado envolve uma forma própria de entendimento do presente e um posicionamento político em relação ao futuro, ou o que ele denominou de “projeto social”¹²⁶. Assim, conforme Melo, é preciso salientar que o que é comumente “apresentado como ‘batalha pela memória’ ou ‘disputa em torno do passado’, é algo bem menos ingênuo do que costuma figurar, envolvendo embates das forças sociais sobre o presente/ futuro”¹²⁷.

Nesse sentido é que propomos a problematização de algumas reflexões sobre a classe trabalhadora e o golpe de 1964, inicialmente no âmbito da memória. Após a Anistia de 1979, gradativamente, muitos líderes estudantis das décadas de 1960 e 1970 voltaram do exílio, e grande parte deles publicou suas memórias em forma de livro. Alfredo Sirkis, por exemplo, militou no movimento estudantil, na organização armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi exilado e, ao voltar ao Brasil, publicou *Os Carbonários*. Posteriormente, declarou em entrevista que os trabalhadores nada teriam feito para resistir ou opor-se à ditadura no Brasil:

¹²⁵ LIMA, Mateus; KONRAD, Diorge. **Estudantes, trabalho e classes sociais**. Revista Latino-Americana de História Edição Especial – Lugares da História do Trabalho, vol. 1, n° 3, Março de 2012, pp. 525-535.

¹²⁶ FONTANA, Josep. **História, análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998, p. 10.

¹²⁷ MELO, Demian. **Introdução: Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea**. In: MELO, Demian (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 17-18.

A resistência à ditadura militar no Brasil foi um ato profundamente identificado com a classe média brasileira daquele momento e – salvo pequeníssimo (*sic*) bolsões, como os operários de Contagem e de Osasco – a classe operária foi completamente indiferente à nossa luta. A classe trabalhadora não tava nem aí pra resistência armada contra a ditadura¹²⁸

A imagem de uma classe trabalhadora completamente atônita aos movimentos de resistência à ditadura é reproduzida diversas vezes no livro de Sirkis. Relatando um discurso seu na comunidade de Jacarezinho, no Rio de Janeiro, por exemplo, Alfredo afirma ironicamente que sua plateia era composta de apenas “cinco admirados operários”. Quando chega a polícia, antes de fugir, Sirkis afirma que gritou “viva a Revolução”, e que os operários “devem ter pensado que era a de 64”¹²⁹. Outros líderes estudantis daquele período compartilham destas ideias de Sirkis. É o caso, por exemplo, de Vladimir Palmeira, que afirma em trecho publicado por Zuenir Ventura que “perdemos em 64 porque os trabalhadores não reagiram”¹³⁰.

Será mesmo que a classe trabalhadora “não reagiu” ao golpe que, em grande medida, ela mesma sofrera? Será que ficou realmente “alheia” a qualquer tipo de resistência organizada? Não é o caso (ainda) de discutirmos a veracidade destas informações, já que são oriundas de memórias construídas a partir de percepções. No entanto, é importante levantarmos o questionamento: por que estes líderes estudantis atribuíram a culpa pela derrota da esquerda ao imobilismo da classe trabalhadora? E mais importante: qual o alcance destas memórias na formação do conhecimento histórico da grande maioria da população?

Neste sentido, é importante lembrar ainda que muitas formulações semelhantes às descritas acima servem de “fonte” ou “inspiração” para filmes e programas de televisão, que têm geralmente um alcance muito maior do que a literatura memorialística. Em sua dissertação de mestrado, Yuri Carvalho relata um trecho do filme *Zuzu Angel* no qual acontece uma discussão entre a estilista Zuzu e seus filhos, Stuart e Sônia:

Quando o Stuart Angel do filme, junto com a personagem Sônia de Moraes Angel, também militante do MR-8 e estudante da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), interpretada pela atriz Leandra Leal, em discussão com sua mãe, afirma

¹²⁸ SIRKIS, Alfredo *Apud* Carvalho, “**Se dez vidas tivesse, dez vidas daria**”... *Op. Cit.*, p. 23.

¹²⁹ SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1981, p. 96-97.

¹³⁰ PALMEIRA *Apud* VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 68.

que o 'povo' daria um basta a Ditadura, a personagem de Zuzu Angel diz: 'Vocês estão enganados. Gente, eu vejo minhas costureiras: elas viajam feito sardinha em lata, tomam a condução de madrugada. Não têm tempo nem cabeça pra ficar andando atrás de vocês'. Portanto, supostamente, a empresária bem-sucedida teria conhecimento da realidade da 'massa', sem tempo e com pouca vontade de seguir os estudantes militantes ingênuos, alheios à realidade que pretendiam revolucionar¹³¹.

Este exemplo deixa claro como a versão dos memorialistas de uma classe trabalhadora atônita e, por que não, "alienada" é reproduzida em meios de maior alcance, como o cinema. Não há dúvida, portanto, de que ela pesa na construção do conhecimento histórico sobre o período. Mas, e a historiografia? Como se posiciona em relação a estas versões construídas a partir da memória?

Ainda que a memória, como fenômeno coletivo que tem nas preocupações do momento elementos de estruturação, esteja também vinculada a um determinado entendimento do presente e a um posicionamento político-social em relação ao futuro, quem rememora nem sempre tem clareza disso. Os historiadores, no entanto, ao pesquisarem e pensarem o passado precisam estar cientes do papel social que seus trabalhos assumem no presente e do projeto político-social que defendem para o futuro. Mais do que estar cientes dessas questões, acreditamos que necessitem esclarecê-las também aos seus leitores.

Nesse sentido, consideramos problemáticas algumas apropriações e reproduções das memórias de uma classe trabalhadora sem resistência à ditadura por parte de estudos históricos. Em sua tese de doutoramento, publicada em livro sob o título *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, Daniel Aarão Reis Filho afirma, por exemplo, que "[...] até a edição do AI-5 o movimento popular esteve praticamente sem ação", e que "os trabalhadores urbanos e rurais demonstravam notável incapacidade de articulação na ilegalidade. [...] Na verdade, o protesto se restringia às classes médias e sua tradicional banda de música: o movimento estudantil"¹³². Em outro ponto do livro, Daniel identifica as organizações armadas de oposição à ditadura como elites políticas e sociais, compostas majoritariamente por estudantes e intelectuais pequeno-burgueses. Segundo ele,

Os poucos trabalhadores manuais que têm acesso a postos de responsabilidade destas organizações perderão rapidamente ligação com

¹³¹ CARVALHO, "Se dez vidas tivesse, dez vidas daria"... *Op. Cit.*, p. 24.

¹³² REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 63-64.

suas raízes sociais, tornando-se militantes em tempo integral, organizadores profissionais, utilizando as mesmas referências – e assumindo o mesmo padrão de vida e de pensamento – que as demais: um verdadeiro suicídio de classe através do qual o operário se metamorfoseia em intelectual¹³³.

Este trecho explicita uma noção de classe trabalhadora que o autor carrega consigo. Na lógica de Reis Filho, o operário que ingressava em uma organização revolucionária – essencialmente pequeno-burguesa – e nela assumia liderança, acabava por deixar de ser operário e assumir “o mesmo padrão de vida” dos outros militantes. Assim, a profissionalização dos quadros, entendida pelas organizações do período como uma das únicas formas de resistir apesar da repressão intensa, e mesmo de salvaguardar a vida e a segurança dos militantes, aparece como um “suicídio de classe”. Se entendemos que a classe trabalhadora se constitui em uma relação de oposição às classes dominantes, como processo histórico, portanto, não conseguimos conceber um operário simplesmente “metamorfoseando-se” intelectual pequeno-burguês, deixando para trás toda sua história. Esta definição somente faz sentido se pensarmos a classe unicamente a partir do local de produção. Assim, se o operário não trabalha mais na fábrica, deixa de ser – talvez fosse mais apropriado “estar” – operário.

No entanto, é preciso compreender a tese de Daniel Reis Filho a partir de uma ambiguidade, situando-se no limiar entre um estudo histórico e a elaboração e escrita de uma memória, já que o autor foi militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). De qualquer maneira, Daniel Aarão Reis Filho é um historiador, e é como tal que sua obra deve ser encarada. Outras publicações suas, mais recentes, são no entanto mais problemáticas. Em uma palestra publicada na revista Estudos Históricos Daniel defende que a ditadura somente perdurou tanto porque contou com “apoio da sociedade”. Para defender este ponto de vista, elenca três argumentos principais, que demonstrariam tal apoio: 1) As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, onde milhões de pessoas marcharam antes e depois do golpe, nas principais cidades do país; 2) Os supostos altos índices de popularidade do General Emílio Garrastazu Médici; e 3) as “expressivas votações” na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de apoio incondicional à ditadura¹³⁴.

¹³³ *Ibid*, p. 171.

¹³⁴ REIS FILHO, Daniel. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, 2010, p. 174.

Diversos historiadores têm publicado textos críticos em relação a abordagens como esta, caracterizadas como revisionistas. Demian Melo, por exemplo, rebate um a um os argumentos de Reis Filho citados acima, defendendo em síntese que: 1) Sim, as Marchas em apoio ao golpe foram massivas. No entanto, antes do golpe as mobilizações como o chamado “discurso da central do Brasil” também não foram pequenas, e após a ditadura vitoriosa, com verdadeiros exércitos nas ruas, os grupos de esquerda ficaram impossibilitados – ao menos imediatamente – de realizar manifestações naquelas proporções; 2) O argumento do apoio pelo voto na ARENA não se sustenta, pois desconsidera o sucesso das campanhas pelo Voto Nulo, que conforme o próprio Daniel Filho afirmou trabalho anterior, bateram recorde já em 1966 e continuaram crescendo, chegando a 30% nas eleições de 1970¹³⁵; Por fim, Melo argumenta que 3) Levando em consideração a cultura de medo disseminada através da implementação do Terrorismo de Estado (como defende Padrós¹³⁶), é preciso questionar a validade de pesquisas de opinião realizadas ainda na década de 1970 sobre o “presidente”, os “rumos do País”, etc. Segundo Melo, foram pesquisas como estas que deram base para o argumento de Daniel Reis Filho sobre a popularidade de Médici¹³⁷.

Ao fim e ao cabo, o que Demian Melo não aceita, com base nos argumentos supracitados, é a tentativa de Reis Filho de atribuir à “sociedade” um papel de apoiadora do golpe e da ditadura¹³⁸. Nestes autores revisionistas, como Reis Filho, o conceito de sociedade é de matriz liberal, entendida como um ente, capaz de ter vontades, valores e interesses. Partindo das reflexões de Gramsci sobre Estado e sociedade civil e sobre coerção e consenso na formação da hegemonia, Melo rebate estas tentativas afirmando que

[...] estudar a forma como regimes ditatoriais constituem-se a partir de bases na sociedade, o que implica na recusa ao binômio da teoria política liberal

¹³⁵ REIS FILHO, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 44 e 59.

¹³⁶ PADRÓS, **Terrorismo de Estado...** *Op. Cit.*

¹³⁷ MELO, Demian. **Ditadura “civil-militar”?** controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon, n. 27, ano 13, 2012, p. 34.

¹³⁸ Esta tentativa, vale dizer, não parte apenas de Daniel Aarão Reis Filho. O próprio Demian Melo arrola em seu texto outros exemplos, como a coleção organizada por Samantha Viz Quadrat e Denise Rollemberg (2010), que afirma ter como objetivo “entender como os ditadores foram armados [...] não porque temidos, mas, provavelmente, porque expressavam valores e interesses da sociedade que, em dado momento, eram outros que não os democráticos” (QUADRAT; ROLLEMBERG *Apud* MELO, **Ditadura “civil-militar”...** *Op. Cit.*, p. 33).

Estado/sociedade, é muito diferente de buscar o ‘apoio da sociedade ao autoritarismo’, argumento sempre florido com a suposição *politicamente correta* segundo a qual ‘não podemos vitimizar a sociedade’. Este tipo de argumento nada mais faz do que trazer de volta o binômio liberal pela porta dos fundos, afinal de contas, a sociedade não é uma ‘pessoa’, uma coisa monolítica que possa ser responsável integralmente por apoiar ou se opor a um regime político, do mesmo modo que os regimes políticos não são conduzidos por ETs, e sim por membros da própria sociedade¹³⁹.

Com tais colocações, ficam claras as consequências – senão mesmo objetivos – destas interpretações do golpe e da ditadura que se baseiam no binômio Estado e sociedade: a ocultação da luta de classes enquanto parte importante do processo histórico em questão. A classe trabalhadora é, mais uma vez, silenciada. Agora, de maneira um tanto mais sutil, porém não menos efetiva: através de sua dissolução nesta imensa massa que é a “sociedade”. Assim, os autores revisionistas não mais buscam identificar os conflitos de classe nos processos estudados. Por exemplo, ao citar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, Reis Filho não se preocupa em analisar “quem” participou delas. Ao leitor, fica a impressão de que marcharam em igual proporção empresários e operários da construção civil, bispos, padres, freis e irmãs religiosas, madames e donas de casa das periferias, todos/as com o mesmo objetivo: defender a liberdade e salvar a Pátria do comunismo. No entanto, Moniz Bandeira já informava há muitos anos que

O Embaixador Lincoln Gordon, ao comentar a Marcha [...] realizada no Rio de Janeiro como manifestação de apoio ao levante militar, observou que ‘a única nota triste foi a participação obviamente limitada das classes baixas’, ou seja, a ausência de trabalhadores¹⁴⁰.

Além da dissolução da classe por meio do termo amplo e vago “sociedade”, outras características dos textos destes autores contribuem para ocultar o conflito social na análise do processo histórico. Por exemplo, a ideia muito difundida de que “nem esquerdas e nem direitas eram democráticas em 1964”. Um trabalho muito conhecido por abordar a questão a partir deste ponto de vista é a tese de doutoramento de Argelina Figueiredo, publicada sob o título de *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* (1993). Na perspectiva da autora,

¹³⁹ MELO, **Ditadura “civil-militar”...** *Op. Cit.*, p. 33.

¹⁴⁰ BANDEIRA, **O Governo João Goulart...** *Op. Cit.*, p. 204.

[...] os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical¹⁴¹.

Ao ler afirmações como esta, salta aos olhos o teor radical e revolucionário atribuído às reformas de base pelas quais lutava grande parte do movimento social popular no período de governo de João Goulart. Um dos argumentos mais utilizados para justificar esta suposta radicalidade é o uso do lema “reforma agrária na lei ou na marra”, pelas Ligas Camponesas. Naquela mesma palestra publicada na revista Estudos Históricos, Daniel Aarão afirma que as reformas enunciadas por João Goulart, “caso empreendidas, revolucionariam a sociedade brasileira”. No texto do autor, o político petebista Leonel Brizola transforma-se em “líder nacionalista revolucionário”¹⁴².

Um pouco adiante, Daniel afirma que após a implantação da ditadura estes projetos foram reformulados, dando origem às organizações clandestinas de esquerda. No entanto, “para surpresa dos revolucionários, a sociedade não acompanhou aquela gesta, massacrada pela polícia política sob os olhares complacentes ou indiferentes das grandes maiorias”¹⁴³. Por fim, já no contexto da abertura “lenta, gradual e segura” de Ernesto Geisel, os projetos revolucionários de outrora teriam sido transformados “[...] na ala extrema da resistência democrática. Já ninguém quisera participar, ou empreender, uma revolução social, apenas aperfeiçoar a democracia e muitos não se privariam de dizer inclusive que lutavam apenas por um país melhor”¹⁴⁴.

A partir dos argumentos destes autores (especialmente Reis Filho e Figueiredo), nos parece importante levantar duas questões problemáticas. A primeira delas é a grande semelhança entre suas afirmações e as de muitos líderes da ditadura civil-militar, em especial os militares de alta patente. Marcelo Badaró Mattos lembra o trabalho de Gláucio Ary Soares, de 1994, no qual aparecem as principais justificativas dos militares para o golpe de 1964. Entre elas pode-se ler, por exemplo, o caos e a desordem no governo João Goulart e o constante perigo de um golpe comunista ou de uma subversão dos valores democráticos e republicanos

¹⁴¹ FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 202.

¹⁴² REIS FILHO, **Ditadura, anistia e reconciliação...** *Op. Cit.*, p. 175.

¹⁴³ *Ibid*, p. 175-176.

¹⁴⁴ *Ibid*, p. 176.

visando impor as reformas radicais de esquerda¹⁴⁵. É no mínimo estranho que historiadores que se colocam como defensores da democracia incorporem muitos dos argumentos e justificativas utilizados pelos próprios golpistas.

A outra questão problemática diz respeito justamente a esta “defesa da democracia”. Como já foi possível perceber, a “democracia” é utilizada como parâmetro de avaliação de projetos políticos do passado. Sendo assim, tanto Daniel Aarão quanto Argelina Figueiredo criticam as propostas de direita e de esquerda por “não darem o devido valor à democracia”. Atento a estes movimentos, que sem dúvida não são exclusivos do Brasil, Hobsbawm afirma que

Há palavras [...] pelas quais todos anseiam em demonstrar entusiasmo [...]. *Democracia* é uma delas. [...]. Hoje, é claro, é impossível encontrar, com a exclusão de algumas teocracias islâmicas e monarquias hereditárias asiáticas, qualquer regime que não renda homenagens oficiais, constitucionais e editoriais a assembleias e presidentes pluralmente eleitos. Qualquer Estado que possua esses atributos é oficialmente considerado superior a qualquer outro que não os possua [...]. Independentemente da história e da cultura, os aspectos constitucionais comuns à Suécia, Papua-Nova Guiné e Serra Leoa (quando aí exista algum presidente eleito) colocam oficialmente esses países em uma classe e o Paquistão e Cuba na outra. Por isso, a discussão pública e racional da democracia é necessária e singularmente difícil¹⁴⁶.

Neste sentido, se faz importante o questionamento: qual o significado atribuído ao termo pelos autores aqui discutidos? Embora sua definição nem sempre seja explícita, podemos dizer que ela é geralmente entendida como um “conjunto de valores” (são frequentes as alusões aos “valores democráticos”) independente de projetos ou ideologias políticas. Ela é, conforme Reis Filho, o “território da palavra, da disputa contraditória, assumida e reconhecida, da alternância legalizada, da desconfiança organizada, do espaço próprio da política”¹⁴⁷.

Mais uma vez a luta de classes submerge em meio a um cenário, para dizer o mínimo, idealizado. Se concordarmos com o autor, como compreendemos a dominação de classe existente no Brasil atual, em plena vigência de uma democracia constitucional? Quem define os limites de uma “desconfiança organizada”? Nesse modelo, onde ficam as formas históricas de luta dos

¹⁴⁵ MATTOS, Marcelo. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, nº 55, 2008, p. 248.

¹⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. **As perspectivas da democracia**. In: HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 97-98.

¹⁴⁷ REIS FILHO, Daniel. **Os dois guerreiros**. O Globo, 23 de Maio de 2011.

trabalhadores, como as greves ou os piquetes? São compreendidas como parte da “disputa contraditória, assumida e reconhecida”? Por quem?

Novamente, o grande problema é o tratamento da sociedade como um ente único, dotado de vontades e interesses. Neste sentido, a “democracia” defendida pelos autores pode ser tão restrita a ponto de, por exemplo, taxar de “radicais” e “antidemocráticas” não só as reformas pelas quais lutava o movimento social popular em 1964, mas também aquelas pelas quais ele luta ainda hoje. Entendemos, por fim, que seria mais justo com os leitores que Daniel Aarão Reis Filho fosse categórico ao afirmar que o que defende atualmente é, na verdade, uma expressão da democracia liberal burguesa enquanto regime político.

Este debate sobre a democracia nos remete de volta à Ação Popular, lembrando-nos que em sua Resolução Política, escrita no ano de 1965, aquela organização dedicou algumas linhas para tratar do tema. Apesar de reconhecer que uma “centralização maior nas fases iniciais de construção do socialismo” pode ser necessária, a organização lembra que

[...] impõem-se o propósito e o esforço de criar, com rapidez possível, as condições políticas, econômicas, orgânicas e culturais para uma democratização progressiva da planificação e para uma progressiva democratização da direção das empresas¹⁴⁸.

Deste modo, longe de tratar a democracia como um valor essencialmente bom, a AP a entendia como um caminho necessário para construir o socialismo sem perder o seu “sentido humanista”¹⁴⁹. No entanto, mesmo estas poucas linhas são suficientes para questionar o argumento de que “as organizações de esquerda da década de 1960 não deram valor para a democracia”. Além disso, são evidências da dinamicidade e multiplicidade de concepções políticas e da preocupação dos militantes da AP em analisar a realidade na qual estavam inseridos e construir uma estratégia política adequada ao contexto.

1.4 Crises, cisões e a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil

¹⁴⁸ FILGUEIRAS, *Revolucionários sem rosto...* Op. Cit., p. 273.

¹⁴⁹ *Ibid*, p. 273.

Justamente a preocupação em realizar uma análise correta da realidade e adotar diretrizes políticas coerentes foi o que proporcionou a ocorrência de diversos “debates ideológicos”, que acabaram gerando crises, cisões e/ ou mudanças nos rumos da organização. No ano de 1966, com base na ênfase dada pela Resolução Política à ação revolucionária, um comando armado da Ação Popular detonou explosivos no Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife, em um atentado contra o então Ministro da Guerra, General Costa e Silva. Sem obter sucesso, porém, a ação deixou dois mortos e cerca de 15 feridos¹⁵⁰. Tendo ocorrido sem o conhecimento prévio da direção nacional da AP, o atentado gerou profundas mudanças na organização. Conforme Otto Filgueiras, a direção nacional da AP soube em seguida que o responsável pela ação fora Alípio de Freitas, militante da organização. Criticou-o e extinguiu a Comissão Militar da qual ele fazia parte, mas não o puniu nem o expulsou da AP. Alípio de Freitas, no entanto, nunca assumiu ter realizado o atentado, cuja autoria fora revelada pela primeira vez na quinta edição do livro *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender¹⁵¹. Além disso, Ridenti afirma que

O episódio colaborou para o questionamento do *foquismo* (ideia de que a revolução poderia começar a partir da ação armada de pequenos grupos de vanguarda, a partir de um foco rural, como na revolução cubana [...]). E da prática de ações armadas urbanas, bem como para o reexame da aproximação com Cuba, fortalecendo na AP os propositores da estratégia da *guerra popular prolongada*¹⁵².

As discussões desencadeadas pelo fracasso do atentado em 1966 demonstravam a formação de dois polos no interior da Ação Popular, um em torno do chamado “foquismo”¹⁵³, com posições próximas à Cuba e outro defendendo a “guerra popular prolongada”, com posições próximas da China e do Maoísmo. Esta dualidade começou a se formar, no entanto, desde que os primeiros militantes da AP visitaram a China – Vinícius Caldeira Brandt em 1964 e Aldo Arantes em 1966¹⁵⁴.

¹⁵⁰ FILGUEIRAS, *Revolucionários sem rosto...* Op. Cit., p. 307.

¹⁵¹ *Ibid*, p. 308.

¹⁵² RIDENTI, *Ação Popular...* Op. Cit., p. 236.

¹⁵³ *Foquismo* é como ficou conhecida a teoria de guerra de guerrilhas elaborada a partir da experiência da Revolução Cubana, especialmente por Ernesto “Che” Guevara (1982, *Op. Cit.*) e Régis Debray (*Revolução na Revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, Sem data). O nome faz referência à ideia de que a revolução poderia começar a partir de um “foco” guerrilheiro, e era usado principalmente pelos opositores desta corrente, em especial, no caso da Ação Popular, os maoístas. No entanto, o termo *foquismo* acaba sendo atribuído a qualquer ação armada feita por grupo de vanguarda, sem ampla e efetiva participação popular ou de movimentos sociais.

¹⁵⁴ FILGUEIRAS, *Revolucionários sem rosto...* Op. Cit., p. 381.

Alguns militantes também já haviam estado em Cuba, como Paulo Wright e o próprio Alípio de Freitas, participando de treinamento de guerrilha.

No ano de 1967 o governo revolucionário cubano promoveu a I Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), com o objetivo de articular as principais forças revolucionárias do continente. A Ação popular foi convidada, além de outras organizações brasileiras. No entanto, apenas a AP e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) enviaram delegados. Conforme Ridenti, a Ação Popular avaliou como aspecto mais positivo do encontro a definição da luta armada como principal estratégia revolucionária para a América Latina. O autor afirma, no entanto, que o “Informe sobre a I Conferência da OLAS”, publicado pela AP no retorno da delegação ao Brasil, deixa transparecer as divergências internas da organização, tecendo críticas aos dois delegados por terem avançado em conclusões que não seriam definições do conjunto da organização. Além disso, durante a Conferência, a delegação da Ação Popular defendeu posições distanciadas de Cuba e aproximando-se da China, o que também demonstrou o aumento da influência maoísta na cúpula da organização¹⁵⁵.

A relação da AP com a China, como já citado, era antiga. No entanto, ficou mais próxima quando Aldo Arantes, ao voltar para o Brasil, escreveu o chamado “texto amarelo”, onde expunha um “esquema de seis pontos” com as principais ideias de seu grupo e declarava a adesão ao maoísmo¹⁵⁶. Mais em oposição ao “Esquema” do que em torno de ideias concretas, formou-se outro grupo, que não aceitava principalmente a tese de que a sociedade brasileira seria “semifeudal e semicolonial”, a proposição de uma etapa democrática e nacional da revolução brasileira e o reconhecimento do PCdoB como partido proletário e que necessitava ser fortalecido. O grupo maoísta organizou-se na Corrente I, e o outro, caracterizado como “foquista” pelos maoístas, organizou-se na Corrente II. Estava aberto o processo que a Ação Popular denominou “Debate Teórico e Ideológico”. Esta polarização chegou ao ápice na I Reunião Ampliada da Direção Nacional da Ação Popular, no ano de 1968, na qual ficou clara a hegemonia da Corrente I. Durante a reunião as duas correntes entraram em atritos e a plenária aprovou a expulsão dos

¹⁵⁵ RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 237-238.

¹⁵⁶ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 328.

principais líderes da Corrente II, o que acabou por gerar um esvaziamento no debate, e marcou a adesão definitiva da Ação Popular ao maoísmo¹⁵⁷.

O último dos seis pontos do esquema através do qual a Ação Popular aderiu oficialmente ao maoísmo pregava a necessidade da “integração na produção”, forma encontrada pela AP para realizar a “transformação ideológica dos militantes [...], em sua maioria de origem pequeno-burguesa”¹⁵⁸. Esta política consistia basicamente em enviar militantes do movimento estudantil para viver e trabalhar, com identidades falsas, em zonas operárias ou camponesas. Além de criar uma “consciência proletária” nos militantes pequeno-burgueses, a integração tinha um segundo objetivo, considerado por Duarte Pereira e outros ex-militantes como mais importante do que o primeiro:

O objetivo dessa integração, além disso, não é a transformação ideológica pessoal dos militantes, como se acreditou na época, neste caso, sim, sob a influência do maoísmo e da Revolução Cultural Chinesa; o objetivo definidor é conquistar as massas fundamentais para posições avançadas e para a adesão aos partidos de esquerda. Enfim, a integração não deve resumir-se à integração no trabalho produtivo; deve ser entendida de forma mais ampla e correta como integração na luta, na vida e no trabalho das massas [...]¹⁵⁹.

Com o duplo objetivo de “proletarizar os militantes” e contribuir na organização política das massas trabalhadoras, a integração na produção foi adotada oficialmente pela AP durante a I Reunião Ampliada da Direção Nacional, em 1968. No início do ano de 1969, a integração já era uma política obrigatória para os militantes da Ação Popular. Após o AI-5 todas as vias institucionais de mobilização popular e oposição ao regime se fecharam. O movimento estudantil encontrava cada vez mais dificuldades para realizar passeatas e outras ações desse tipo. As torturas, assassinatos, desaparecimentos, prisões e outras formas de repressão se multiplicavam. Para os militantes, a perseguição protagonizada pelos setores repressivos tornava inviável a permanência em seus locais de trabalho, estudo e moradia. Neste cenário a política de integração na produção representou também uma forma de fugir da repressão.

Apesar de ter sido oficializada somente na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, a proposta da integração na produção estava presente na AP desde, no

¹⁵⁷ LIMA & ARANTES, **História da Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 69-71.

¹⁵⁸ *Ibid*, p. 70.

¹⁵⁹ PEREIRA *Apud* RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 246.

mínimo, 1966. Ridenti demonstra que um documento da organização, datado deste ano, reconhecia a necessidade da “Profissionalização de quadros”. Além disso, o autor afirma que a política de integração na produção adotada pela AP demonstrava receber influências da experiência revolucionária do Vietnã e dos padres operários da Europa¹⁶⁰. Na fase da aplicação em massa da política de integração na produção, o maoísmo ganhou espaço na Ação Popular. Como vimos, a partir de 1968 ele já era aceito pela grande maioria dos militantes. No ano de 1971, durante a III Reunião Ampliada da Direção Nacional, a AP decidiu explicitar sua adesão ao marxismo-leninismo de via chinesa. Mudou seu nome para Ação Popular Marxista Leninista do Brasil e abandonou definitivamente a organização em Comandos, adotando o sistema de Comitês, mais coerente com a concepção leninista de partido. Publicou ainda o documento Programa Básico da APML do B¹⁶¹, no qual a organização – agora com novo nome – defendia a prática política resumida na frase “lutar junto, viver junto e trabalhar junto”¹⁶² – claramente inspirada na máxima de Ho-Chi-Minh. Com o entendimento de que a revolução proletária se daria em etapas ininterruptas, propõe como programa mínimo a “revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e agrária”¹⁶³. Além disso, no entanto, afirma que seu programa máximo, a razão de sua existência, é:

emancipar a classe operária emancipando a humanidade inteira; para isso, substituir a ditadura da burguesia pela ditadura do proletariado, vencer o capitalismo com o socialismo e realizar o comunismo no mundo inteiro¹⁶⁴.

Enfática na definição de sua estratégia para alcançar, em primeiro plano, a revolução democrática e nacional e, por fim, o comunismo, a nova Ação Popular afirma que “a luta armada, resultado inevitável do desenvolvimento da luta de classes e lei geral da revolução, é o único caminho para a salvação de nosso povo”¹⁶⁵, e que no Brasil este caminho se traduz, obrigatoriamente, na guerra popular prolongada. Assim, se opõe tanto ao que chama de “concepção revisionista do caminho pacífico ou eleitoral” como àquilo que denomina “concepções foquistas

¹⁶⁰ RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 242.

¹⁶¹ *Ibid*, p. 250-251.

¹⁶² AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL. **Programa Básico**, 1971. *In*: REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda de 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 295.

¹⁶³ *Ibid*, p. 301.

¹⁶⁴ *Ibid*, p. 295-296.

¹⁶⁵ *Ibid*, p. 303.

do terrorismo urbano e do foco guerrilheiro”¹⁶⁶. Por fim, em concordância com as teses do marxismo-leninismo, assume o dever de construir um partido único do proletariado, inteiramente novo, e reconhece a importância do Partido Comunista do Brasil nessa construção.

Uma breve análise deste documento de 1971 é suficiente para evidenciar duas características, tão gritantes no texto quanto distintas de tudo aquilo que a AP já havia escrito. A primeira delas é a influência de um determinismo marxista. No documento, as formas de desenvolvimento da luta de classes são apresentadas sob a marca da inevitabilidade e do encadeamento sequencial, ou “etapismo”. Além disso, a ênfase na ação revolucionária nunca havia sido tão grande nos documentos da organização. Em sua última página, o texto afirma que os militantes da nova organização, como ela mesmo se denomina, que juraram “consagrar toda a sua vida à luta pelo comunismo, devem ser resolutos, não temer nenhum sacrifício e vencer todas as dificuldades para conquistar a vitória!”¹⁶⁷ Assim, o documento deixa transparecer o resultado da luta interna ocorrida anteriormente: o estabelecimento de uma visão, ou uma ideologia, que propõe-se científica, como a única da organização. Por fim, o Programa Básico apresenta o novo nome da organização: “Ação Popular Marxista Leninista do Brasil”¹⁶⁸.

A prática da política de integração na produção, característica fundamental das atividades da organização entre 1969 e 1971, é analisada com mais profundidade nos capítulos seguintes, assim como outras formas de aproximação entre a AP e a classe trabalhadora. Cabe dizer, por fim, que ainda na década de 1970 a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil atravessaria outra crise, desta vez em torno da proposta de incorporação da organização ao PCdoB, entendido desde meados de 1966 como o legítimo partido da classe trabalhadora por parte da direção nacional da AP. Aldo Arantes e Haroldo Lima relatam que se formaram, novamente, duas correntes na cúpula nacional da organização. A chamada “minoría” defendia a continuidade da APML do B enquanto organização autônoma. Já a chamada “maioría” defendia a necessidade de incorporação ao PCdoB¹⁶⁹. Houve outro racha na organização, e parte dela incorporou-se ao PC do B em 1973. É um erro, no entanto, considerar que toda a Ação Popular aderiu à incorporação. Esta foi uma

¹⁶⁶ *Ibid*, p. 303.

¹⁶⁷ *Ibid*, p. 305.

¹⁶⁸ *Ibid*, p. 305.

¹⁶⁹ LIMA & ARANTES, *História da Ação Popular... Op. Cit.*, p. 143.

atitude de parte de algumas das lideranças nacionais, acompanhada por muitos militantes. No entanto, outra parcela da organização deu continuidade às suas atividades, reivindicando inclusive a sigla APML do B, até o início da década de 1980¹⁷⁰, quando muitos deles ingressam no Partido dos Trabalhadores (PT). Em uma análise geral, percebemos que muitos dos militantes da Ação Popular permanecem hoje, de alguma forma, vinculados à política partidária. Alguns dos que abandonaram a organização logo após o golpe de 1964, como José Serra e Sérgio Motta (já falecido), inseriram-se no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Outros, no contexto da redemocratização, aproximaram-se do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) através do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais (IEPES) e acabaram ingressando, posteriormente, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Muitos dos militantes ingressaram, por volta de 1973, no PCdoB. Outros, ainda – como citamos acima –, contribuíram para a construção, no contexto da redemocratização, do PT.

No Rio Grande do Sul, como veremos, a organização foi desarticulada no ano de 1972. Por isso, uma vez que o foco de nossa pesquisa é relacionado com o âmbito regional da organização, consideramos que não há necessidade de aprofundarmo-nos no estudo dos últimos anos de suas atividades nacionais.

¹⁷⁰ RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 254.

2 RELAÇÕES EMERGENTES: A AÇÃO POPULAR DO RS SUAS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO NA CLASSE TRABALHADORA NO PERÍODO PRÉ-GOLPE

Neste capítulo estudamos o período de formação e consolidação da Ação Popular no Rio Grande do Sul, atentando-nos especialmente para o desenvolvimento de suas primeiras estratégias de integração na classe trabalhadora do estado. No primeiro ponto abordamos a fundação da organização, os acontecimentos que catalisaram sua formação e a origem de seus primeiros militantes no estado. As relações, ainda muito próximas, do novo grupo com a Igreja Católica ficam evidentes através dos depoimentos – como o de José Loss, especialmente – e referências de outros trabalhos.

Em seguida, no segundo ponto do capítulo, analisamos as formas pelas quais a Ação Popular do Rio Grande do Sul buscou consolidar suas atividades e a si mesmo como organização política. Em especial, abordamos a conquista, pela AP, da hegemonia no movimento estudantil sul-rio-grandense – sobretudo na capital do estado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em grandes escolas como o Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

No terceiro tópico estudamos o que chamamos de “efervescência política e social” do período anterior ao golpe de 1964, bem como as formas pelas quais a Ação Popular do Rio Grande do Sul se inseriu neste contexto. Neste ponto aparecem com mais clareza as primeiras ações da AP estadual no sentido de uma aproximação com a classe trabalhadora. O caráter desta, neste momento, é fundamentalmente educacional e organizativo. A sua forma é institucionalizada, através da inserção de militantes da Ação Popular em órgãos e setores do governo estadual. Não se trata, portanto, de uma ação protagonizada pela organização, mas seus militantes carregam para elas muitos dos objetivos próprios da AP. Surge, além disso, um paradoxo que muito esclarece sobre a extensão da “efervescência”: a inserção de militantes nas secretarias de Educação e do Trabalho se dá em pleno governo de Ildo Meneghetti, político conservador engajado nas articulações do golpe de 1964.

No quarto item do capítulo abordamos o contexto estadual de quando se efetivou o golpe de Estado, com a formação de blocos favoráveis à ruptura da ordem democrática em nome da “democracia” e da extinção da “ameaça comunista”. Além disso, analisamos as primeiras implicações da ditadura recém instaurada para a Ação Popular do Rio Grande do Sul, em especial os desdobramentos da “operação limpeza” e as tentativas de transformar a organização para adequar-se às novas exigências de clandestinidade.

Todo o capítulo é escrito com base em entrevistas com ex-militantes da Ação Popular. Obviamente, a bibliografia especializada cumpre também papel essencial no estudo. No entanto, as fontes orais constituem o corpus documental fundamental – não só aqui, como em todo o trabalho, complementado por outros tipos de fontes. Por isso, reflexões procedentes de autores da História Oral – compreendida como uma metodologia para o trabalho com fontes orais, ou entrevistas – ajudam-nos a desenvolver algumas análises ao longo do texto. A maior parte das entrevistas foi realizada pelo autor do trabalho. Algumas, no entanto, foram realizadas por Thiago Vieira Pires e por ele disponibilizadas anexas à sua dissertação de mestrado¹⁷¹.

No texto “História Oral: um inventário de diferenças” Marieta Ferreira identifica duas linhas de trabalho no referido campo, que segundo ela são responsáveis por abordagens diferentes, embora não excludentes entre si, das fontes orais. A primeira delas utiliza os “depoimentos como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas”¹⁷², enquanto a segunda “privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história”¹⁷³, tomando a “memória como um objeto de estudo em si mesmo”¹⁷⁴. Sobre a primeira vertente, Ferreira afirma que não raro toma “a noção de memória (...) como algo estável e congelado no passado a ser resgatado pelo pesquisador”¹⁷⁵. Já a segunda é elogiada por buscar “realizar uma discussão mais

¹⁷¹ PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução a vida inteira: Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

¹⁷² FERREIRA, Marieta. **História Oral: um inventário de diferenças**. In: FERREIRA, Marieta. ABREU, Alzira (et. al.). **Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 9.

¹⁷³ *Ibid*, p. 10

¹⁷⁴ FERREIRA, Marieta. **Apresentação**. In: FERREIRA, Marieta. ABREU, Alzira (et. al.). **Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. X.

¹⁷⁵ FERREIRA, Marieta. **História Oral... Op. Cit.**, p. 9.

refinada dos usos políticos do passado”¹⁷⁶. Em certa medida, a abordagem aqui desenvolvida está mais próxima da primeira do que da segunda linha apresentada por Ferreira, pois a memória dos militantes é analisada com o intuito de conhecer sobre a história da organização da qual fizeram parte. Entretanto, não consideramos que isso implique na noção de memória como algo “estático”, “congelado” – nem tampouco em análises menos “refinadas”. Temos consciência do caráter social – e, portanto, mutável – da memória. Ainda assim, afirmamos que não é o fenômeno da memória o objeto de estudo deste trabalho, e sim a história da Ação Popular do Rio Grande do Sul e de suas estratégias de integração na classe trabalhadora do estado. Consideramos que reconhecer o caráter fluído da memória, sua constante reconstrução e sua subordinação ao “tempo presente” não pressupõe a aceitação de uma perspectiva “subjetivista”, na qual é impossível distinguir o real e o imaginado. Neste sentido pensamos, com Alessandro Portelli, que

[...] a constatação de não mais estarmos lidando com fatos concretos [...], mas com elementos mutáveis, como subjetividade, memória e narrativas de histórias, não nos deveria causar a euforia pós-moderna de decompor a materialidade do mundo externo entre as estonteantes possibilidades do discurso irrelevante. Da mesma maneira que trabalhamos com a interação do social e do pessoal, trabalhamos com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade, por um lado e, por outro, com fatos razoavelmente comprovados. Não reconheceremos a imaginação a menos que procuremos nos inteirar dos fatos¹⁷⁷.

Embora Portelli esteja se referindo mais diretamente àqueles que tomam a memória como objeto de pesquisa, consideramos que sua ponderação é pertinente para o nosso trabalho, uma vez que pretendemos utilizar fontes orais na pesquisa histórica. Assim, pretendemos demonstrar que é possível, tomando-se os devidos cuidados, empregar a memória como fonte sem que isso resulte em um trabalho menos “refinado” do que aqueles que a tratam como objeto de estudo.

2.1 O nascimento da Ação Popular do Rio Grande do Sul

¹⁷⁶ FERREIRA, Marieta. **História Oral...** *Op. Cit.*, p. 10.

¹⁷⁷ PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho.** Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo, nº15, abr. 1997, p. 25.

Assim como nas demais regiões do país, no Rio Grande do Sul as experiências da juventude na Ação Católica foram essenciais para o desenvolvimento da Ação Popular. A Juventude Universitária Católica e a Juventude Estudantil Católica estavam fortemente organizadas no início da década de 1960, a primeira nas localidades onde havia Universidades e a segunda também em diversos outros municípios. A Juventude Operária Católica também contava com forte organização em diversas localidades, sobretudo nas regiões mais industrializadas do estado. A Juventude Agrária Católica também era forte, sobretudo no interior, mas os relatos de membros da JUC da época apontam para um maior controle da hierarquia católica sobre este segmento, o que acabava inibindo uma atuação mais progressista articulada com estudantes e operários¹⁷⁸.

Na sua origem, a Ação Popular do Rio Grande do Sul foi basicamente uma organização de cristãos para a política estudantil. Luiz Antônio Timm Grassi ressalta que “no Rio Grande do Sul, e em Porto Alegre especificamente, (...) a formação da AP (...) começou JUC mesmo, dentro da JUC, mas muito logo havia uma liderança que não era de JUC, que era ligado aos jesuítas, ao colégio Anchieta”¹⁷⁹. Luiz refere-se, neste trecho, ao líder estudantil Francisco Ferraz, eleito presidente da União Estadual dos Estudantes em 1962. Do colégio Anchieta também saíram outras lideranças importantes da Ação Popular, como José Luis Fiori e Raul Carrion, que também afirma nunca ter participado de JUC, embora fosse católico¹⁸⁰. Maria Josefina Becker cita ainda outros dois militantes da Ação Popular do RS que não haviam sido de JUC: “Era a Ida Heischtaller (...) e o [João Carlos] Hass”¹⁸¹. No entanto, a própria Maria chama a atenção para o fato de que esta prevalência quase absoluta de ex-jucistas na Ação Popular do RS foi um fenômeno inicial:

(...) é interessante, porque a AP, ela saiu de dentro do movimento universitário. Ela não saiu de dentro da JOC e nem de dentro da JAC. Depois houve alguns que foram, que passaram pra... Principalmente da JOC que acabaram dentro... Muitos operários que eram da JOC e acabaram dentro da AP. Da JAC menos, eu acho¹⁸².

¹⁷⁸ Maria Josefina Becker e Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

¹⁷⁹ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

¹⁸⁰ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

¹⁸¹ Maria Josefina Becker. Porto Alegre, 05.09.2013.

¹⁸² Maria Josefina Becker. Porto Alegre, 05.09.2013.

Ainda sobre a origem basicamente *jucista* da Ação Popular do RS, é elucidativo o documento citado por Cristiane Dias em sua dissertação de mestrado, produzido pela Coordenação Estadual da Ação Popular do RS em outubro de 1963. Se por um lado o documento demonstra preocupação em afirmar que a Ação Popular, “sendo movimento ideológico, (...) não tem, não pode ter caráter confessional”, por outro é também explícito ao dizer que a nova organização era obra de “um grupo de cristãos, na maioria jucistas” que estavam respondendo às contradições da realidade “com o testemunho de seu cristianismo”¹⁸³. Embora seja arriscado afirmar qualquer coisa a respeito da AP do RS neste período baseando-se apenas em um excerto de um documento, podemos dizer que a filosofia inicial da Ação Popular no RS parece ter sido até mais explicitamente cristã do que no âmbito nacional, se compararmos este escrito com o Documento-Base anteriormente analisado.

Nas entrevistas que realizamos com os militantes iniciais da AP no RS, diversas vezes fica claro que a Ação Popular surgiu de uma necessidade encontrada por militantes da esquerda católica de ter um instrumento de ação política desvinculado da hierarquia eclesial. Esta visão, expressa também no excerto do documento regional citado acima, foi alimentada por diversos acontecimentos internos e externos à Ação Católica, em sua maioria já analisados no capítulo anterior. O ex-militante José Loss, por exemplo, entende que “o cristão é aquele que se compromete com a história, não aquele que quer que a história seja cristã. Não é um presentismo. É um estar no mundo. E isso logicamente leva a um posicionamento político”¹⁸⁴. No entanto, o próprio José Loss afirma que havia “uma consciência bem clara (...) de que uma coisa é a ação política, outra coisa é uma consciência religiosa”¹⁸⁵. A preocupação em distinguir, neste momento inicial, o que era Ação Católica e o que era Ação Popular é compartilhada por outros militantes, sobretudo aqueles que tiveram um engajamento maior na JUC. Carmem Craidy, por exemplo, que assim como José Loss foi coordenadora nacional de JUC, afirma diversas vezes que desde o início das articulações para a formação da AP se “fazia a diferença, já, entre ação eclesial e ação política”¹⁸⁶.

¹⁸³ Documento produzido pela Coordenação Estadual da Ação Popular em 22 de Outubro de 1963. In: DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 91.

¹⁸⁴ José Loss. Porto Alegre, 18.09.2015.

¹⁸⁵ José Loss. Porto Alegre, 18.09.2015.

¹⁸⁶ Carmem Craidy. Porto Alegre, 05.09.2013.

Tal preocupação adquire sentido quando recordamos dois aspectos da formação da Ação Popular: primeiro, que as articulações para tal eram realizadas, como afirmamos acima, a partir de dentro da JUC. Em 1961, dois anos antes da fundação oficial da AP, tanto o presidente eleito para a UNE, Aldo Arantes, como o eleito para a União Estadual dos Estudantes, Ernildo Stein, eram membros da JUC. No entanto, as posições defendidas pelos dois não eram aceitas por todos os membros da JUC, muito menos pela maior parte da hierarquia católica. Por isso, era necessário deixar claro que não era a Juventude Universitária Católica que estava se lançando na política estudantil, mas um grupo – que em determinado momento passou a ser conhecido como “Grupão” – formado por membros da JUC. O outro aspecto, que complementa o primeiro, é que a Ação Popular foi formada com a intenção inicial de propiciar que os cristãos de esquerda continuassem desenvolvendo as atividades que tinham na Ação Católica – Alfabetização de Adultos, relações com operários e camponeses, política estudantil, etc. –, sem maiores comprometimentos com a hierarquia eclesial. Por isso mesmo os mais interessados em diferenciar Ação Católica de AP eram os que tinham maior inserção na primeira. Em nossas entrevistas, isto se reflete nas falas de Carmem Craidy¹⁸⁷, José Loss¹⁸⁸ e, em menor escala, Luiz Grassi¹⁸⁹.

Embora a Ação Popular tenha sido fundada em três encontros que ocorreram entre 1962 e 1963, como vimos no capítulo anterior, as articulações nacionais para a criação da nova organização iniciaram alguns anos antes disso. Carmem Craidy, em entrevista, afirma que a AP “começou a ser articulada em cinquenta e oito, cinquenta e nove... que era o grupão. Que foi antecessor da AP”¹⁹⁰. A fala da militante remete às primeiras reflexões de jucistas sobre a “consciência histórica” e suas iniciais incursões na política estudantil. Neste trabalho não há necessidade de aprofundar-nos ainda mais nestas questões. Basta-nos recordar que no ano de 1960 o Congresso de dez anos da JUC representou um marco fundamental neste processo. Luiz Antônio recorda este encontro como o momento chave em que “aquela Ação Católica, mais religiosa e tal, deu uma virada política, digamos assim, ideológica”¹⁹¹. A partir de então, as articulações começam a tomar

¹⁸⁷ Carmem Craidy. Porto Alegre, 05.09.2013 e 26.10.2013.

¹⁸⁸ José Loss. Porto Alegre, 18.09.2015.

¹⁸⁹ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2015.

¹⁹⁰ Carmem Craidy. Porto Alegre, 26.10.2013.

¹⁹¹ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2015.

forma. Já citamos outros dois pontos importantes neste processo: A criação, em 1961, da sociedade civil Ação Popular, em Belo Horizonte, que passou a editar jornal de mesmo nome; E a eleição, também em 1961, de Aldo Arantes para a presidência da UNE.

Outro acontecimento importante neste período, e que também contribuiu para acelerar as articulações para criação da AP, foi a Campanha da Legalidade. Tendo como epicentro o Rio Grande do Sul, o movimento liderado pelo então governador Leonel Brizola para garantir a posse de João Goulart na presidência da República em agosto de 1961 difundiu-se pelo restante do território brasileiro, levado adiante pelos movimentos populares e por políticos e figuras públicas pertencentes ou aliados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na chamada Rede da Legalidade os militantes do Grupão/Ação Popular tiveram ampla participação. Otto Filgueiras relata que em Belo Horizonte estudantes de diversas forças políticas decidiram paralisar a cidade. Durante a manifestação, Otto relata que o líder nacional da AP Jair Ferreira de Sá teria dito ao militante Caio Boucinhas, que se identificava como membro da JUC: “Aqui não se fala em JUC. (...) Aqui nós somos Ação Popular”¹⁹². Em apoio à Legalidade, Aldo Arantes, presidente da UNE e Herbert José de Souza, assessor da entidade, se deslocaram ao Rio Grande do Sul e montaram uma sede provisória da União Nacional dos Estudantes no Palácio Piratini, sede do governo do estado e local de onde Brizola articulava a campanha¹⁹³. Aldo e Betinho, além de líderes da UNE e da JUC, eram duas das principais lideranças na articulação da Ação Popular. A Campanha da Legalidade também representou, para muitos militantes da Ação Católica, um primeiro contato direto com a ação política. Antonia Mara Vieira Loguércio, por exemplo, tinha treze anos em 1961 e era militante da Juventude Estudantil Católica em Bagé, no interior do Rio Grande do Sul. Ela relata que foi neste momento que iniciou sua militância política¹⁹⁴. Diversos outros militantes da AP tiveram na Campanha da Legalidade uma das primeiras experiências de ação política, seja diretamente ou por meio do engajamento de suas famílias. Sérgio Bittencourt, por exemplo, relata que sua família teve grande envolvimento na campanha. Ele conta que no dia em que João Goulart – ou “Dr. Jango”, como ele chama – chegou a Porto Alegre, voltando da China, sua mãe

¹⁹² FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 87.

¹⁹³ FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 86.

¹⁹⁴ LOGUÉRCIO, Antonia Mara. **Entrevista com Antonia Mara Vieira Loguércio.** *In: PIRES, Thiago Vieira. Fazendo Revolução...* *Op. Cit.*, p. 279.

“vestiu eu e minha irmã, eu tinha nove anos de idade e ela sete – por volta das 15 ou 16 horas e nos levou para frente do Palácio [Piratini]”¹⁹⁵. Sebastião Velho, militante da JOC de Novo Hamburgo que, mais tarde, aderiria à Ação Popular recorda que em 1961 “fazia reunião naqueles grupos dos onze do Brizola”¹⁹⁶. Esta experiência, no contexto da defesa da legalidade, certamente foi essencial para aproximar Sebastião e seu grupo de JOC da linha política que começava a ser desenhada pelo Grupão.

No ano seguinte, ainda sob a presidência de Aldo Arantes, a diretoria e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE realizaram uma viagem por quase todas as capitais do país, à exceção de São Paulo, Cuiabá e Niterói – que na época era a capital do estado do Rio de Janeiro. Era a Caravana da UNE-Volante, que com o lema “A UNE veio para unir” participou de aproximadamente 200 assembleias estudantis e realizou inúmeras apresentações teatrais e reuniões com líderes estudantis¹⁹⁷. Entre os objetivos destas reuniões durante a UNE-Volante, estava a articulação nacional da Ação Popular. No Rio Grande do Sul a caravana chegou em março de 1962. Cristiane Dias afirma que no dia 28 daquele mês foi realizada uma reunião entre algumas das principais lideranças da JUC de Porto Alegre e o Betinho, com a finalidade de criar o primeiro núcleo de AP no estado¹⁹⁸. A reunião aconteceu na casa dos pais de Maria Josefina Becker, que relata que na primeira coordenação estadual da AP estavam, entre outros, Maria Angélica Duro, Carlos Walter Aumond e, embora com menor atuação, ela própria¹⁹⁹. Cristiane Dias relata ainda que esta coordenação inicial contava com Hélgio Trindade, Ernildo Stein e Francisco Ferraz²⁰⁰. Ao que tudo indica, também tiveram participação na coordenação da AP do RS neste período inicial Geraldo Moraes²⁰¹ e o professor universitário Leonidas Xausa²⁰² – embora o envolvimento deste último tenha se iniciado, muito provavelmente, por volta do ano de 1963. A partir de então a Ação Popular do Rio

¹⁹⁵ BITTENCOURT, Sérgio. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIRES, Thiago Vieira. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 234.

¹⁹⁶ Sebastião Velho. Porto Alegre, 18.09.2015.

¹⁹⁷ LIMA & ARANTES, **História da Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 21.

¹⁹⁸ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, pp. 90-91.

¹⁹⁹ Maria Josefina Becker. Porto Alegre, 05.09.2013.

²⁰⁰ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 100.

²⁰¹ Geraldo Moraes é citado por Otto Filgueiras, ao lado de Maria Angélica Duro, como um dos delegados do RS no I Congresso da Ação Popular, ocorrido no ano de 1963 na Bahia. Cf. FILGUEIRAS, **Revolucionários sem rosto...** *Op. Cit.*, p. 112.

²⁰² Leonidas Xausa é citado por Luiz Antônio Timm Grassi (05.09.2013) e por Raul Carrion (25.02.2015).

Grande do Sul teria crescente atuação no movimento estudantil – onde rapidamente se tornou força hegemônica –, no movimento operário – principalmente pela aproximação com militantes da JOC –, nos movimentos de cultura popular e em diversas outras áreas.

2.2 Consolidando a nova organização

Quando surgiu, a Ação Popular do Rio Grande do Sul já contava com alguns dos militantes mais destacados do movimento estudantil no estado. Ernildo Stein havia sido presidente da UEE em 1961, quando a organização ainda estava sendo gestada. Francisco Ferraz e Héglio Trindade foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da entidade no ano de 1962. Em 1963 e 1964 foram eleitos, respectivamente, Roberto Brinco e Paulo Renato Crochemore, ambos também militantes da AP. Muitas destas eleições foram conquistadas em frente única de esquerda, alianças entre a Ação Popular – ou o Grupão, anteriormente –, o Partido Comunista Brasileiro e os chamados independentes. Em algumas, no entanto, a frente se rompia e as forças apresentavam candidatos diferentes. Foi o caso, conforme afirma Luiz Antônio Grassi, da eleição de Héglio Trindade e Francisco Ferraz em 1962, na qual

(...) de um lado estava esse grupo que seria a AP, e do outro estava o PC, que a gente dizia que tava coligado com a reação, né. Bom... então, aqui não era uma frente única, não foi, nesse momento, não foi uma frente, foi assim, nitidamente o quadro todo da União Estadual de Estudantes de AP²⁰³.

Podemos encontrar algumas explicações para esta sólida hegemonia da Ação Popular no movimento estudantil. Antes disso, cabe lembrar que ela se repetiu no âmbito nacional, sendo militantes da AP todos os presidentes da UNE no período de 1961 até meados de 1973, quando a entidade foi desestruturada pela ditadura²⁰⁴.

Primeiramente, é importante recordar que a hegemonia desfrutada pela AP no movimento estudantil na realidade começou a ser construída antes mesmo da

²⁰³ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

²⁰⁴ Ver: Lista dos presidentes da União Nacional dos Estudantes. Disponível em: <http://www.une.org.br/presidentes>. Acessado em 08/02/2016 às 19h48min

própria Ação Popular, como já discutimos anteriormente. Ela é, em parte, fruto das articulações de membros da JUC iniciadas em fins da década de 1950. Apenas este fator, no entanto, não basta para explicar tão vasta e duradoura inserção da organização no meio estudantil. Outra questão, que nos parece ter maior peso nesta explicação, é que a AP tinha posições políticas abertas, dialogando com os movimentos de cultura popular e propondo aproximações com as classes populares. Vislumbrava a Revolução socialista – o que a distanciava do cada vez mais criticado imobilismo do PCB –, mas sem se declarar marxista, tecendo críticas à ditadura do proletariado e mantendo certa proximidade com as ideias mais progressistas surgidas no âmbito da Ação Católica. Ou seja, era uma organização politicamente ativa e ideologicamente ampla, o que facilitava sua aceitação naquele contexto.

Além disso, a Ação Popular do Rio Grande do Sul contava com a assessoria de um dos grandes nomes da filosofia brasileira daquele período: o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Ernani Maria Fiori. Bastante próximo do padre Henrique Vaz, um dos autores do Documento Base da AP e com quem compartilhava a ideia de “consciência histórica”, Fiori iniciou sua militância na Juventude Universitária Católica ainda na década de 1930. Cristão ferrenho até o fim da vida, tornou-se entusiasta da ideia de uma organização não-confessional para a atuação política da juventude cristã. No início da década de 1960 passou a se dedicar às discussões a respeito da reforma universitária, tema que levaria consigo para o exílio no Chile após o golpe de 1964²⁰⁵. Luiz Antônio Grassi definiu o professor Fiori como “(...) a grande figura teórica da AP no Rio Grande do Sul” e lembrou que, mesmo se fossem alunos de outros cursos, os militantes do movimento estudantil da UFRGS – em especial os da Ação Popular – frequentavam suas aulas de filosofia²⁰⁶. A profundidade filosófica conferida às reflexões da Ação Popular por influência do professor Ernani Fiori – e outros, como o professor Leonidas Xausa – sem dúvidas contribuiu para a hegemonia da organização no movimento estudantil sul-rio-grandense.

No entanto, outro aspecto parece-nos também fundamental: o trabalho político continuado da Ação Popular nas bases estudantis. Mesmo após alcançar a presidência de entidades representativas por diversas vezes, a organização sempre

²⁰⁵ SOUZA, Luiz Alberto Gómes. **Ernani Fiori: um pensamento fértil na consciência latino-americana**. Síntese, n° 34, 1985, pp. 27-43.

²⁰⁶ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

procurou manter e ampliar suas bases nas escolas e universidades. Na UFRGS, os cursos nos quais havia atuação mais intensa eram Filosofia, Engenharia e Medicina²⁰⁷, e a AP se fazia presente também na Federação dos Estudantes da Universidade (FEURGS)²⁰⁸. No Colégio Anchieta de Porto Alegre, pertencente aos jesuítas, a Ação Popular se fazia presente através de militantes secundaristas como José Luis Fiori, filho do professor Ernani, e Raul Carrion, que afirma ter sido convidado a participar de AP por José Luis entre 1962 e 1963²⁰⁹. No Colégio Estadual Júlio de Castilhos, também em Porto Alegre, a Ação Popular também fez parte do grêmio estudantil desde muito cedo. Antonia Mara Vieira Loguércio estudava nesta escola no ano de 1963, e relata que representou a AP no grêmio estudantil neste período. Diz ela: “Nessa época eu ainda era de JEC, mas muito próxima da AP. Lembro de ter sido indicada para a Secretaria Feminina do Grêmio do Julinho dentro da cota da AP”²¹⁰. Tal afirmação nos leva a outra característica da hegemonia da AP no movimento estudantil sul-rio-grandense deste período: a manutenção da proximidade – e até mesmo certa fluidez – entre militantes da Ação Católica e da Ação Popular. Esta característica propiciava que os militantes de JEC e JUC, especialmente, se aproximassem gradativamente da Ação Popular até o momento em que se tornassem, de fato, militantes da organização – já que a militância em JEC e JUC, ao menos teoricamente, era realizada apenas no período estudantil. Foi o que aconteceu com Antonia Mara Loguércio e diversos outros militantes. Dilza de Santi, por exemplo, afirma que sua transição “(...) da JEC para AP foi uma coisa meio natural, porque (...) já era líder estudantil secundarista (...)”. Esta fluidez, somada a um contexto de grande efervescência política e social, tornaria até mesmo um pouco confusas as fronteiras entre o que era atividade da Ação Popular e o que era de outros grupos como JEC, JUC, JOC ou movimentos comunitários e de cultura popular – como é o caso na participação de Antonia Mara no grêmio estudantil, que citamos anteriormente, e também na grande mobilização política que havia em Ijuí, que abordaremos adiante.

Com tamanha inserção no movimento estudantil, a Ação Popular levantou – ao lado de outras forças – a bandeira da luta pelas reformas de base. Em relação à reforma universitária, a UEE promoveu um seminário em junho de 1962, durante a

²⁰⁷ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

²⁰⁸ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 91.

²⁰⁹ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

²¹⁰ LOGUÉRCIO, Antonia Mara. *In*: PIRES, Thiago Vieira. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 279.

gestão de Francisco Ferraz e Héglio Trindade, para discutir o tema. O encontro teve participação do professor Ernani Fiori, cuja palestra foi publicada pela entidade ainda naquele ano²¹¹. No ano seguinte, a AP promoveu outro seminário, desta vez para tratar das reformas de base e outras questões consideradas relevantes naquele momento. O programa desta atividade foi reproduzido em ata de reunião da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS)²¹², instaurada após o golpe de 1964 para averiguar “suspeitas de subversão” na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O documento, citado por Cristiane Dias, diz o seguinte:

Programa da conferência: 1) Problemas gerais da atualidade brasileira; 2) Processo de desenvolvimento nacional; 3) Programa de capital estrangeiro e luta contra a espoliação; 4) Planejamento da economia; 5) Principais reformas de base: reforma agrária e custo de vida; 6) O papel da mulher na Revolução Brasileira; Extra: O cristão e a Revolução Nacional Brasileira. Conferencistas: Duarte Pereira, Aldo Vieira Pinto, Helga Hoffman, Antonio de Faria, Frei Josafá, Max da Costa Santos, Orlando Villaverde e Amadeu Rocha. Conferência de encerramento: Jacob Gorender. Data: 16 de novembro a 7 de dezembro de 1963²¹³.

A diversidade temática deste seminário demonstra que a Ação Popular do RS neste período, ainda que fosse composta basicamente de estudantes universitários, não estava fechada no ambiente acadêmico, mas discutia e procurava engajar-se nas lutas mais amplas do movimento popular. Esta posição, aos poucos, começava a demonstrar resultados na aproximação entre os universitários da AP do RS e os trabalhadores, sobretudo oriundos da JOC. Raul Carrion cita dois membros da Juventude Operária Católica que realizaram esta aproximação com a AP ainda antes do golpe de 1964: José Ouriques de Freitas e Pedro Machado Alves²¹⁴, ambos trabalhadores do setor metalúrgico na região da grande Porto Alegre. Dilza de Santi também recorda de um militante operário da JOC em Uruguaiana que se mantinha próximo da AP, tendo ingressado na organização pouco depois do golpe de 1964²¹⁵. As relações da Ação Popular do RS com a classe trabalhadora neste período anterior ao golpe de 1964, no entanto, ficaram no nível da aproximação – tanto

²¹¹ SOUZA, Luiz Alberto Gómes. **Ernani Fiori...** *Op. Cit.*, p. 33 e 42.

²¹² Voltaremos a discorrer sobre a CEIS mais adiante.

²¹³ Ata da 7ª Reunião da Comissão Especial de Investigação Sumária *Apud* DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 111.

²¹⁴ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015. Na entrevista, não fica claro se os dois militantes passaram efetivamente da JOC para a AP ainda antes de 1964. No entanto, sem dúvidas, a aproximação foi realizada anteriormente, podendo o ingresso efetivo ter ocorrido pouco antes ou pouco depois do golpe.

²¹⁵ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

através de setores da JOC como por meio da alfabetização de adultos e da atuação na secretaria do trabalho, como discutiremos adiante. Já a origem basicamente cristã da organização vinha sendo ampliada um pouco mais depressa. Luiz Antônio Grassi afirma que no ano de 1963, “com toda essa movimentação na Universidade aquilo que era JUC, só, e que gerou a AP já estava muito mais aberto”²¹⁶. De fato, a movimentação era grande. A tal ponto que o tempo parece curto para comportar tudo que brota nos relatos acerca deste período. Como disse Carmem Craidy: “A gente achava que ia fazer a Revolução no dia seguinte”²¹⁷!

2.3 Tempos de efervescência

Já discorreremos, no primeiro capítulo, sobre a vasta mobilização social e política que tinha lugar no Brasil do início dos anos 1960. De certa forma, a campanha pelas reformas de base representa bem este momento, tendo grupos totalmente favoráveis, outros que as apoiavam com ressalvas e/ou críticas e aqueles que eram completamente contrários a elas. Este cenário gerou um clima de efervescência que era também sentido e vivido pela Ação Popular do Rio Grande do Sul. Sobre este período, Carmem Craidy recorda que “era a crista da onda, de que todo mundo era a favor de reforma mesmo, ninguém tinha coragem de dizer que não era (risos). (...) era um clima de reforma, de mudanças, de ir pra frente... e a reação surgiu exatamente disso”²¹⁸. A ênfase que Carmem confere à ideia de que “ninguém era contrário às mudanças” sociais no início da década de 1960 pode ser melhor compreendida se considerarmos um dos traços fundamentais na elaboração da memória. Se Michel Pollak chama a atenção para “as preocupações do momento” no qual a pessoa elabora o depoimento como elementos “de estruturação da memória”²¹⁹, é preciso atentarmos também para a importância da experiência pessoal e coletiva no período rememorado na determinação da memória que se irá construir. Se a memória é sujeita a “flutuações, transformações, mudanças

²¹⁶ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2015.

²¹⁷ Carmem Craidy. Porto Alegre, 05.09.2013.

²¹⁸ Carmem Craidy. Porto Alegre, 05.09.2013.

²¹⁹ POLLAK, Michael. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL**. *Op. Cit.*, p. 4.

constantemente²²⁰, não o é, certamente, a partir de um vazio. Ela depende, em grande parte, da forma como a pessoa que lembra vivenciou o período lembrado. Assim, sem dúvidas a lembrança de Carmem de uma época na qual “ninguém tinha coragem de dizer que não era” favorável às reformas de base – mesmo que se saiba que as articulações para o golpe já alcançavam, naquele momento, elevado grau de organização – está fortemente vinculada às suas experiências pessoais e coletivas, em especial seu engajamento político e o de grande parte daqueles que constituíam suas redes de relações mais próximas. Em que pese esta ponderação, no entanto, podemos constatar que, de fato, o clima de mudanças e de engajamento político se alastrava pelo estado naquele período – tanto na capital como no interior.

Em Uruguiana, na fronteira oeste do estado, Dilza de Santi participou de um projeto de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire promovido por uma religiosa da escola onde estudava. Neste período – entre 1962 e 1963 – Dilza ainda estava na JEC, mas já era próxima da AP, realizando contatos e buscando materiais da organização nos congressos estaduais da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas²²¹. Ela lembra que havia uma “grande preocupação (...) com o nível do analfabetismo que existia na cidade e no Brasil”. E por isso, diz ela, “conhecemos o livro do Paulo Freire, conhecemos o método e pegávamos nossas bicicletas e íamos para a beira do rio com os pescadores que viviam do rio, que moravam ali, tentando alfabetizar”²²². Em Ijuí, recorda Carmem Craidy:

(...) havia um movimento na faculdade bastante forte que era o movimento comunitário de base liderado pelo ‘Mathias’, pelo Mário Osório Marques, ex ‘frei Mathias’. (...) Eu fui presidente de diretório em sessenta e três, e a gente, era uma ‘doideira’ total, né, a gente tinha TODAS (frisando) as semanas uma assembleia da faculdade de ia TODO (frisando) mundo, que se discutia política. Tinha um programa de rádio (risos) que eu fazia de improviso, brigava até com promotor e com a escola, e com o dono da rádio que era (...) meu tio (...). Tinha assembleia no sindicato dos operários e tinha, nos sábados e domingos a gente ia de caminhão com os seminaristas que eram (...) ‘engajadésimos’ fazer teatro popular no campo, nos núcleos da FAG [Frente Agrária Gaúcha], a gente fazia peças da UNE, o subdesenvolvido... aquelas coisas todas. Representava em cima do caminhão e depois tinha debate com os agricultores. Então tinha semanalmente atividade na universidade, na imprensa, no meio rural e no meio operário. Bah, era uma maluquice completa²²³.

²²⁰ *Ibid*, p. 2.

²²¹ Dilza de Santi. Porto Alegre, 26.10.2013.

²²² Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

²²³ Carmem Craidy. Porto Alegre, 05.09.2013.

Com estes dois relatos, fica claro que a mobilização política dos estudantes do Rio Grande do Sul neste período ia muito além dos muros das escolas e Universidades. A aproximação com as classes populares era considerada, em todos os lugares, fundamental na luta pela “Revolução brasileira”. A Ação Popular esteve, desde sua criação, totalmente inserida nestas mobilizações, embora – como os relatos acima deixam claro – nem sempre fosse protagonista das ações. Sobre isso, Carmem Craidy acrescenta:

Eu era vinculada à AP. (...) Eu já participava, mas eu não tinha um cargo em AP (...). Eu era meio periférica em AP, eu era mais de JUC. (...) A gente trabalhava com a FAG, trabalhava no movimento operário, trabalhava com o Paulo Freire, trabalhava com o movimento comunitário (...). Então as coisas ficavam um pouco misturadas, tinha o movimento comunitário, tinha a JUC e tinha a Ação Popular, mas a gente não era assim tão identificado como Ação Popular. A Ação Popular ia lá, achava uma maravilha o trabalho que a gente fazia, porque a gente tinha inserção popular real (...). Então as coisas se misturavam um pouco²²⁴.

Colocando-se ao lado de outras forças políticas importantes, formando frentes – não apenas no movimento estudantil, mas também no movimento popular em geral –, a Ação Popular aumentava sua aproximação com a classe trabalhadora no campo e na cidade, colaborando assim para o já citado “clima de efervescência” política e social. A “mistura” relatada por Carmem entre o que seria atividade própria da AP e o que seria promovido pelas demais organizações, além disso, indica outra característica da Ação Popular do RS neste período: a pouca preocupação com o registro de suas atividades. Luiz Antônio Grassi recorda que, neste período,

Documento nenhum era assinado e datado. Não por medo, nem nada, simplesmente porque era assim, sabe. Tu fazia um documento, os documentos sempre eram coletivos, mas ninguém dizia assim: ‘tem que ser coletivo’, ninguém discutia isso. Era porque era, não é?! Era porque a gente era assim. (...) as reuniões, não havia preocupação nenhuma de registrar coisa nenhuma. Não havia inscrição, nem coisa nenhuma. (...) Enfim, (...) as coisas iam e vinham assim, né. Como a gente naquela época tinha muita coisa que fazia assim, a gente participava de tudo, então tinha que se virar para poder dar conta das coisas²²⁵.

Tal declaração de Luiz Grassi demonstra uma característica percebida como fundamental na Ação Popular do Rio Grande do Sul. Se neste momento a precária documentação das ações do grupo está relacionada à efervescência política e social

²²⁴ Carmem Craidy. Porto Alegre, 26.10.2013.

²²⁵ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

daquele período, posteriormente – como veremos – este traço será atribuído às dificuldades impostas pela clandestinidade e pela repressão. Em ambos os casos, a escassez da documentação escrita é um dos motivos para o emprego de fontes orais como embasamento empírico deste trabalho. A memória dos militantes sobre suas participações na Ação Popular, portanto, é tratada aqui como fonte para a pesquisa histórica. Não queremos, com isso, negligenciar o caráter fundamentalmente subjetivo deste tipo de fonte. Contudo, consideramos que é possível, através da análise e do entrecruzamento de entrevistas e delas com outras fontes, aproximar-se da realidade histórica.

A explicação de Luiz Antônio Timm Grassi para a escassez de documentação, entretanto, é perfeitamente plausível, considerando que além de tudo que já citamos a Ação Popular do RS neste período ainda atuava em diversos outros movimentos de cultura popular e teve inserção nas secretarias estaduais da Educação e do Trabalho. Ainda no período da gestão de Francisco Ferraz, Luiz Grassi recorda que participou da Caravana Universitária da UEE, a exemplo do que acontecera nacionalmente com a Caravana da UNE-Volante. Grassi lembra que “a Caravana ia pra cidade, aí tinha reuniões, tinha debate com os estudantes, aí tinha uma noite que nós apresentávamos [teatro] e depois tinha um debate”²²⁶. Desta forma, foi constituído “espontaneamente” um Centro Popular de Cultura na UEE. Com a Caravana, o grupo de Luiz Grassi representou peças do CPC da UNE como “O Auto dos 99%” e “O Subdesenvolvido” em cidades como Santa Maria, Ijuí, Passo Fundo e Caxias do Sul. Além disso, em Porto Alegre, apresentou-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), no Instituto de Artes, na Faculdade de Medicina e na vila Maria da Conceição²²⁷.

Ainda neste período, por volta de 1963, houve, como afirma Maria Josefina Becker, “uma decisão de participação no governo Jango (...)”²²⁸. Almino Afonso, ministro do trabalho do governo João Goulart e Paulo de Tarso, ministro da educação do mesmo governo, eram bastante próximos da AP. Havia também alguns parlamentares ligados, provavelmente ainda mais do que os ministros, à Ação Popular, como o paulista Plínio de Arruda Sampaio. Diante deste cenário, Luiz

²²⁶ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

²²⁷ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

²²⁸ Maria Josefina Becker. Porto Alegre, 05.09.2013.

Grassi afirma que no “final de sessenta e três, já início de sessenta e quatro havia uma tendência muito clara da AP se tornar algum tipo de partido político”²²⁹.

Esta inserção de militantes da AP na política oficial também aconteceu, dentro de suas especificidades, no Rio Grande do Sul. No governo de Ildo Meneghetti a educadora e militante dos direitos do professorado Zilah Totta assumiu a Secretaria Estadual da Educação e Cultura, levando com ela a assistente social Lúcia Castilho para a divisão de cultura. Lúcia criou ali o departamento (ou subdivisão) de cultura popular, no qual trabalharam diversas pessoas ligadas à Ação Popular e demais movimentos que discutiam o tema naquele momento. Maria Josefina Becker trabalhou neste grupo, através do qual foi criado um “trabalho de cultura popular na vila Maria da Conceição” e foram desenvolvidos cursos de capacitação para alfabetizadores de adultos no método Paulo Freire, um deles ministrado em Ijuí para o grupo do qual participava Carmem Craidy²³⁰. Maria Becker também participou, no ano de 1963, de um encontro nacional de cultura popular e alfabetização de adultos em Recife, financiada pelo governo do estado. Nesta ocasião, Maria recorda ter conhecido o educador Paulo Freire e ter participado de um curso sobre seu método de alfabetização, além das discussões a respeito das estratégias da cultura popular no Brasil²³¹. A partir das atividades desenvolvidas pelo grupo do qual fazia parte Maria Becker, outros trabalhos de alfabetização de adultos foram elaborados. Antonia Mara Vieira Loguércio fez parte de uma equipe de alfabetização no ano de 1963, quando ainda era membro da JEC em Porto Alegre. Ela recorda que os dados necessários para o trabalho foram repassados ao seu grupo por Maria Josefina Becker. Quando a equipe de Antonia Mara estudava o método Paulo Freire e se preparava para iniciar a alfabetização no Passo do Feijó – à época pertencente à Viamão, hoje município de Alvorada – veio o golpe de Estado e, nas suas palavras, “acabou com toda a festa”²³².

Como podemos perceber, o envolvimento de militantes e pessoas próximas à Ação Popular em projetos de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire foi muito comum no Rio Grande do Sul neste período. O próprio Ernani Fiori, que cumpria papel de intelectual da organização, se tornaria muito próximo a estas discussões, chegando inclusive a escrever, quando já estava exilado no Chile no

²²⁹ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

²³⁰ Maria Josefina Becker. Porto Alegre, 05.09.2013.

²³¹ Maria Josefina Becker. Porto Alegre, 05.09.2013.

²³² LOGUÉRCIO, Antonia Mara. *In*: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 280.

ano de 1967, o prefácio para o livro “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire²³³. Ainda que estas experiências de alfabetização tenham tido pouco tempo de duração, a ideia de conscientização ficou profundamente marcada na militância da Ação Popular. A concepção de consciência – e de conscientização – a qual nos referimos, no entanto, está distante de uma ideia unidirecional na qual uma classe média intelectualizada ilumina a massa de comuns com seu saber. Sobre ela, Ernani Fiori escreve no já referido prefácio:

A intencionalidade transcendental da consciência permite-lhe recuar indefinidamente seus horizontes e, dentro deles, ultrapassar os momentos e as situações, que tentam retê-la e enclausurá-la. Liberta pela força de seu impulso transcendentalizante, pode volver reflexivamente sobre tais situações e momentos, para julgá-los e julgar-se. Por isto é capaz de crítica. (...) A verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da ‘práxis’ constitutiva do mundo humano – é também ‘práxis’. (...) A consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas e em razão direta; uma é a luz interior da outra, uma comprometida com a outra. Evidencia-se a intrínseca correlação entre conquistar-se, fazer-se mais si mesmo, e conquistar o mundo, fazê-lo mais humano²³⁴.

Assim entendida, a conscientização passa a ser práxis libertadora, ação/reflexão do sujeito que, coletivamente, humaniza a si e ao mundo. Desta forma, ela não se dá se não em relação. Ao envolver-se na alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, os militantes estabeleciam esta relação educativa com sujeitos da classe trabalhadora – que, entendida desde uma perspectiva ampliada, formava a esmagadora maioria dentre os analfabetos. Sendo assim, não apenas educavam os alfabetizandos, mas estavam abertos para que eles também os educassem, através da escuta e da partilha cultural. Entendemos, portanto, que em que pese a efemeridade forçada das relações ali estabelecidas, a alfabetização de adultos possibilitou uma aproximação e forte identificação entre os militantes que desenvolveram os projetos e os trabalhadores que deles participaram.

Da mesma forma que ocorreu na Secretaria de Educação e Cultura, na Secretaria do Trabalho também houve atuação de militantes da AP neste período. No ano de 1963 o militante da Ação Popular Carlos Walter Aumond foi convidado pelo então secretário do trabalho para assumir a frente da divisão de trabalho. Aceitando o cargo, levou consigo outros militantes da AP, da JUC e da JOC. Entre

²³³ FIORI, Ernani. **Aprender a dizer a sua palavra**. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, pp. 7-22.

²³⁴ FIORI, Ernani. **Aprender a dizer a sua palavra...** *Op. Cit.*, p. 14-15.

eles estava Luiz Antônio Timm Grassi, que relata ter sido este seu primeiro emprego. Grassi recorda que não havia uma orientação clara do secretário sobre que tarefas realizar, ficando o planejamento das atividades mais a cargo de Aumond – que, pouco depois, fora substituído por Hégio Trindade. Ele lembra que uma das principais atividades do grupo era a realização de reuniões com representantes sindicais do estado, que justamente pela liberdade da qual o grupo dispunha, se caracterizavam como “reuniões de organização da própria AP”²³⁵, citando como exemplo as viagens para Caxias do Sul para encontrar lideranças sindicais daquele município. A inserção de militantes nesta divisão da Secretaria do Trabalho constituiu-se como outra estratégia de integração de parte da Ação Popular nos movimentos políticos da classe trabalhadora neste período. Enquanto a primeira, estabelecida a partir da alfabetização, tinha um caráter educativo, esta segunda forma tinha uma característica mais organizacional, visto que estabelecia relações com lideranças operárias buscando mantê-las próximas – ou até mesmo inseridas – à Ação Popular. Se nas estratégias desenvolvidas pela alfabetização tinha tônica a identificação dos militantes com os trabalhadores, na divisão do trabalho o sentido da estratégia era buscar estabelecer uma identificação dos trabalhadores com a Ação Popular. Por certo, se tivéssemos entrevistado outros membros deste grupo que atuou na Secretaria do Trabalho – especialmente Carlos Walter Aumond e Hégio Trindade – teríamos conhecimento de outras atividades desenvolvidas por eles, pois não parece plausível que o governo Meneghetti tenha mantido um grupo razoável de pessoas com total liberdade para ação. No entanto, é completamente compreensível que no relato de Luiz Antônio Grassi apareça com mais força a questão da organização da AP, aspecto que certamente despertava maior interesse no militante.

Apesar das diferenças nas atuações dos militantes nas duas secretarias – sobretudo no que diz respeito ao caráter da relação estabelecida a partir daí com os trabalhadores –, podemos identificar algumas semelhanças que têm relevância para este trabalho. A principal delas é o fato de as duas atuações terem sido efetivadas durante o governo de Ildo Meneghetti, político reconhecidamente conservador. Além de ter sido ativo conspirador no processo de articulação do golpe de Estado de 1964, o governo Meneghetti antecipou, como aponta Claudia Wasserman, “em nível regional, um modelo de comportamento repressivo na direção dos movimentos

²³⁵ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

sociais que se repetiria a partir de 1964 no resto do país”²³⁶. Neste contexto, a inserção dos militantes nas secretarias de estado confirma a força daquilo que Carmem chamou, em entrevista, de “clima de mudanças”²³⁷. Quer dizer, mesmo um governo reconhecidamente conservador acabava abrindo espaço institucional para a atuação política de esquerda. O fato desta atuação ter sido realizada, em grande medida, por militantes da Ação Popular revela ainda o rápido crescimento e fortalecimento que a organização logrou alcançar neste período inicial no Rio Grande do Sul.

A mobilização política, no entanto, não era forte apenas no campo da esquerda. A direita se articulava política e militarmente para impedir, especialmente, o avanço das lutas pelas reformas de base. Ainda que estas articulações fossem realizadas clandestinamente, à medida que o golpe se aproximava elas se tornavam mais visíveis. Dilza de Santi relata que, no dia 30 de março de 1964, a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas realizava um congresso em um teatro da cidade de Itaqui. Nesta ocasião, recorda a militante, “a direita estava toda armada”, tendo assumido os mezaninos do teatro “postada com fuzis”²³⁸. Provavelmente a direita à qual se refere Dilza fosse a Brigada Militar ou o Exército, o que revela a intenção de intimidação repressiva do Estado com relação aos estudantes mesmo pouco antes do golpe e mesmo em uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul. Antecipação atenuada do que estaria por vir com a instauração da ditadura de segurança nacional após o 1º de Abril de 1964.

2.4 O golpe, a imediata repressão e as tentativas de resistência da Ação Popular do Rio Grande do Sul

Até aqui, já ficou claro que as mobilizações políticas do campo nacional-reformista, contra as quais foi desferido o golpe civil-militar, também eram fortes no Rio Grande do Sul. A reação de direita a tais mobilizações, por sua vez, também se organizava. No plano político institucional, além de estar representada no próprio

²³⁶ WASSERMAN, Claudia. **O golpe de 1964...** *Op. Cit.*, pp. 56-57.

²³⁷ Carmem Craidy. Porto Alegre, 05.09.2013.

²³⁸ Dilza de Santi. Porto Alegre, 26.10.2013.

governador Ildo Meneghetti, a direita compunha, na Assembleia Legislativa, a Ação Democrática Parlamentar. (ADP)²³⁹. Já em 20 de março de 1964, em manifesto publicado no jornal *Correio do Povo*, os partidos que compunham a ADP²⁴⁰ alertavam para a perigosa e incontestável “infiltração comunista em todos os setores do governo”, ressaltando a “inadaptação” do mesmo às instituições democráticas brasileiras e visando difundir a ideia da necessidade da deposição do presidente em nome da democracia²⁴¹.

Além das declarações conjuntas da ADP, os deputados que dela faziam parte também realizavam discursos no mesmo sentido na Assembleia Legislativa. Ainda em fins de março, o deputado do PSD Alexandre Machado pediu o armamento dos “homens de bem” do estado em defesa “de seus lares, suas esposas e seus filhos, contra os assassinos e inimigos da pátria”²⁴². Já a Ação Republicana Socialista, favorável às reformas de base e ao presidente João Goulart, procurava fazer sua defesa. No entanto, esbarrava na leve maioria que tinham os conservadores na Assembleia²⁴³.

As associações empresariais também estavam engajadas na campanha de desestabilização do governo Goulart, tanto de forma isolada como unificadas na seção do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no Rio Grande do Sul, o IPESUL²⁴⁴. A Igreja Católica também se envolvia, especialmente por meio do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que fazia uso das associações entre as reformas de base e a instauração do “comunismo materialista e ateu” sempre que tinha oportunidade. Ao mesmo tempo, a Ação Democrática Feminina (ADF) do RS foi fundada em março de 1964 para “combater a demagogia, a subversão e a desordem”²⁴⁵, com a benção da Igreja Católica.

²³⁹ Embora alguns autores façam referência a esta frente parlamentar como sendo denominada “Ação Democrática Popular”, o *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930* traz uma diferenciação entre a “Ação Democrática Parlamentar”, com sigla ADP e a “Ação Democrática Popular”, sigla ADEP, afirmando que a primeira era uma articulação interpartidária de oposição ao governo João Goulart que estava organizada no Congresso Nacional e em diversas Assembleias Legislativas estaduais. Cf.: ABREU, Alzira Alves *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. 5 v, pp. 24-25.

²⁴⁰ A saber, PSD, UDN, PL, PRP e PDC. Ver: PADRÓS, Enrique; LAMEIRA, Rafael. **1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão**. In: PADRÓS, Enrique; *Et al.* **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória**. 2ª Ed., V.1. Porto Alegre: Corag, 2010, p. 37.

²⁴¹ PADRÓS e LAMEIRA. **1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão...** *Op. Cit.*, p. 40.

²⁴² *Ibid*, p. 42.

²⁴³ *Ibid*, p. 41.

²⁴⁴ *Ibid*, p. 43.

²⁴⁵ *Ibid*, p. 43.

A grande imprensa do estado, por sua vez, também cumpriu um papel decisivo na campanha de desestabilização do governo federal e difamação de seus aliados – sobretudo o ex-governador Leonel Brizola. O jornal *Correio do Povo*, sediado em Porto Alegre, foi um dos principais veículos a se envolver na conspiração, com seus editoriais clamando pela “verdadeira ordem constitucional”²⁴⁶, na qual não são tolerados ataques à dignidade e à hierarquia das Forças Armadas, por exemplo.

Com o golpe já em andamento, a situação de tensão se agravou no Rio Grande do Sul – sobretudo na capital do estado, onde o bloco nacional-reformista depositava suas principais esperanças de resistência. O governador Ildo Meneghetti chegou a requisitar oficialmente as rádios do estado, com a justificativa de evitar a perturbação da “tranquilidade reinante”. As tropas do III exército, no entanto, comandadas pelo legalista Ladário Pereira Telles, ocuparam as rádios e conseguiram o que o governador queria evitar: a reedição da Rede da Legalidade²⁴⁷. Padrós e Lameira relatam ainda que houve, já no dia 1º de Abril de 1964, grande concentração em defesa da legalidade e do governo João Goulart em Porto Alegre, sob a liderança do Prefeito Sereno Chaise²⁴⁸. Em entrevista, Carmem Craidy lembra o “ensaio de resistência por parte do Brizola”, no qual os militantes da Ação Popular estavam envolvidos. Ela recorda que, neste período, passou “quatro dias sem ir pra casa. (...) ficava o dia inteiro na rua, nas manifestações (...)”²⁴⁹. Dado o clima favorável à resistência que ganhava força em Porto Alegre, o governador Ildo Meneghetti transferiu a sede do governo para Passo Fundo, cidade onde tinha forte apoio no 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar²⁵⁰. De lá, publicou um manifesto no qual conclamava o povo gaúcho, em especial o III Exército e a Brigada Militar, a lutar “como os bravos farroupilhas” para “libertar a nossa Pátria da demagogia, da inflação e da miséria política”²⁵¹. Percebendo que o movimento golpista ganhava força rapidamente, conquistando inclusive importantes apoios no III exército – nas divisões de Uruguaiana, Santa Maria e Bagé e nas regiões de Santa Catarina e Paraná – e na Brigada Militar, João Goulart decidiu não dar

²⁴⁶ *Ibid*, p. 45.

²⁴⁷ *Ibid*, p. 36 e 46.

²⁴⁸ *Ibid*, p. 46.

²⁴⁹ Carmem Craidy. Porto Alegre, 05/09/2013.

²⁵⁰ PADRÓS e LAMEIRA, **1964**: O Rio Grande do Sul no olho do furacão... *Op. Cit.*, p. 47.

²⁵¹ Manifesto de Ildo Meneghetti, Passo Fundo, 1º de abril de 1964. *In*: WASSERMAN, **O golpe de 1964...** *Op. Cit.*, p. 51.

prosseguimento aos seus planos de resistência a partir do Rio Grande do Sul. Viajou, então, para seu exílio no Uruguai no dia 2 de Abril de 1964²⁵².

Bem sucedido o movimento golpista, a repressão logo se faria sentir sobre aqueles que tinham atuação política no campo da esquerda no período anterior. Dilza de Santi, que militava na JEC de Uruguaiana e estava cada vez mais próxima da Ação Popular, ainda era estudante secundarista quando a repressão a atingiu pela primeira vez. Ela relata:

Dois ou três dias depois do golpe, ou naquela semana, aí não sei bem as datas, eles invadiram o colégio, me tiraram da sala de aula, o exército (...). Gravaram toda a minha entrevista, passei o dia inteiro dando depoimento no colégio. Umas besteiras, queriam saber dos murais, desses boletins que a gente fazia da JEC, e tal, umas bobagens. Bom, e aí, dali uns dias editaram e botaram na rádio! E eu virei a Geni de Uruguaiana! (...) o meu pai queimou tudo que tinha lá em casa, tinha muito material do Paulo Freire, tinha... aí eu já tava lendo tudo, né. Eu tava lendo tudo! E aí, queimou, e o que ele não queimou, umas besteiras, eles, de todos os comunistas de Uruguaiana eles juntaram e fizeram uma vitrine na ‘Casa Jaques’ (risos), bem assim, do material. Do material, que era ridículo²⁵³.

Ainda que, ao menos à primeira vista, Dilza não tenha sofrido violência física neste momento por parte dos militares, a violência psicológica foi nitidamente forte, visto que se tratava de uma jovem secundarista que foi exposta e difamada para toda a cidade. Como ela mesma lembra, fazendo referência à música de Chico Buarque, se tornou a “Geni” de Uruguaiana, o que iria, inclusive, antecipar os planos que Dilza já fazia de ir para Porto Alegre cursar a Universidade. Além disso, é importante lembrar que o envolvimento político de Dilza neste momento se limitava ao movimento estudantil secundarista e à alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, o que deixa claro que, desde o primeiro momento, os golpistas no Rio Grande do Sul pretendiam acabar justamente com as mobilizações que causavam a efervescência social do pré-golpe.

No novo contexto, a atuação de militantes em secretarias de estado – como é de se esperar – foi logo cancelada. Maria Josefina Becker relata que tinha uma passagem comprada para ir à Santa Rosa no dia 31 de março de 1964, onde iniciaria um curso de formação de alfabetizadores de adultos promovido pela subdivisão de cultura popular da Secretaria de Educação e Cultura do estado do Rio Grande do Sul. A viagem não só foi suspensa, como a própria secretária de

²⁵² PADRÓS e LAMEIRA, **1964**: O Rio Grande do Sul no olho do furacão... *Op. Cit.*, p. 48.

²⁵³ Dilza de Santi. Porto Alegre, 26/10/2013.

educação foi substituída. Paulo Amorim, a quem Maria Becker define como “juscelinista”, assumiu o cargo no lugar de Zilah Totta. Maria Becker recorda que Paulo, em determinada ocasião, reuniu o grupo da sub-divisão de cultura popular e disse-lhes:

‘O trabalho de vocês é muito importante, é muito bonito trabalhar com a população, levar cultura pro povo’ – a linguagem dele não era tão politicamente correta, mas ele gostava da gente, ele gostava do nosso trabalho (...). Aí ele disse: ‘não, então vamos continuar esse trabalho, só que vocês façam o seguinte, vocês falem mais em conscientização e menos em politização, politização é muito forte e nós temos que ter cuidados’. (...) Aí um dia ele nos chamou e disse: ‘Olha, eu vou levar todo o material de vocês para a minha casa porque a coisa tá ficando muito feia’. (...) Isso foi em maio. (...) Sessenta e quatro. (...) Terminou assim²⁵⁴.

Pouco mais de um mês após o golpe de Estado, portanto, fechava-se definitivamente este caminho de atuação política institucional para os militantes da Ação Popular. É revelador, no entanto, o relato de Maria de que Paulo Amorim teria pedido que se falasse mais em conscientização do que politização. Como vimos anteriormente, a ideia de conscientização presente no pensamento de Paulo Freire é, na realidade, bastante próxima à politização. Não parece ser este, no entanto, o entendimento de Paulo Amorim. Aqui, a conscientização aparece mais como um termo pretensamente “neutro” e por isso, talvez, o seu uso significaria o “cuidado” que era necessário naquele momento. Tendo em vista que, mesmo assim, o trabalho foi interrompido logo em seguida, percebemos que a troca de termos não foi suficiente para “neutralizar politicamente” – ou seja, retirar-lhe a perspectiva progressista – o trabalho desenvolvido pelo referido grupo.

Na Secretaria do Trabalho, Luiz Grassi relata que a atuação do grupo “desmantelou”. Héglio Trindade fora substituído na Divisão do Trabalho por alguém que não pertencia ao círculo de militância na JUC, na AP ou na JOC. Ainda no contexto da iminência de uma resistência de João Goulart e Brizola a partir do Rio Grande do Sul, Luiz Grassi relata que não compareceu mais ao trabalho na Secretaria, pois andava pela cidade encontrando pessoas na “Igreja da Conceição, e vindo aqui e ali”²⁵⁵. Ainda que o desfecho da atuação na Secretaria do Trabalho tenha sido mais sutil do que na de Educação, a partir do golpe o trabalho de

²⁵⁴ Maria Josefina Becker. Porto Alegre, 05.09.2013.

²⁵⁵ Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

organização sindical por este meio estava automaticamente inviabilizado – até mesmo por conta das intervenções nos sindicatos mais ativos.

O fechamento destes canais institucionais de atuação dos militantes da AP fazia parte da lógica da chamada “primeira operação limpeza”, instaurada pelo novo regime logo após o golpe. No dia 9 de abril de 1964 o Comando Supremo da Revolução editou um Ato Institucional – posteriormente conhecido como AI-1 – que, entre outras disposições, ampliava os poderes da Presidência da República; instaurava os inquéritos policial-militares (IPM’s); suspendia a vitaliciedade e a estabilidade de funcionários públicos por seis meses; e marcava eleições indiretas para a Presidência da República. Além disso, o ato trazia listas com nomes de pessoas que tinham seus direitos de cidadania cassados por dez anos, parlamentares e membros do executivo que tinham cassados seus mandatos e militares que eram transferidos para a reserva²⁵⁶. No Rio Grande do Sul, além da cassação do prefeito de Porto Alegre Sereno Chaise, membro do Partido Trabalhista Brasileiro e de outros prefeitos do interior²⁵⁷ apoiadores do bloco nacional-reformista e do governo de João Goulart, Carla Rodeghero afirma:

O mesmo aconteceu com cerca de metade da bancada trabalhista na Assembleia Legislativa gaúcha. Em dois momentos, maio de 64 e julho de 66, 12 dos 23 deputados eleitos em 62 pelo PTB foram cassados; também foram cassados deputados do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e da Aliança Republicana Socialista (ARS)²⁵⁸.

A Ação Popular seria atingida diretamente por ações como os inquéritos policial-militares, mas também pelas investidas da “operação limpeza” contra o movimento estudantil e a Universidade de forma geral. Ainda no mês de maio de 1964, precisamente no seu vigésimo primeiro dia, fora instalada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – também na lógica da referida operação – uma Comissão Especial de Investigação Sumária para, a exemplo do que ocorria nas demais instituições federais do país, apurar suspeitas de atuação política

²⁵⁶ RODEGHERO, Carla. **Regime militar e oposição**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; GERTZ, René. **História Geral do Rio Grande do Sul – República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. V. IV. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 85

²⁵⁷ Outro prefeito cassado, por exemplo, foi Farydo Salomão, prefeito da cidade do Rio Grande, no sul do estado, pelo PTB. Cf.: ALVES, Francisco. **Governo Prefeito Farydo Salomão**. Biblos, Rio Grande, v. 3, 1990, pp. 19-47.

²⁵⁸ RODEGHERO, Carla. **Regime militar e oposição**. *Op. Cit.*, pp. 86-87.

“subversiva” de estudantes e professores²⁵⁹. O militante da AP, estudante e presidente do “Centro Acadêmico Sarmiento Leite” do curso de medicina da UFRGS, João Carlos Hass, foi citado no depoimento do diretor da faculdade de medicina José Carlos Fonseca Milano à CEIS como sendo “plenamente integrado nas ideias esquerdistas”²⁶⁰. João Carlos Hass foi preso pelo DOPS ainda em 1964 em decorrência de sua atuação política universitária, o que sugere uma atuação conjunta entre a Comissão de Investigação e a polícia política da ditadura.

O professor Ernani Maria Fiori, liderança intelectual da AP, foi ainda mais duramente atingido pela CEIS. Denunciado por seus colegas professores por conta de suas “atividades subversivas”, Fiori passou por uma investigação que culminou com seu expurgo da Universidade no ano de 1965. O professor Nagipe Buaes, relator da Comissão, qualificou Fiori como “comunista da ala católica de notória atividade no meio universitário”, e afirmou que ele liderava “a ação dos comunistas na Faculdade de Filosofia”²⁶¹. Luiz Alberto Gómes de Souza relata que, no processo instaurado contra ele em decorrência da investigação da CEIS, Ernani Fiori defendeu-se pessoalmente e reafirmou suas posições políticas²⁶². Esta postura, certamente, foi entendida como arrogante e insubordinada, o que talvez tenha contribuído para a gravidade da pena imputada ao réu, que na altura já figurava entre os grandes filósofos brasileiros de sua época. Pouco depois, Fiori foi convidado a trabalhar na Universidade de Brasília, mas novamente as pressões da ditadura obrigariam seu afastamento. Sem poder trabalhar, e com a repressão atingindo também seus filhos – em especial José Luis Fiori, militante da Ação Popular –, Ernani Maria Fiori partiu para o Chile em 1966. Deixou certamente um vazio intelectual na Ação Popular do Rio Grande do Sul – que a esta altura já estava mais distanciada de sua leitura cristã progressista de mundo –, mas no Chile contribuiria para o prosseguimento das reflexões e experiências de reforma universitária e cultura popular²⁶³.

Os ataques da “Operação Limpeza” ao movimento estudantil sul-riograndense se intensificaram após a promulgação da lei nº4.464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como “lei Suplicy de Lacerda”, que visava substituir as

²⁵⁹ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 109.

²⁶⁰ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 111.

²⁶¹ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 112-113.

²⁶² SOUZA, Luiz Alberto. **Ernani Fiori...** *Op. Cit.*, p. 32-33.

²⁶³ *Ibid*, p. 32.

tradicionais formas de organização estudantil pelos controlados “Diretórios”. Em fins de 1964 foram instaurados Inquéritos Policiais Militares contra a Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES), nos quais foram envolvidos militantes da AP como José Luis Marroni, José Eliseu Verzoni, Flávio Barreto Leite e Plínio Dentzien²⁶⁴. O militante da AP Paulo Renato Crochemore, presidente da UEE em 1964, fora preso pelo DOPS pouco tempo depois do golpe²⁶⁵, ainda que não tenhamos notícia de um IPM instaurado neste momento contra a entidade que ele representava. Cristiane Dias relata ainda que diversos presidentes de Centros Acadêmicos da UFRGS – boa parte dos quais eram vinculados à AP – foram destituídos, presos e/ou substituídos por interventores²⁶⁶.

Ainda em 1964, antes mesmo da promulgação da “lei Suplicy”, a AP do Rio Grande do Sul seria diretamente atingida pela repressão sistemática do novo regime, que até então tinha apenas prendido, interrogado e/ou processado alguns de seus militantes de forma isolada. No dia 8 de janeiro de 1965 o jornal *Correio do Povo* publicou uma matéria intitulada “IPM sobre ‘Grupão’ encaminhado à Procuradoria Geral do Estado”²⁶⁷, na qual reproduzia o relatório do Inquérito Policial Militar realizado sobre a Ação Popular no Rio Grande do Sul no segundo semestre de 1964. O relatório, conforme afirma o próprio Tenente Coronel do Exército encarregado do inquérito Ruy Carvalho Gonçalves, abrange “não só o fato que deu motivo à abertura do IPM como toda uma fundamentação do que seja e do que pretendia fazer a Ação Popular”²⁶⁸. O relator conseguiu tal feito porque o “fato” que originou o inquérito foi a prisão de dois militantes da organização que portavam documentos cuja autoria foi atribuída à AP. Luiz da Costa Fiori e Sérgio Echenique Lopes foram presos na tarde do dia 17 de setembro de 1964 nas proximidades do prédio da Assembleia Legislativa em Porto Alegre. Além de apresentar e comentar os quatro documentos apreendidos, o relator apresenta os nomes dos 18 indiciados²⁶⁹ e de mais cinco pessoas²⁷⁰ que, conforme o jornal “deveriam ter sido ouvidas neste IPM mas por razões diversas, não o foram”²⁷¹.

²⁶⁴ *Correio do Povo*, 8 de Janeiro de 1965, p. 14.

²⁶⁵ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 107

²⁶⁶ *Ibid*, p. 107.

²⁶⁷ *Correio do Povo*, 8 de Janeiro de 1965, pp. 14 e 16.

²⁶⁸ *Correio do Povo*, 8 de Janeiro de 1965, p. 16.

²⁶⁹ São eles: Hélgio Henrique Casses Trindade, José Luiz da Costa Fiori, Sérgio Echenique Lopes, Ernildo Jacob Stein, Francisco Luiz da Costa Ferraz, Benício Viero Schmidt, Hélio Costa Nogueira da

Ainda que o relator não afirme isto com certeza, é muito provável que os documentos apreendidos com Luiz Fiori e Sérgio Lopes fossem realmente da Ação Popular. Segundo o relatório, todos os indiciados – a exceção de Héglio Trindade – atribuíram a autoria dos documentos à AP. É certo que este “reconhecimento” dos documentos por parte dos militantes precisa ser questionado à luz do contexto do acontecimento. Dentre tantas possibilidades, uma delas é a de que o relator tenha simplesmente forjado este reconhecimento, uma vez que o próprio militar afirma que os documentos não estavam assinados – nem por pessoas e nem por organizações. No entanto, o conteúdo dos documentos apresentados é bastante coerente com a linha política que a AP desenvolvia naquele momento, e os militantes que os portavam eram bem claramente identificados com a Ação Popular. Aceitando que os documentos sejam da AP, ou ao menos tenham sido elaborados com a sua participação, ou ainda estavam sendo discutidos pelos militantes da organização, temos, ainda outro problema em relação a eles, que parece mais prejudicial à pesquisa: o que o jornal reproduz é uma síntese dos documentos feita pelo relator do IPM, que afirma que os mesmos estão anexos ao relatório original. Não temos, no entanto, o relatório original – e, por isso, não temos os documentos. A “descrição” dos documentos é realizada – e não poderia ser diferente, naquele contexto – com clara intenção de condená-los. Ainda assim, se faz importante que analisemos brevemente o conteúdo destas descrições.

Como os documentos não tinham nome, relata o jornal, o Tenente Coronel Ruy Carvalho Gonçalves atribuiu-lhes nomenclaturas de acordo com seu conteúdo. Assim, os documentos são chamados de: “Reorganização do movimento”; “Grupos de cinco”; “Análise do movimento”; e “Relatório de Caxias”. Sobre o primeiro documento, o relator diz que ele propunha uma fase de reagrupamento dos antigos militantes e outra, em seguida, de divulgação do planejamento da organização e formação teórica de seus militantes. Reconhecia ainda que a nova conjuntura exigia

Gama Filho, Hélio Corbellini, Manoel André da Rocha, Enio Jorge Arizio Squeef, Izaltino Camozatto, Luiz Felipe Marroni, Flávio Barreto Leite, José Elizeu Verzoni, Luiz Carlos Lopes Madeira, Dilma Souza, Plínio Dentzien e Paulo Renato Crochemore. Cf. *Correio do Povo*, 8 de Janeiro de 1965, pp. 14 e 16.

²⁷⁰ Trata-se do professor universitário Leonidas Xausa, apontado como simpatizante da Ação Popular, e os padres Pacheco, Reis, Hugo Hassmann e Valente, a respeito dos quais o jornal fala apenas que eram orientadores da Ação Católica e, por isso, tinham alguma relação com os militantes da AP. O jornal salienta ainda, a respeito dos padres, que Dom Vicente Scherer pediu que eles não fossem envolvidos no IPM e garantiu que zelaria para que eles não se envolvessem em “atividades subversivas”. Cf. *Correio do Povo*, 8 de Janeiro de 1965, pp. 14 e 16.

²⁷¹ *Correio do Povo*, 8 de Janeiro de 1965, p. 16.

que a organização desenvolvesse atividades clandestinas, e preocupava-se em retomar as atividades junto aos camponeses e trabalhadores urbanos. Indicava ainda que a organização da AP, dali em diante, deveria se dar através de grupos de cinco pessoas – fazendo referência já ao outro documento. Estes seriam ligados a uma Coordenação Municipal, que por sua vez, se ligaria à Coordenação Estadual. A Coordenação Nacional poderia então repassar instruções que chegariam até as bases da organização, quando necessário.

Na “Análise do Movimento”, segundo o relator do IPM, a AP fazia uma autocrítica em relação ao recrutamento de militantes, que até aquele momento teria se dado basicamente através de relações afetivas. Além disso, o documento propunha a ampliação dos Centros de Cultura Popular, e afirmava que alguns setores da organização desejavam aderir à luta armada, agindo através de sabotagens.

Sobre o documento denominado “Grupos de cinco”, o relatório diz que estava preocupado em estabelecer as regras para a organização clandestina da AP, visando garantir a segurança, o planejamento e a disciplina. Colocava já entre as tarefas executáveis por estes grupos as ações armadas de guerrilha e sabotagem, além das ações políticas e organizacionais.

O último dos documentos apreendidos, denominado “Relatório de Caxias”, expressava bem a situação vivida pela AP nas cidades do interior. Realizando uma breve análise do movimento sindical urbano e rural na cidade, bem como do grande preparo dos militares, o “Relatório de Caxias” chegava à conclusão de que não só a AP, mas a esquerda de uma maneira geral passava por uma grave crise na região. Buscava ainda indicar alguns caminhos para a reorganização e fortalecimento da Ação Popular, que eram basicamente os mesmos do documento “Reorganização do Movimento”.

De uma maneira geral, os relatos feitos a respeito dos documentos apreendidos trazem importantes detalhes sobre eles. Isto é bastante compreensível, tendo em vista que o relatório tinha o objetivo de demonstrar o caráter subversivo – e, portanto, criminoso – das atividades da Ação Popular. Os relatos acerca de todos os documentos têm em comum a demonstração de uma preocupação, por parte dos militantes, em criar as condições para a continuidade das atividades políticas no novo contexto, sob a clandestinidade. Assim, as análises acerca do passado recente ressaltavam os erros que não deveriam ser repetidos, enquanto as que tratavam do

presente e futuro imediato buscavam definir as áreas nas quais era ou não plausível investir politicamente e as condições mínimas de formação teórica, ideológica, política e prática dos militantes para a atuação na clandestinidade. Todos os relatos de documentos, enfim, demonstram que a organização passava por um momento de esvaziamento numérico de militantes, enquanto tentava redefinir suas linhas políticas. O militante Luiz Antônio Timm Grassi recorda que entre o final de 1964 e o início de 1965 participou ainda de algumas reuniões da Ação Popular. Uma delas já bastante tarde da noite na casa de Leonidas Xausa, a quem ele aponta como membro da coordenação – embora isto não seja consenso entre os entrevistados. Grassi afirma que em alguma destas reuniões os militantes já começavam a escolher codinomes, simbolizando o ingresso na militância clandestina²⁷². Neste momento, Grassi deixou a organização. No mesmo período, Maria Josefina Becker e Marisa Soares Grassi – que teve uma militância maior na JEC, ficando mais como “próxima” à AP – também se afastaram da militância em Ação Popular, assim como Carmem Craidy, que assumira funções na coordenação nacional de JUC²⁷³. Assim como elas, muitos militantes da AP do Rio Grande do Sul que aderiram à organização antes do golpe civil-militar afastaram-se da organização entre 1964 e 1965, gerando sua primeira forte crise no estado. Raul Carrion, militante da Ação Popular entre 1963 e 1969 relata que neste período houve uma “política de hibernação, (...) de se esconder, de ir de baixo do pano, deixar passar o sufoco (...)”²⁷⁴.

Deste modo, entendemos que a Ação Popular do Rio Grande do Sul, que inicialmente foi uma organização aberta, ampla e com crescente inserção na vida política estadual, teve esta primeira fase encerrada em função do golpe civil-militar. No entanto, esta não foi uma reação totalmente imediata. O golpe representou o fechamento dos canais institucionais de atuação dos militantes, mas foi a repressão – materializada, naquele momento, no cerceamento da liberdade, nas prisões, nos IPM’s, processos, cassações, expurgos, dentre outras formas – que colocou a questão de ir para a clandestinidade ou paralisar a militância. Se algumas lideranças estaduais importantes – Raul Carrion cita, como exemplos, Ernildo Stein, Héglio

²⁷² Luiz Antônio Timm Grassi. Porto Alegre, 05.09.2013.

²⁷³ Luiz Antônio Timm Grassi, Maria Josefina Becker e Carmem Craidy. Porto Alegre, 05.09.2013

²⁷⁴ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

Trindade, Francisco Ferraz, Leonidas Xausa e Paulo Renato de Souza²⁷⁵ – optaram pela espera, pela “política de hibernação”, outros militantes entendiam que era momento de radicalizar-se na clandestinidade. O primeiro grupo, maior e mais influente, acabou por se afastar, gerando assim a crise que encerra, de vez, a primeira fase da existência da Ação Popular no Rio Grande do Sul. Logo, no entanto, o esforço de reorganização daqueles militantes que aderiram à clandestinidade começaria a mostrar resultados.

²⁷⁵ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

3 *RELAÇÕES PERSISTENTES: A AÇÃO POPULAR DO RS E SUAS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO NA CLASSE TRABALHADORA SOB A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL*

Este capítulo abrange o período que tem início na reorganização da Ação Popular do Rio Grande do Sul após o golpe civil-militar e se estende até a desestruturação da organização no estado por meio da repressão, ocorrida em 1972. É também o período no qual a AP estabelece relações mais efetivas com a classe trabalhadora, tanto pelo ingresso de novos militantes com origem social nesta classe – como, por exemplo, aqueles oriundos da JOC – quanto pela criação de núcleos no meio operário. Na prática, no entanto, podemos dizer que temos dois momentos bastante distintos em análise aqui. O primeiro deles se inicia entre 1964 e 1965 e se encerra com a decretação do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968, compreendendo a primeira experiência de clandestinidade vivenciada pela Ação Popular. O segundo momento, de 1969 até 1972, é profundamente marcado pela política de integração na produção colocada em prática pela organização em escala nacional. Por meio dela, alguns dos principais militantes da AP no RS foram deslocados para outras regiões do país, vindo para o estado militantes de outras localidades.

O primeiro item aborda o processo de reorganização da AP do RS após o golpe de 1964. Naquele contexto, militantes como Raul Carrion e Dilza de Santi, que até então não tinham papel de lideranças na organização, passam a assumir funções de dirigentes regionais. Também se verifica um maior protagonismo de militantes oriundos da JOC na AP neste momento, sobretudo José Ouriques de Freitas, Pedro Machado Alves e Sebastião Velho, bem como uma maior inserção da AP nos movimentos de trabalhadores, através da criação de células nos setores metalúrgico e calçadista. Este processo resulta na primeira experiência de integração na produção da AP do RS, com o deslocamento de Raul Carrion para a região de produção calçadista em Novo Hamburgo.

O segundo ponto analisa outras frentes de trabalho da Ação Popular após o golpe de 1964 que não o movimento operário. Como já afirmamos, é no movimento estudantil que a AP continua tendo maior inserção, ainda que os setores camponês e operário sejam considerados “prioritários”. As principais bandeiras de luta da organização tanto entre universitários como entre secundaristas são analisadas neste momento. Além disso, abordamos a articulação de uma parceria para atravessar militantes na fronteira com o Uruguai, em um contexto de acirramento progressivo da repressão. O chamado “esquema de fronteira” foi mais utilizado após 1968, mas neste item analisamos indícios de que ele tenha sido montado já por volta de 1966/1967.

A partida de militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul para a integração na produção em outros estados do Brasil é objeto de análise no ponto três do capítulo. Além de algumas experiências de Dilza de Santi em São Paulo e Antônia Mara Vieira Loguércio na Bahia, que ajudam a compreender o todo da política de integração na produção, tratamos do deslocamento de Altino Dantas de São Paulo para o RS. Além disso, é abordado o novo esvaziamento pelo qual passou a organização em âmbito regional neste período, devido à ida de militantes para outros estados, às cisões internas, à saída de militantes que não concordavam com a política de integração na produção e a guinada maoísta da organização e à repressão que obrigava alguns militantes a fugir.

No quarto item a política de integração na produção é analisada com maior profundidade. Detemo-nos, neste momento, nas experiências de deslocamento de militantes de outros estados – especialmente São Paulo – para o Rio Grande do Sul, o que marca uma nova revitalização da organização na região. Neste período, as estratégias de integração na classe trabalhadora passam para o primeiro plano, pois é a fase de massificação da política de integração na produção da AP. As experiências de Nilce Azevedo Cardoso e Antônio Ramos Gomes junto dos operários da região metropolitana de Porto Alegre e de Antônio Carlos Rodrigues da Silva e Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva entre os trabalhadores rurais e também entre os operários da região metropolitana ganham destaque, portanto, neste item.

O quinto e último ponto do capítulo trata da desarticulação da AP do Rio Grande do Sul através de uma ação do aparato repressivo em 1972. A prisão de quatorze militantes entre abril e maio daquele ano no estado é identificada como a

principal causa do fim da organização – que, em âmbito nacional, sofreria novas cisões mas ainda teria atuação, certamente em escala muito menor, até meados da década de 1980. Neste item é analisado com maior profundidade um documento produzido pelo Departamento Central de Informações da Secretaria da Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul denominado “Relatório de Atividades Subversivas da APMLdoB no Rio Grande do Sul²⁷⁶”, resguardado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. O emprego de fontes como esta na pesquisa histórica tem suscitado discussões e análises entre pesquisadores. Por conter informações a respeito de diversas pessoas, ali acusadas de “subversão”, o “Relatório” pode ser considerado como uma “fonte sensível”. A este respeito, Bauer e Gértz afirmam que

Estes documentos afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados (Estado, agentes da repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque, no caso das ditaduras militares, seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recente dessas sociedades²⁷⁷.

O emprego destas fontes, por isso, requer um compromisso ético não apenas com o conhecimento histórico, mas com a individualidade dos citados. É preciso tratar fontes como o “Relatório” em questão com uma desconfiança aguçada, tendo em mente que foram produzidas em um contexto de repressão intensificada. Este ponto se relaciona também com outra peculiaridade deste tipo de fonte ressaltada por Bauer e Gértz: na atualidade, elas têm servido para um propósito oposto aquele para o qual foram elaboradas. Deste modo o levantamento, a divulgação e o devido arquivamento destes documentos são medidas essenciais para a justiça necessária à consolidação da democracia.

Por fim, cabe salientar que, além do “Relatório de Atividades” de 1972 fazemos uso, neste capítulo, de requisições de solicitação de benefícios da lei estadual nº 11.042 de 18 de novembro de 1997, que trata de indenizações em dinheiro para pessoas que, tendo sido presas ou detidas por motivos políticos entre

²⁷⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. Departamento Central de Informações. **Relatório de Atividades Subversivas da APML do B**. 1972. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

²⁷⁷ BAUER, Caroline; GÉRTZ, René. **Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 178.

02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, tenham sofrido maus tratos ou sevícias, acarretando danos físicos e/ou psicológicos, quando se encontravam sob responsabilidade do Estado. Estes documentos, resguardados pelo Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul, são importantes para clarificar as ações da repressão contra os militantes da Ação Popular. No entanto, seu caráter jurídico muitas vezes limita-os a uma descrição dos maus-tratos e sevícias sofridos, o que pouco contribui com os objetivos da pesquisa. As próprias requisições, no entanto, trazem duras críticas à lei que as instituiu, especialmente porque o valor da indenização era calculado de acordo com a “extensão e gravidade das sequelas apresentadas pelo ex-presos ou ex-detido”, o que pressupõe uma quantificação e uma hierarquização da dor e do sofrimento. Além disso, a própria indenização apenas monetária também é questionada, sendo comuns nos documentos frases como a de José Antônio Fonseca, que afirma em seu relato que “o Rio Grande não nos deve apenas alguns reais (...); O Rio Grande nos deve muito mais, nos deve GRATIDÃO”²⁷⁸

3.1 No chão das fábricas: A reorganização pós-golpe e a inserção da Ação Popular do Rio Grande do Sul no mundo dos trabalhadores

Como vimos no capítulo anterior, os meses que se seguiram ao golpe de 1964 foram marcados por uma profunda crise na Ação Popular do Rio Grande do Sul. As entrevistas que realizamos indicam, no entanto, que em meados de 1965 – embora não seja possível precisar as datas por falta de documentação da época – a organização já se recuperava, reformulando suas linhas de ação e renovando grande parte de seus quadros de militantes e dirigentes²⁷⁹. Em âmbito nacional a AP também passou por transformações, respondendo ao novo contexto com a opção pela atuação política clandestina. As principais mudanças foram apresentadas no documento chamado Resolução Política de 1965, já analisado no primeiro capítulo.

²⁷⁸ FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 5786-1200/98-9, solicitação de indenização de José Antônio Fonseca conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Grifo no original.

²⁷⁹ Esta afirmação é corroborada pelos depoimentos de Dilza de Santi (26.10.2013; 24.02.2015), Raul Carrion (25.02.2015) e José Loss (18.09.2015).

Dentre elas, destacam-se o reconhecimento da luta armada como necessária na estratégia revolucionária e da guerra de guerrilhas como estratégia bem adaptada “às condições em que se terá de desenvolver a luta revolucionária no Brasil”²⁸⁰. No Rio Grande do Sul, as preocupações com segurança e com as formas de atuação na clandestinidade aparecem já nos documentos apresentados no relatório do IPM publicado no jornal *Correio do Povo* em janeiro de 1965, analisados no capítulo anterior.

Na prática, as novas diretrizes eram refletidas na organização dos “comandos”, núcleos que gozavam de maior independência entre si, possibilitando ações diversificadas e dificultando a obtenção de informações pelo aparato repressivo. Marcelo Ridenti afirma, baseado em documentos nacionais da Ação Popular,²⁸¹ que o sistema de coordenações – próprio da fase de maior influência cristã na organização – foi substituído pelos comandos em 1965 – característicos da aproximação à visão cubana –, que seriam transformados em comitês por volta de 1971 – na fase maoísta da organização²⁸². Esta distinção, no entanto, fica bastante confusa nos relatos dos militantes – o que, aliás, é completamente compreensível quando se trata de memórias construídas tantos anos após os acontecimentos. Poucos entrevistados citam, por exemplo, os comandos, embora muitos falem em coordenações ao se referirem à organização na segunda metade da década de 1960.

Raul Carrion é um dos poucos a citar o “comando regional” da Ação Popular no Rio Grande do Sul, do qual recorda ter participado após a saída de muitos militantes em decorrência do que ele denomina “política de hibernação”²⁸³. Raul, que naquele momento era estudante de engenharia, lembra ainda que faziam parte deste comando o operário metalúrgico de Porto Alegre José Ouriques de Freitas, o engenheiro das indústrias metalúrgicas Elo Duclós, o militante Hélio Corbellini²⁸⁴ e o

²⁸⁰ AÇÃO POPULAR. *Resolução Política*, 1965. *Apud* FILGUEIRAS, *Revolucionários sem rosto... Op. Cit.*, p. 277.

²⁸¹ Ridenti cita os documentos *Estruturação e organização do grupo* (1963), *Histórico* (da AP, 1966) e *Estatutos da APML* (1971), todos resguardados no Arquivo Edgard Leuenroth, vinculado à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

²⁸² RIDENTI, *Ação Popular... Op. Cit.*, p. 231.

²⁸³ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

²⁸⁴ Hélio Corbellini era estudante de Economia e Filosofia em abril de 1964, quando foi expulso da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) por envolvimento com a Ação Popular. No período em que, conforme a memória de Raul Carrion, compôs o comando regional da organização, não sabemos se Hélio já havia concluído o curso de Economia.

estudante universitário Gilberto Bosle²⁸⁵. Outro militante entrevistado, José Loss, que ingressou efetivamente na AP em 1966 após deixar a coordenação nacional de JUC, recorda como membros do comando naquele momento os militantes Dilza de Santi, Raul Carrion, Benício Schmidt e Sérgio Lopes²⁸⁶. Mais uma vez, cabe ressaltar que é difícil precisar se todos participaram da direção regional ao mesmo tempo, ou até mesmo se todos foram membros efetivos dela ou apenas próximos ao grupo, já que não se tem documentação do período a esse respeito. É característico da fonte oral, como se pode observar nos relatos acima mencionados, que cada entrevistado recorde apenas – ou com mais clareza – daqueles que compunham seu círculo mais próximo de relações pessoais e políticas. Assim, é bem possível que um militante, em entrevista, não recorde de algum dirigente com o qual tinha poucas relações, ou aponte como dirigente um militante que não o foi efetivamente, mas que tinha militância muito ativa e próxima ao entrevistado. Contudo, o cruzamento de diversas entrevistas pode apontar alguns nomes repetidas vezes e com certo grau de certeza, como é o caso de Raul Carrion e Dilza de Santi.

Militante da JEC em Uruguaiiana, Dilza mantinha-se apenas próxima à AP até o golpe de 1964, quando, após concluir o secundário, mudou-se para Porto Alegre e ingressou no curso de Filosofia da UFRGS. Como universitária, passou a militar no centro acadêmico da Filosofia e, posteriormente, foi eleita vice-presidente do DCE da Universidade. Em algum momento entre 1965 e 1967, passou também a compor o comando regional da Ação Popular. Na direção da organização, Dilza recorda que tinha várias atribuições:

Tinha responsabilidade de dar apoio à UNE aqui, porque a UNE era da AP, então cada vez que a UNE viesse a gente organizava a agenda da UNE aqui, (...) passeata, organizava encontros que a UNE tinha com outros grupos. (...) Me lembro assim, de ter organizado vários encontros, inclusive com políticos da oposição ao regime, e tal. (...) E isso significava também os congressos da UNE que tinham, que a gente tinha que lutar para que tirasse a representação aqui que fosse votar nos nossos candidatos lá, né, claro que toda uma estrutura, toda uma combinação, como de um trabalho anterior, né. E também de desenvolver o movimento operário-camponês, de receber o pessoal que vinha de fora, de dar apoio, aí tu já tinha gente desaparecida, perseguida que tu tinha que arrumar dinheiro, tinha que arrumar documento, tinha que cuidar da saúde, dos filhos, tudo isso já tava rolando, né, e apertou muito com o AI-5²⁸⁷.

²⁸⁵ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

²⁸⁶ José Loss. Porto Alegre, 18.09.2015.

²⁸⁷ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

O relato de Dilza, ressaltando as dificuldades da clandestinidade, indica que sua atuação na direção regional tenha se dado mais por volta de 1967, embora não possamos afirmar isto com certeza. Neste período a organização já estava bastante redefinida. Permanecia sendo muito forte no movimento estudantil de Porto Alegre, mas começava a expandir-se tanto para o movimento operário como para as cidades do interior do estado. Dilza recorda que participaram da direção regional – ela mesma faz a ressalva: “ou foi antes de mim, ou foi junto comigo ou foi depois” – Eliezer Pacheco, militante de Santa Maria, Irajá Andara Rodrigues²⁸⁸, militante de Pelotas e Júlio Teixeira, de Passo Fundo²⁸⁹.

A aproximação da AP com o movimento operário, por sua vez, seria realizada neste momento por meio de militantes oriundos da JOC – especialmente os metalúrgicos José Ouriques de Freitas e Pedro Machado Alves. Raul Carrion relata que também passou a acompanhar o trabalho político com os metalúrgicos, colaborando para a articulação de uma chapa de oposição ao sindicato da categoria em Porto Alegre, que teria Pedro Machado como candidato à presidência²⁹⁰. O militante, no entanto, não conseguiu o chamado “atestado ideológico” do DOPS – espécie de certidão negativa emitida por este departamento a respeito do envolvimento do trabalhador em atividades políticas consideradas “subversivas” – ficando de fora da disputa eleitoral²⁹¹. Ainda assim, a célula da Ação Popular participou de outra articulação, com Adão da Graça – definido por Raul como próximo à AP – como candidato. Com esta nova chapa o grupo conquistou a presidência do sindicato, passando a fazer parte, junto de outras forças políticas, de sua gestão. Além de José Freitas e Pedro Machado, Raul recorda que faziam parte

²⁸⁸ Existe uma possibilidade grande de Dilza ter confundido este nome. Irajá Andara Rodrigues foi prefeito de Pelotas na década de 1980 pelo PMDB. No Relatório de Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul, documento produzido pelo Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, não consta o nome citado, mas sim o de Irajá Souza Lopes, apontado como militante de Pelotas e membro, em 1968, do Comando Regional. Cf.: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. Departamento Central de Informações. **Relatório de Atividades Subversivas da APML do B**. 1972. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, p. 10

²⁸⁹ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015. Infelizmente não conseguimos entrevistar os três militantes citados, o que certamente enriqueceria muito a pesquisa sobre este período. Contudo, voltaremos a abordar as células da AP no interior.

²⁹⁰ Raul Carrion relata que a organização desta chapa se deu no ano de 1965. O site do sindicato dos metalúrgicos da Grande Porto Alegre, no entanto, traz a informação de que a primeira eleição para a entidade após o golpe de 1964 se deu no ano de 1966, marcando o fim da intervenção sofrida em 23 de abril de 1964. Assim, é muito provável que esta chapa tenha sido lançada em 1966 e não em 1965. Cf.: Site do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre. Disponível em <www.stimepa.org.br/conteudo/2/historia.html>. Acessado em 15/03/2016 às 19h07min.

²⁹¹ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

deste núcleo da Ação Popular os metalúrgicos João de Deus Canha, Agenor Castoldi e Luís Carlos Xavier²⁹². Dilza também cita como importante nesta inserção da AP no movimento operário um militante que vivia no bairro Sarandi em Porto Alegre – que provavelmente seja José Freitas ou Pedro Machado Alves – e que participou, com ela, de reuniões para discutir formas de resistência à ditadura²⁹³. Ela afirma que no período em que atuou como militante universitária e dirigente da Ação Popular no Rio Grande do Sul o movimento operário, de forma geral, não ficava restrito às reivindicações salariais, mas integrava-se na luta contra a ditadura. Diz ela:

Quando a gente ia fazer uma passeata, um comício, a gente procurava o movimento operário, as lideranças, fazia reunião e eles compareciam, eles davam o apoio, muito, eles receberam muitos militantes também, lideranças estudantis às vezes iam se esconder²⁹⁴.

Dilza recorda da participação, tanto nas passeatas promovidas por estudantes como nas reuniões para planejar a resistência, de muitos operários politicamente ligados a Leonel Brizola. Nas mobilizações estudantis de 1965 e 1966, Carrion lembra de “José Freitas (...) subido em um caixote de madeira fazendo seu discurso” e afirma que “em todos esses movimentos lideranças operárias se manifestavam, davam apoio, e eram lideranças da Ação Popular”²⁹⁵. A partir destes relatos podemos perceber que as formas de relação entre a AP e a classe trabalhadora no Rio Grande do Sul também se transformavam após o golpe de 1964, especialmente pelo maior protagonismo conquistado pelos militantes oriundos da JOC na organização. Aquelas formas fundamentadas nas estratégias educativas e organizacionais, amparadas pelo Estado ou inspiradas pelos Movimentos de Cultura Popular e comunitários, já não tinham possibilidade de continuar. Davam lugar, então, a uma relação mais orgânica, de atuação dos militantes da AP – alguns de origem proletária, outros não – no movimento operário. Nos anos que se seguiram ao golpe de 1964 este setor foi muito fortalecido na organização, que embora continuasse sendo majoritariamente estudantil, chegou a ser, conforme o relato de Raul Carrion, “a segunda força no movimento sindical e no movimento

²⁹² Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

²⁹³ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

²⁹⁴ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

²⁹⁵ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

operário”²⁹⁶ do Rio Grande do Sul. Tal fortalecimento é atribuído pelo entrevistado a dois aspectos principais: a inserção na AP de “lideranças mais avançadas, mais progressistas, mais politizadas da JOC” e à “ligação da Ação Popular com lideranças que permaneciam na JOC”²⁹⁷.

Esta atuação no setor operário, como se pode perceber nos relatos mencionados, era mais bem articulada na região metropolitana de Porto Alegre. Dilza até recorda de um militante da JOC de Uruguaiana que ingressou na Ação Popular e, posteriormente, mudou-se para a região do ABC paulista e lá deu continuidade à militância na organização²⁹⁸. À exceção deste caso, entretanto, não temos quase notícias de células operárias da AP no interior do estado. Na região de Porto Alegre e seu entorno, além disso, esta inserção alcançou maior êxito em duas categorias de trabalhadores. A primeira delas foi a dos metalúrgicos. Em primeiro lugar, a inserção no setor metalúrgico era estratégica pelo grande número de trabalhadores que estas indústrias empregavam, especialmente fábricas da região metropolitana como Renner e Wallig. Além disso, a categoria já possuía um histórico de luta e organização, tendo fundado o sindicato já em 1931 – então denominado Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre e, a partir de 1941, chamado Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (STIMEPA)²⁹⁹. O sindicato sofreu a primeira intervenção estatal ainda em 1947, tendo sua diretoria destituída após alguns movimentos grevistas. Após o golpe civil-militar de 1964, o sindicato sofreu nova intervenção. No dia 23 de abril de 1964 a diretoria foi dissolvida e foi empossada uma junta interventora, composta por um general, um major e um capitão. A intervenção militar foi “suspensa” em 11 de junho, mas novas eleições para a entidade aconteceriam somente no ano de 1966, ainda assim com a exigência legal da apresentação do “atestado ideológico”³⁰⁰.

A outra categoria na qual a Ação Popular teve atuação intensa neste período foi a dos calçadistas do Vale do Rio dos Sinos – sobretudo no município de Novo Hamburgo. Assim como no setor metalúrgico, a produção de calçados propicia também o emprego em escala elevada. Conforme Cláudia Galvão, a indústria calçadista é

²⁹⁶ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

²⁹⁷ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

²⁹⁸ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

²⁹⁹ SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE PORTO ALEGRE. **Revista comemorativa aos 75 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre**. Março de 2006, pp. 4-5.

³⁰⁰ *Ibid*, p. 14.

um ramo industrial bastante intensivo em mão-de-obra, composto (...) por uma série de etapas bastante simples e independentes entre si, com quase nenhuma exigência de qualificação. (...) Segundo Pittinini (1995, p.119), o tipo de manipulação do couro exigida para o fabrico de calçados dificilmente pode ser efetuada pela máquina. Segundo Costa (1995, p. 95), em média, 86,5% dos trabalhadores estão localizados no chão de fábrica e 13,5% são trabalhadores de atividades outras que não a produção³⁰¹.

Por tais características, a categoria dos calçadistas é também entendida como estratégica para a atuação dos militantes da Ação Popular. Além disso, tanto nos calçadistas como nos metalúrgicos, a AP encontrou núcleos previamente estabelecidos da JOC, o que sem dúvidas facilitou sua inserção.

Partindo da atuação no setor metalúrgico, o núcleo da AP do qual Raul Carrion fazia parte procurou expandir-se para outras categorias. Antes mesmo de inserir-se entre os calçadistas de Novo Hamburgo, houve uma atuação junto dos calçadistas de Porto Alegre, que na época estavam organizados em um sindicato. Raul Carrion recorda que também ali o grupo se mobilizou em campanha eleitoral para a direção da entidade³⁰². Raul lembra que foi por meio de um trabalhador metalúrgico que colaborou nesta campanha – Rancheirinho³⁰³ –, mas que atuava no Vale do Rio dos Sinos que o núcleo da Ação Popular entrou em contato com a categoria dos calçadistas de Novo Hamburgo³⁰⁴. Ali, foi novamente através de um núcleo de JOC que a Ação Popular se estabeleceu. No ano de 1967, visando dispor de mais tempo para auxiliar na organização do novo núcleo, Carrion suspendeu o curso de Engenharia, passando a acompanhar mais de perto aquele processo. A partir de então, recorda que era produzido um jornal e que diversos núcleos foram criados. Como exemplos de militantes calçadistas da Ação Popular neste período, Carrion cita Sebastião Velho, Renatinho e Astrogildo – ressaltando, no entanto, que havia diversos outros³⁰⁵.

Diferentemente do que aconteceu nas categorias dos metalúrgicos e dos calçadistas de Porto Alegre, em Novo Hamburgo o grupo da Ação Popular não participou da direção do sindicato. Ali, as atividades assumiriam formas de menor

³⁰¹ GALVÃO, Cláudia. **Texto para discussão n° 617 – Sistemas industriais localizados: o Vale do Paranhana – Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ministério do Planejamento e Orçamento, 1999, p. 15.

³⁰² Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁰³ Não temos o nome completo deste militante, tampouco sabemos se este é um apelido ou o nome real do mesmo. Aqui, utilizamos o nome conforme indicado por Raul Carrion.

³⁰⁴ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁰⁵ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

visibilidade, já indicando as modificações provocadas por uma conjuntura de intensificação da repressão. A respeito de como era desenvolvido o trabalho político na sua categoria, o trabalhador calçadista Sebastião Velho afirma:

Cada um atuava no seu ambiente de trabalho. Cada um dentro do seu ambiente de trabalho, lá tu tinha que procurar fazer o que podia (...). Esclarecimento do pessoal, conversar com o pessoal, né. Funcionava pra muita gente. A dificuldade era porque era coisa nova, né³⁰⁶.

Percebe-se, portanto, que à medida que o Estado ditatorial intensificava as intervenções e cerceamentos aos sindicatos, os militantes buscavam transformar suas linhas de ação de modo a conseguir dar continuidade ao trabalho político. Eram, por assim dizer, “empurrados” para a clandestinidade – que não deixava de ser uma opção, mas em um contexto no qual as alternativas para seguir militando estavam cada vez mais restritas. O próprio Sebastião recorda que os encontros do grupo eram realizados “sempre em lugares diferentes” e que “o nome (...) muito poucos sabiam. O nome verdadeiro, mesmo”³⁰⁷. Trata-se, na prática, da verificação da relação dialética estabelecida entre Estado e oposição, tese central sustentada no livro “Estado e Oposição no Brasil - 1964-1984”, de Maria Helena Moreira Alves. A autora defende, neste estudo, que

(...) a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil. Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição transformam-se permanentemente à mercê das tentativas de cada parte para controlar, conter ou modificar a outra. O relacionamento mútuo é, portanto, essencialmente dialético. O conceito de dialética será empregado para designar este conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada e reconstituída pela outra³⁰⁸.

Ainda que o objetivo de Maria Helena seja estudar, especificamente, as transformações ocorridas nas estruturas do Estado, ela salienta que a relação dialética estabelecida promove reconfigurações também na oposição. Desta forma, compreendemos como essencialmente dialética a relação estabelecida entre, de um lado, a classe trabalhadora e organizações como a Ação Popular e, de outro, o Estado e a burguesia nacional e internacional. Relação esta que gerou, entre outras

³⁰⁶ Sebastião Velho. Porto Alegre, 18.09.2015.

³⁰⁷ Sebastião Velho. Porto Alegre, 18.09.2015.

³⁰⁸ ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil...** *Op. Cit.*, pp. 32-33.

coisas, as mudanças nas formas de integração da AP na classe trabalhadora e em suas lutas.

Aos poucos, a estratégia de trabalho político no interior das fábricas dava resultados, e os núcleos operários da Ação Popular na categoria dos calçadistas de Novo Hamburgo cresciam e se dinamizavam. No ano de 1968, devido a esta intensificação do trabalho, Raul Carrion relata que se mudou para aquele município e passou a trabalhar, com nome falso, nas fábricas de calçados³⁰⁹. A este movimento, adotado progressivamente pela organização a partir de 1966 – e massificado em 1969 –, chamou-se “integração na produção”. A política, tal como elaborada e praticada em escala nacional pela Ação Popular, será mais detalhadamente discutida adiante. Por hora, cabe ressaltar que Carrion deixa claro que o grupo do qual fazia parte – no qual também estavam Pedro Machado e José Freitas – discordava da concepção de integração dominante na AP. A principal crítica, ainda conforme Raul, dizia que a política seria dogmática, pois priorizava o objetivo da “proletarização” de militantes oriundos do movimento estudantil em relação ao trabalho político organizativo que vinha sendo desenvolvido, o que era visto pelo grupo de Carrion como uma tentativa da pequena burguesia de dirigir a classe operária. As divergências de interpretações a respeito da política de integração na produção, como veremos, são diversas. Sobre o processo vivenciado por si, Raul Carrion relata:

Por conta dessa divergência, eu e o Freitas fomos afastados do Comando Regional. Eu já estava atuando em Novo Hamburgo, e então propus que, para mostrar que a nossa visão era diferente, que cabia a nós – o Freitas estava afastado da produção, era um metalúrgico, mas estava afastado da fábrica, trabalhava como autônomo – que a gente deveria voltar para as fábricas pra intensificar o trabalho de construção da AP no movimento operário. Eu fui pra Novo Hamburgo e me integrei na produção, mas o Freitas não voltou à produção, só depois, mais adiante, viria a voltar. Então nós já estamos em sessenta e oito, final de sessenta e oito³¹⁰.

Neste momento Carrion ficaria cerca de um ano integrado à produção, pois relata que em meados de 1969 abandona a organização e ingressa no Partido Comunista do Brasil. Neste período, conviveu frequentemente com o operário Sebastião Velho, liderança calçadista que havia sido da JOC e, em meados de

³⁰⁹ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015

³¹⁰ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

1967, ingressou na Ação Popular. Sobre a ida de Raul para as fábricas de calçados de Novo Hamburgo, Sebastião recorda:

Ele (Raul Carrion) nunca disse quem ele era, mas no nível de conversa dele tu via que era uma pessoa esclarecida, né. Ninguém engana. Entendeu? A linguagem do pessoal operário, que a gente conversava, era uma. A dele era outra, né. Percebia que o cara, por mais que ele se esforçasse, assim, em simplificar as coisas não tinha como, ele não tinha... entende³¹¹?

O relato de Sebastião tem muito a colaborar para uma reflexão a respeito da política de integração na produção como um todo, não apenas no caso específico de Carrion. Revela que, por mais esforçados que fossem os militantes de origem estudantil e pequeno-burguesa – e por mais que, muitas vezes, conseguissem enganar os agentes da repressão –, não conseguiam fazer com que os militantes operários acreditassem, de fato, que eram oriundos do operariado. Relatos como este aparecem também em outras entrevistas³¹², mas sempre sob a ótica daqueles que estavam se integrando. A fala de Sebastião, podemos dizer, dá pistas a respeito da recepção destes militantes no meio operário. Afinal, se “ninguém engana”, mas mesmo assim os militantes eram recebidos e tinham liberdade de ação política, e agiam até mesmo como lideranças muitas vezes, significa que aqueles trabalhadores não estavam sendo apenas “convencidos a participar” pelos esclarecidos militantes intelectualizados. Eles sentiam e percebiam a necessidade desta atuação, e viam na aproximação dos estudantes uma possibilidade para isso. O outro lado desta forma de relação entre a AP e os trabalhadores no Rio Grande do Sul, sem dúvidas mais difícil de enxergar, revela, assim, uma classe trabalhadora ativa e não manipulada, que também tinha interesses objetivos na aproximação.

A intensificação da luta contra a ditadura e sua política de arrocho salarial, principal destes interesses, prosseguiu ao longo do ano de 1968 até meados do ano seguinte. Com a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, a esquerda de forma geral foi fortemente abalada. A movimentação política da Ação Popular no setor dos calçadistas de Novo Hamburgo, no entanto, tentava resistir. Raul Carrion e Sebastião Velho recordam como marco deste processo a movimentação do dissídio de 1969. Carrion recorda que havia um “ânimo de greve”, com a última assembleia chegando a ter setecentos operários – quando,

³¹¹ Sebastião Velho. Porto Alegre, 25.02.2015.

³¹² Especialmente: Dilza de Santi, 26.10.2013 e 24.02.2015 e Nilce Azevedo Cardoso, 25.02.2015.

normalmente, não chegavam a cinquenta³¹³. A forte repressão do Estado ditatorial, no entanto, conseguiu desmobilizar o movimento antes que a greve iniciasse. Nas fábricas foram presos, conforme Carrion, cerca de dez trabalhadores. Na assembleia, aproximadamente outros trinta – trinta e três, conforme Sebastião³¹⁴. Todos aqueles que se pronunciavam favoráveis à parada. Sebastião Velho, que estava entre os trinta e três, recorda de sua intervenção naquela assembleia:

Eu ainda inventei de fazer uma coisa assim, ó, eu tinha pegado os preços um ano antes – arroz, feijão, batata –, fiz uma lista, custa tanto, agora esse ano aqui o mesmo produto custa tanto, deu tanto por cento, e eu falei isso no sindicato. E eu levei a lista e mostrei (risos). Não era muito inteligente mas não era muito burro também, né. Mas ó, rapaz, foi o que me ferrou, né³¹⁵.

Preso, Sebastião foi, em suas palavras, “morar na Azenha (...) uma semana”³¹⁶, tempo que ficou detido no DOPS em Porto Alegre. Alguns de seus companheiros ficaram mais tempo, chegando um deles a permanecer seis meses no cárcere. Dos trinta e três, Sebastião recorda que no mínimo vinte e cinco eram efetivamente ligados à Ação Popular, tendo os outros sido presos apenas por demonstrarem apoio à ideia de greve. Durante os interrogatórios, afirma Sebastião, foi possível saber que a própria diretoria do sindicato – a quem Raul classificou como “pelegos” – havia entregado os nomes dos trabalhadores que articulavam a mobilização. Segundo ele, as fotos mostradas pelos agentes tinham carimbos e grampos do sindicato, o que gerou uma desconfiança que fora confirmada, posteriormente, quando o próprio agente deixou escapar a informação³¹⁷. Assim, com ajuda dos próprios sindicalistas – e, conforme Carrion, também dos patrões³¹⁸ – a repressão conseguiu desmobilizar a greve que estava sendo preparada, impossibilitando pelo esvaziamento a realização da assembleia final marcada por aqueles dias.

Pouco depois, Carrion deixaria a Ação Popular e ingressaria no Partido Comunista do Brasil, ao lado de José Ouriques de Freitas e Pedro Machado Alves. Neste processo, Carrion relata que muitas lideranças do setor calçadista de Novo

³¹³ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

³¹⁴ Sebastião Velho. Porto Alegre, 18.09.2015.

³¹⁵ Sebastião Velho. Porto Alegre, 18.09.2015.

³¹⁶ Sebastião Velho. Porto Alegre, 18.09.2015.

³¹⁷ Sebastião Velho. Porto Alegre, 18.09.2015.

³¹⁸ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015

Hamburgo também migraram para o PCdoB. Sebastião Velho, no entanto, não ingressou no partido. Recorda, contudo, que continuou sua militância no movimento operário por muito tempo, até meados do ano de 1976 quando nasceu sua primeira filha. Quando questionado se todo este tempo de militância fora desenvolvido através da Ação Popular, Sebastião dá novamente uma resposta que muito revela sobre a visão política dos trabalhadores neste período – ao menos daqueles de formação mais pragmática: “Teve vários nomes. (...) Uma hora era uma coisa, outra hora era outra. Era uma troca de letrinhas mesmo. Ah, eu tô ligando pra letras”? Fica claro, assim, que o objetivo de Sebastião – certamente representativo de seu grupo mais próximo – na aproximação com a Ação Popular era muito bem definido. A organização era vista como um meio de luta contra a ditadura e seus malefícios à classe trabalhadora. A “troca de letrinhas”, que pode se referir tanto à transformação da AP em APML em 1971 quanto ao ingresso do militante em outros grupos não identificados na entrevista, não tem importância porque o objetivo não é o fortalecimento de alguma organização ou partido específico, mas a viabilização da luta prática. Esta visão reflete, em parte, as dificuldades da formação teórica e ideológica nas condições de clandestinidade, o que fazia com que Sebastião não tivesse uma identificação completamente estável com a organização. Por outro lado, demonstra também uma característica fundamental da luta de classes naquele momento, materializada na luta contra a ditadura – entendida como um regime essencialmente classista/patronal – e viabilizada através das organizações de esquerda.

A luta operária contra a ditadura criava raízes, por exemplo, no combate às políticas de arrocho salarial. Entretanto, abria caminho para um questionamento mais profundo da organização produtiva e social que gerava o arrocho. Carrion recorda que, junto com o trabalho reivindicativo, havia “um trabalho de politização, de denúncia da ditadura”³¹⁹. Este, no entanto, precisava ser mais restrito às lideranças por conta das condições de clandestinidade. Como formas deste trabalho político, Carrion lembra os jornais que eram escritos pelos militantes da organização, a realização de atos de 1º de Maio conjuntos entre trabalhadores e estudantes, os contatos com militantes operários de outras forças políticas, especialmente do Partido Comunista Brasileiro, a criação do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA)

³¹⁹ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

e as participações de lideranças operárias em manifestações estudantis³²⁰. Outra importante mobilização da AP contra a ditadura foram as campanhas pelo voto nulo. Embora tenham sido protagonizadas pelos setores estudantis da organização, o movimento operário também se integrou a elas, que alcançaram, como veremos, considerável êxito naquele contexto.

3.2 O povo na rua derruba a ditadura! Outras frentes de atuação política da Ação Popular do Rio Grande do Sul após o golpe de 1964

Apesar da considerável inserção de militantes da Ação Popular nos movimentos de trabalhadores do RS após o golpe de Estado em 1964, a organização não deixou de ser, como já afirmamos, composta majoritariamente por estudantes. No Colégio Estadual Júlio de Castilhos a AP, que havia estado na direção do grêmio estudantil em 1963 e 1964 em aliança com o PCB, mas havia perdido as eleições em 1965 quando se rompeu a frente, retomou a aliança e reconquistou a representação no ano de 1966. No ano de 1967, com a intensa participação de estudantes secundaristas nas mobilizações estudantis, o grêmio foi fechado pela direção da escola, o que veio a dificultar muito a continuidade das atividades no Júlio de Castilhos, conforme relata o militante Sérgio Luiz Bittencourt³²¹.

No movimento estudantil universitário, a AP continuava com forte atuação na UFRGS, tanto nos cursos como na Federação de Estudantes – que passou a se chamar Diretório Central de Estudantil (DCE) após a aplicação da “Lei Suplicy de Lacerda”. Entre 1967 e 1968, Dilza de Santi atuou como vice-presidente de cultura do DCE, novamente em chapa conjunta com o PCB – representado pelo presidente da chapa. Percebe-se, portanto, a grande importância das chamadas “frentes” para a dinâmica da militância estudantil da Ação Popular no Rio Grande do Sul. Se esta tendência já se esboçava antes de 1964, após o golpe de Estado ela irá se generalizar. As chamadas “frentes de esquerda” teriam também suas versões no

³²⁰ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

³²¹ BITTENCOURT, Sérgio. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIREZ, Thiago. **Fazendo Revolução...** Op. Cit., p. 235.

movimento operário, tanto no período de atuação de Raul Carrion na Ação Popular – no qual, segundo ele, eram realizadas ações conjuntas entre a AP e o PCB, o PCdoB e, algumas vezes, forças trotskistas³²² – quanto no período posterior ao AI-5, quando Nilce Azevedo Cardoso dirigia o setor operário da organização no Rio Grande do Sul³²³.

As principais bandeiras levantadas pelo movimento estudantil neste período diziam respeito ao repúdio à “Lei Suplicy”, que já abordamos no capítulo anterior, e aos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development*, que promoviam uma reforma da Universidade brasileira em bases completamente opostas àquelas que vinham sendo elaboradas no contexto das reformas de base. Diversas mobilizações foram promovidas em contraposição aos acordos, mas que também tinham o objetivo final de se opor à ditadura em vigor, sobretudo nos anos 1967 e 1968. Dilza recorda que em uma destas ocasiões se decidiu ocupar o prédio do Restaurante Universitário (RU) da UFRGS e, em uma atitude classificada por ela como “precipitada”, desobedecer à ordem de desocupação com prazo para as 18h do mesmo dia. À noite, a polícia invadiu o prédio e retirou os estudantes sob forte repressão. Dilza recorda: “Eu nunca apanhei tanto como naquele corredor polonês”³²⁴. Em decorrência deste caso a diretoria do DCE foi deposta, Dilza foi suspensa da Universidade e o presidente da chapa foi expulso.

Outra atividade promovida pela Ação Popular do Rio Grande do Sul neste período, que foi realizada também em outros estados e alcançou considerável êxito, foi a campanha pelo voto nulo. Mais precisamente as campanhas, pois segundo Cristiane Dias elas foram promovidas nas eleições de 1966, 1970 e 1971³²⁵. Como já citamos no primeiro capítulo, o sucesso dessas campanhas pode ser medido pela porcentagem das anulações, que em 1966 foi a maior até então registrada e cresceu ainda mais em 1970, chegando a 30% naquele pleito³²⁶.

Exatamente em reação à crescente mobilização política de estudantes e operários – além, obviamente, de diversos outros setores não abordados aqui –, a ditadura endurecia seu aparato repressivo. O ano de 1968 foi fortemente marcado,

³²² Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

³²³ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

³²⁴ Dilza de Santi. Porto Alegre, 26.10.2013.

³²⁵ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 148.

³²⁶ REIS FILHO, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** *Op. Cit.*, p. 44 e 59.

em todo o Brasil – em boa parte do mundo, aliás³²⁷ –, como um período de ascensão das lutas de massas. No contexto brasileiro, a relação dialética entre Estado e oposição sofreu, naquele ano, brusca aceleração. Manifestações, paralisações e greves foram realizadas em diversas faculdades da UFRGS, sobretudo em protesto contra a repressão que se intensificava – marcada pelo assassinato do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro, em março – e pelo aumento do número de vagas na Universidade, contra os acordos MEC-USAID e as tentativas de enquadramento do movimento estudantil – especialmente a já citada “Lei Suplicy de Lacerda”. O movimento operário, embora muito enfraquecido pelas intervenções nos sindicatos – iniciadas logo após o golpe de 1964 –, também promovia manifestações, sobretudo contra o arrocho salarial, as intervenções sindicais e a ditadura de forma geral. Um momento crucial nestas mobilizações, tanto estudantis como operárias, foi o 1º de Maio de 1968, marcado por manifestações contra a ditadura no Brasil inteiro, incluindo o Rio Grande do Sul – com maior visibilidade, Porto Alegre. Em resposta, a ditadura recrudescia, intensificando a violência empregada contra manifestações de rua, aumentando os ataques terroristas de grupos de extrema direita vinculados ou apoiadores do regime e prendendo diversos estudantes por participação em passeatas, panfletagens e outras atividades do tipo³²⁸.

Percebendo a intensificação da repressão, que obrigava cada vez mais pessoas a viver na clandestinidade, a Ação Popular do Rio Grande do Sul começou a articular um esquema para fuga do país utilizando as fronteiras do Brasil com o Uruguai, especialmente Santana do Livramento – Rivera. Dilza de Santi recorda que

Em um certo momento, a gente se reuniu com o Brizola, montou – e eu estava nessa reunião – usando o esquema do Brizola no Uruguai pra tirar as pessoas do Brasil. (...) E aí o Sérgio Lopes era também do esquema. (...) eu tinha esse esquema com o Sérgio e outras pessoas, que foi montado pelo... passava do Brasil, entrava no Uruguai o esquema era do Brizola, que o Brizola disponibilizou pra nós o esquema dele pra tirar gente. (...) Essa reunião foi feita na casa de um Brochado da Rocha, que morava naquele edifício na frente da Praça Júlio, foi feita de madrugada. (...) é um

³²⁷ Sobre o ano de 1968 no Brasil, restante da América Latina e na Europa, ver: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique. **1968: Contestação e utopia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. O livro traz também excelente cronologia política do Rio Grande do Sul ao longo de 1968, construída fundamentalmente a partir de jornais do período.

³²⁸ RODRIGUES, Gabriela. **Cronologia – O 68 no Rio Grande do Sul**. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique. **1968: Contestação e utopia**. *Op. Cit.*, pp. 133-142.

apartamento que o Brizola estava. (...) eu me lembro que nós fomos bem tarde pra lá³²⁹.

Clandestino em Porto Alegre, o ex-governador Leonel Brizola – em conformidade com a memória de Dilza, já que não temos informações a respeito em outras fontes que possibilitem a verificação pelo cruzamento – teria se comprometido com a segurança dos clandestinos em território uruguaio. O caminho até a fronteira e a passagem por ela ficaram sob responsabilidade da Ação Popular. Faziam a travessia, entretanto, não apenas militantes da AP, mas clandestinos fortemente procurados vinculados a qualquer organização de esquerda. Obviamente, na prática, o esquema foi mais utilizado por militantes da Ação Popular e pessoas próximas a ela, até mesmo pela maior viabilidade de estabelecer os contatos necessários para a fuga nestes casos. O chamado “esquema de fronteira”³³⁰ foi mais intensamente utilizado após a decretação do Ato Institucional nº5, inclusive com o deslocamento de um militante da AP – Ernesto Levi – para Santana do Livramento, de onde podia cuidar melhor da segurança na travessia para Rivera³³¹. Entretanto, não sabemos se o acordo de solidariedade com o grupo de Brizola se manteve em funcionamento neste período.

Sabe-se, contudo, que muitos militantes atravessaram fronteira fugindo da repressão, que estava ainda mais intensa após 1968. Além disso, há relatos de militantes que foram ao Uruguai estabelecer contatos com organizações de esquerda daquele país. Luiz Carlos Santana afirma, por exemplo, que fez uma viagem a Montevideú, passando pela fronteira em Santana do Livramento, com o objetivo de levar aos Tupamaros um filme com fotos de Dan Mitrione – agente secreto norte-americano que promovia cursos de tortura nos países da América Latina –, tiradas por militantes da AP de Minas Gerais³³². Santana afirma que este fato teria ocorrido em 1971, mas a data é contestada pelo entrevistador Thiago Vieira Pires, que recorda que Dan Mitrione foi assassinado em agosto de 1970. Outras travessias foram também realizadas, utilizando esquemas de passagem pelas fronteiras do RS com o Uruguai, para possibilitar que militantes fossem

³²⁹ Dilza de Santi. Porto Alegre, 26.10.2013.

³³⁰ Nome utilizado por Cristiane Dias para definir o esquema em questão. Ver: DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 12.

³³¹ Antônio Ramos Gomes. Porto Alegre, 26.10.2013.

³³² SANTANA, Luiz Carlos. **Entrevista com Luiz Carlos Santana.** In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 211.

participar de cursos de treinamento no exterior – especialmente em Cuba e na China³³³.

3.3 Trabaia, nega! Trabaia pra enricar alemão! O AI-5 e a partida de militantes para a integração na produção em outros estados

O dia 13 de dezembro de 1968 marcou, como já é consenso na historiografia, considerável recrudescimento da ditadura civil-militar brasileira. O Ato Institucional nº 5, editado naquele dia pela junta militar que encontrava-se provisoriamente à frente do poder executivo, precisa ser compreendido, no entanto, como um ponto importante no processo dialético de transformação do Estado frente à oposição. Um marco na institucionalização da ditadura, sem dúvidas. Entretanto, o Terrorismo de Estado – que seria muito fortalecido após o AI-5 – já vinha sendo implementado no Brasil desde 1964. A respeito do Rio Grande do Sul, Caroline Bauer argumenta que o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS) do estado, que havia sido criado em 1937 como órgão responsável pela averiguação e repressão de crimes políticos³³⁴, sofreu intensas modificações a partir de 1964 com o objetivo de ser adequado “aos ditames da doutrina de segurança nacional e ao processo de militarização da sociedade, empreendido pelos militares ao tomar o poder”. Além disso, acrescenta Bauer, as mudanças pretendiam também “ajustar a ação do órgão ao aprimoramento do aparato repressivo da ditadura brasileira, principalmente aos órgãos federais criados após o golpe”³³⁵.

O assassinato do ex-sargento Manoel Raymundo Soares, executado por autoridades policiais em 1966, após ter sido severamente torturado, demonstra que a lógica do TDE já estava em pleno funcionamento antes do AI-5. O corpo de Manoel, que estava detido desde o dia 13 de março de 1966 no DOPS/RS, foi encontrado no rio Jacuí em 24 de agosto do mesmo ano, com as mãos amarradas

³³³ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. Departamento Central de Informações. **Relatório de Atividades Subversivas da APML do B.** 1972. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

³³⁴ BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar:** Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 55.

³³⁵ *Ibid*, p. 70.

às costas. O fato teve ampla repercussão na imprensa e acabou por desencadear a instauração de uma Comissão Parlamentar de Investigação na Assembleia Legislativa do estado³³⁶.

Pretendemos, com o relato acima, demonstrar que o Ato Institucional nº 5 não demarca o início de uma ditadura – como pretendem alguns revisionistas³³⁷ –, ou mesmo a origem do Terrorismo de Estado no Brasil. É, sim, como já argumentamos, um ponto importante no processo de institucionalização do regime instaurado em 1964. Só pode ser compreendido, portanto, à luz da dinâmica da luta de classes desenvolvida naquele período, sobretudo ao longo do ano de 1968 – que procuramos esboçar no item anterior deste capítulo. Como resposta do Estado a esta dinâmica, o período que se seguiu à edição do AI-5 foi marcado pelo total fechamento das vias utilizadas pela oposição naquele ano. Uma nova “Operação Limpeza” foi posta em prática, inclusive com novos expurgos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul³³⁸. Os meios de combate às organizações “subversivas” foram aprimorados, conforme aponta Carla Rodeghero, especialmente através da criação do sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), vinculado ao Exército; do aperfeiçoamento de órgãos de informação dos ministérios militares – como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), que teve atuação destacada contra a Ação Popular; da rigorosa censura à imprensa; do investimento em propaganda do regime e de reformas no Poder Judiciário³³⁹.

Neste contexto, a Ação Popular do Rio Grande do Sul sofreu novamente com a desarticulação de seus quadros. A repressão dificultava ainda mais as ações de massa, tais como passeatas, que vinham dando visibilidade e fortalecendo a AP nos anos anteriores. As ações políticas nos locais de trabalho também eram vigiadas mais de perto, sobretudo quando desencadeavam processos reivindicatórios e pretendiam mobilizar greves – já citamos o caso dos mais de quarenta trabalhadores do calçado detidos em Novo Hamburgo em 1969, dos quais

³³⁶ *Ibid*, pp. 161-171.

³³⁷ Especialmente: VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira**. Folha de São Paulo, 5 de março de 2009. A tese do autor, segundo a qual a ditadura existiu apenas de 1968 a 1979, foi mais amplamente apresentada posteriormente em um livro com o mesmo nome do artigo supracitado.

³³⁸ O professor Leonidas Xausa, que anteriormente havia sido ligado à Ação Popular, foi expurgado nesta ocasião. Ver: MANSAN, Jaime. **Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009, p. 205.

³³⁹ RODEGHERO, Carla. **Regime militar e oposição**. *Op. Cit.*, p. 95.

aproximadamente dez foram presos dentro das fábricas onde trabalhavam. As divergências entre o grupo de Raul Carrion, José Freitas e Pedro Machado e o das demais lideranças da AP do RS – estas últimas, alinhadas ao comando nacional – também contribuíram para o esvaziamento da organização, sobretudo após a saída do primeiro grupo, acompanhado de diversos militantes do setor operário.

Antes da saída definitiva do grupo de Raul Carrion, José Freitas e Pedro Machado da organização, porém, houve um período de divergência interna entre eles e as demais lideranças da AP no estado. Foi quando, por volta de 1967 ou 1968, a direção nacional da Ação Popular encaminhou para o estado o militante Altino Dantas, que havia sido presidente da UNE por um curto período e atuava em São Paulo. Raul Carrion afirma que a vinda de Altino significava uma tentativa da direção nacional de “abafar” as divergências no Rio Grande do Sul, demarcando sua posição contrária ao grupo de Raul³⁴⁰. Já Dilza de Santi, dirigente regional neste período, recorda que Altino foi designado para trabalhar no movimento operário na região da grande Porto Alegre especialmente porque “não conseguia mais viver em São Paulo”, devido à forte perseguição que sofria³⁴¹. A diferença nos dois relatos pode ser compreendida melhor se considerarmos um aspecto fundamental da memória: a importância que determinado fator teve na época do acontecimento para um sujeito – bem como os desdobramentos deste fator – é reproduzida e, não raro, ampliada na construção de sua memória sobre aquele mesmo acontecimento e seus desdobramentos. Assim, Raul relaciona com mais força a vinda de Altino com a tentativa de “dissolver” as divergências internas sobretudo porque, na época, estava junto de seus companheiros no centro destas divergências. Por conta delas fora afastado do comando regional e acabou saindo da Ação Popular. Já Dilza passou pelo período destas divergências sem grande envolvimento. Tanto que, em sua entrevista, lembra da saída de Carrion da AP mas não entra em detalhes. No período em que Altino estava no Rio Grande do Sul, Dilza se preocupava mais com as questões de segurança própria e do militante paulista – que veio, inclusive, com a família. Dilza, por diversas vezes, cuidou do filho de Altino, que era uma criança naquele tempo. Houve ainda um dia, recordado por Dilza e José Loss³⁴², em que Altino fora preso na rodoviária de Porto Alegre com uma mala de livros de esquerda

³⁴⁰ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁴¹ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

³⁴² José Loss. Porto Alegre, 18.09.2015.

trazidos do Uruguai. Dilza lembra a matéria de capa do jornal Zero Hora: “livreiro de São Paulo é preso com livros subversivos na rodoviária”³⁴³. Dilza, que não sabia da viagem do militante, lembra que após ele ter sido liberado – por sorte, apenas os livros foram apreendidos – foi até sua casa e o mandou de volta a São Paulo. Assim, em sua memória, a militante atribui a integração de Altino na produção em Porto Alegre às necessidades de segurança. Desta forma, as memórias de Dilza e Raul se complementam quando analisadas sob o ponto de vista da História, pois cada uma aponta com mais intensidade para alguns aspectos, causas ou consequências do acontecido.

Após o fechamento total das vias públicas de mobilização política em decorrência do AI-5, a Ação Popular passou a massificar sua política de integração na produção. O ano de 1969, em especial, foi marcado pela ida de inúmeros militantes do movimento estudantil ou da chamada “pequena burguesia” para vilas operárias e zonas rurais do Brasil para, quase sempre com identidade falsa, trabalhar e organizar a Ação Popular naqueles espaços. Representou, entre outras coisas, a radicalização da condição de clandestinidade da militância em Ação Popular, pois se colocou a necessidade de decidir entre “integrar-se à produção” ou abandonar a organização. Sobre este aspecto, muito criticado por grande parte dos militantes daquele período, Antonia Mara Vieira Loguércio diz:

Mas aí se estabeleceu um dos equívocos graves do processo de integração. De toda forma, eu repito exatamente aquela história: ‘é errado! Mas tinha como fazer diferente’? Essa é a pergunta! As pessoas que não se decidiam a ir se integrar na produção eram automaticamente desligadas do partido³⁴⁴, ficavam como área próxima, ‘amigo’, ‘apoiador’, ‘simpatizante’, etc. Não havia necessidade de fazer isso, ou havia? (...) Muitos diziam: ‘que absurdo, agora a coisa ficou religiosa!’ Então qualquer atitude da AP, e como era da AP, o argumento que se utilizava era: ‘porque é religioso’. (...) Mas tudo isso porque não tinha como manter uma estrutura orgânica somente com pessoas integradas e outra com os não-integrados. Era tudo absolutamente mais difícil, é isso que às vezes as pessoas não entendem³⁴⁵.

Embora tenha sentido a ponderação de Antonia Mara a respeito da inviabilidade de manter duas estruturas paralelas, a massificação da política de integração teve, como um de seus efeitos, uma considerável debandada de

³⁴³ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

³⁴⁴ Assim como grande parte dos militantes da AP – ou APML, após 1971 – que foram posteriormente para o PCdoB, Antonia Mara frequentemente utiliza o termo “partido” para referir-se à Ação Popular.

³⁴⁵ LOGUÉRCIO, Antonia Mara. **Entrevista com Antonia Mara Vieira Loguércio**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução....** Op. Cit., p. 287.

militantes da organização. Além do grupo de Carrion, que deixou a organização por considerar sectário o objetivo de “proletarização dos militantes” de origem pequeno-burguesa através da integração na produção, diversos militantes abandonaram a Ação Popular de forma individual neste período. Os anos seguintes, além disso, seriam marcados nacionalmente pelos chamados *rachas*, cisões internas que subdividiam a organização e criavam sempre um número maior de siglas compostas por um número menor de militantes. Analisando diversas organizações de esquerda neste período, Jacob Gorender afirma que esta é uma tendência comum a elas:

Nas fases de ascenso político, prevalece a tendência aglutinante, importando menos para a ação prática que pequenos grupos sobrevivam à margem das grandes organizações ou gravitem em torno delas. Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui através de precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases de *rachas*, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas³⁴⁶.

A intensificação da repressão às organizações de esquerda e às mobilizações de massa após o AI-5 caracterizou, de forma muito clara, uma destas “fases descendentes”. A forma pela qual a Ação Popular tentou reagir ao descenso se traduziu na massificação da política de integração na produção. Os objetivos atribuídos à política deixam claro seu caráter de “resposta” ao recrudescimento da ditadura: 1) Ampliar as bases da organização nos setores considerados prioritários (operário e camponês); 2) Promover a “proletarização” de militantes de origem social pequeno-burguesa; e 3) Possibilitar a segurança dos militantes concomitantemente à continuidade de suas atividades políticas³⁴⁷. Como veremos, o segundo ponto é o que mais gera divergências nas avaliações da política pelos militantes³⁴⁸. Alguns – como Raul Carrion³⁴⁹ e Antônio Ramos Gomes³⁵⁰ – o veem como fruto de um dogmatismo. Outras/os – especialmente Nilce Azevedo Cardoso³⁵¹ – enxergam o

³⁴⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. *Op. Cit.*, p. 89.

³⁴⁷ Estes três pontos são chamados “objetivos atribuídos” porque foram levantados nas entrevistas com os militantes que participaram da integração na produção. Os documentos nacionais da organização sobre o assunto citam os objetivos de forma não muito clara, mas mais ou menos coerente com os três pontos aqui elencados.

³⁴⁸ A este respeito, ver também: DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, pp. 164-167.

³⁴⁹ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁵⁰ Antônio Ramos Gomes. Porto Alegre, 26.10.2013.

³⁵¹ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015

objetivo da proletarização como uma tentativa de promover uma identificação entre estudantes e a classe trabalhadora real, com sua experiência cotidiana, de forma a potencializar a luta pela Revolução socialista.

Embora o objetivo da “proletarização” seja o mais polêmico, também tiveram muita força na implementação da política as questões relativas à segurança. Ainda que fossem levados em consideração, na prática estes pontos tiveram pouca importância na fase inicial de implementação da integração no RS. Raul Carrion, por exemplo, integrou-se em Novo Hamburgo, cidade bastante próxima de Porto Alegre e onde podia facilmente ser reconhecido³⁵². Após o AI-5, podemos considerar que temos um “segundo momento” da integração na produção, no qual a necessidade de segurança passou a ser uma das prioridades da política³⁵³. Os militantes eram geralmente enviados para outros estados, com “histórias pessoais de vida” mais bem elaboradas e poucas vezes desacompanhados. A intensidade da perseguição sofrida antes da integração, além disso, também contribuía para agilizar o processo. O caso de Dilza de Santi, por exemplo, que em fins de 1968 era professora primária em Porto Alegre e cursava Filosofia na UFRGS, revela o peso que a densidade da repressão teve para a integração na produção:

Eu morava em um apartamento na (...) Rua da Praia. Os caras iam lá, picharam quinhentas vezes, lá (...), botavam ‘Dilza comunista!’ Eu ia todas as quintas-feiras na Polícia Federal, sabe? Aí eu era professora primária concursada pelo município. E eu lecionava de manhã em um colégio lá em Sarandi. E a minha diretora lá, ela era esperta. E tinha uma outra pessoa lá também, que aí um dia ela pegou e disse: ‘Dilza, não vem mais pra cá’. ‘Por quê?’ ‘Porque os caras estão de plantão aqui procurando por ti’. Eu não pude mais ir pro colégio. (...) Não tinha aula na Filosofia. Tinha essa minha, esse troço, né (...) todas as quintas-feiras. Então, tava muito difícil, e aí a AP me propôs de eu ir pro movimento operário. Com outro nome, lá no ABC, pra montar um... junto com outras pessoas, montar o movimento operário. E eu me fui pra lá³⁵⁴.

Dilza foi, então, para São Caetano, no ABC paulista, com o objetivo de integrar-se na produção automobilística em fábrica da General Motors. Acabou não conseguindo o emprego, pois conforme lembra, era sempre identificada como menor

³⁵² Como foi, aliás, por Sebastião Velho que havia conhecido em uma palestra o irmão de Raul, Francisco Carrion. Cf.: Sebastião Velho. Porto Alegre, 18.09.2015;

³⁵³ O caso da integração de Altino Dantas em Porto Alegre pode ser considerado como um momento de transição da política de integração na produção, no qual a questão da segurança do militante já passava a ser importante na definição do local para onde ele iria, mas as condutas de segurança não recebiam ainda muita atenção.

³⁵⁴ Dilza de Santi. Porto Alegre, 26.10.2013.

de idade pelos recrutadores. Ainda assim, continuou contribuindo para a organização, desempenhando a função de garantir a segurança do dirigente nacional Herbert José de Souza. Betinho também estava integrado à produção, morando em Mauá e trabalhando em uma fábrica de cerâmicas.

Assim como no exemplo de Dilza, Antonia Mara Vieira Loguércio também foi encaminhada, em outubro de 1969, para a integração na produção em outro estado – neste caso, a Bahia. A militante recorda que neste processo sua sobrevivência, bem como a dos demais integrados, dependia em grande parte das contribuições de simpatizantes da AP, que permaneciam na legalidade e doavam uma quantia mensal para a organização. Ela conta que certa vez, quando morava com um casal com filhos, a pessoa encarregada de pegar a contribuição com o colaborador e levar aos militantes foi assaltada. Eram Cr\$50,00, e Antonia Mara lembra: “Nossa! O que nós passamos de fome aquela vez. E aí não é força de expressão, nós passamos fome mesmo, não tinha o que comer”³⁵⁵. Com este relato, Antonia pretende deixar claro que a contribuição mensal para a organização, muitas vezes entendida como um “aspecto religioso” da Ação Popular, uma espécie de “dízimo”, teve papel fundamental para a continuidade das atividades naquela conjuntura. Obviamente, como a própria Antonia também afirma, a ida de militantes que tinham certa estabilidade econômica para a vida clandestina reduziu bastante as fontes de sustentação da AP. Como no caso de Haroldo Lima, que conforme Antonia era engenheiro na Bahia e contribuía mensalmente com seis salários mínimos. Quando Haroldo foi integrar a direção nacional da AP, partindo portanto para a clandestinidade e mudando-se da Bahia, passou a ser sustentado pela organização com um salário mínimo por mês. Antonia faz o questionamento: “(...) eu fico pensando o que era pior: ele viver com um salário mínimo ou os seis que nos faltavam”? De toda forma, é preciso ponderar que com a intensificação da repressão, muitas vezes a clandestinidade – e, conseqüentemente, o abandono de empregos rentáveis e estáveis – se tornou necessidade para possibilitar condições mínimas de segurança àqueles que decidiam continuar militando.

Outros relatos da integração na produção de Antonia Mara e Dilza são também relevantes para o nosso trabalho, ainda que tenham se dado em outros estados que não o Rio Grande do Sul. As militantes em questão, todavia, foram

³⁵⁵ LOGUÉRCIO, Antonia Mara. **Entrevista com Antonia Mara Vieira Loguércio**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** Op. Cit., p. 289.

formadas na AP do RS, e sua partida impactou fortemente a organização regional. Seus relatos, portanto, revelam aspectos fundamentais da implementação da política em nível nacional, guardando relações próximas com a história da organização em nível regional. Na Bahia, Antonia Mara lembra que trabalhou um ano em uma fábrica da Bosch. Lá, desenvolvia um trabalho político fundamentado nas relações cotidianas com os/as trabalhadores/as da fábrica, buscando provocar reflexão e indignação com as próprias condições de vida e de trabalho. Em linhas gerais este tipo de atividade política, que era muito mais uma necessidade naquele contexto de dureza da clandestinidade, acabou por se tornar uma característica das atividades desenvolvidas na integração na produção. Vejamos o relato de Antonia:

Eles tinham as normas Bosch que sempre marcavam a menos em relação ao que nós tínhamos anotado; Bom, mas aí eu expliquei o quando cada vela daquelas que nós produzíamos era vendida no comércio, ou ainda as especiais que eram exportadas ou iam direto para as montadoras. Um dia eu comecei a trabalhar às 06:00h da manhã e quando olhei no relógio eram 06:20h, parei, fiz uma conta rápida de cabeça e falei para todos: 'Pronto, devolvi tudo!' Aí os colegas ficaram todos me olhando: 'O que foi Mara'? Aí eu respondi: 'Em 20 minutos de trabalho eu devolvi tudo que a Bosch me deu hoje pelo mês!' A produção parou, e eu ouvia: 'É mesmo, que desaforo!' Então de repente tu tem a vivência da mais-valia ali na tua frente. Tu pode estudar o quanto quiser, mas ali tu tens a vivência da exploração. (...) Mas de trabalho político na fábrica era isso, pequenas discussões, como aquela das horas extras. As meninas passavam por nós e diziam: 'Trabaia, nega, trabaia para enricar alemão!' Era assim o dia-a-dia³⁵⁶.

Este relato expressa aquilo que, no nosso entendimento, é a síntese da experiência histórica da integração na produção da Ação Popular, seu significado histórico: uma identificação entre os militantes saídos da Universidade e os trabalhadores, a maioria com pouco estudo, que possibilitava que estes analisassem mais criticamente sua própria experiência, desenvolvendo assim uma consciência de classe mais combativa – apesar dos curtos limites impostos pelas condições de clandestinidade. Em outras palavras, era na relação entre estudantes – ou ex-universitários/as – e operários/as que se encontrava o potencial revolucionário da experiência da Ação Popular. Era, no entanto, um potencial no longo prazo, que não pode se realizar por inúmeros fatores conjunturais, dentre os quais, especialmente, a repressão da ditadura.

Antonia Mara acabou sendo presa por um descuido, após seu namorado ser detido com uma receita de antibiótico em seu nome. Como ele já era conhecido dos

³⁵⁶ *Ibid*, p. 301-302.

órgãos de informação, foram atrás dela. Ficou presa por um mês, no ano de 1970, em uma cela da Polícia Federal no armazém do cais do porto de Salvador. Condenada por “tentativa de reorganizar organização clandestina”, cumpriria ainda um ano de prisão algum tempo depois³⁵⁷.

Em São Paulo, ainda durante 1969, Dilza de Santi atuava na articulação de uma greve grande prevista para aquele ano na região do ABC. Após uma reunião de organização do movimento que acabara tarde, Dilza não pode retornar à sua casa. Tomou então o trem com direção à capital e nele permaneceu durante toda a madrugada, acompanhada de outro militante chamado Gildo. Chegando ao ponto³⁵⁸ pela manhã, não avistou seus companheiros da Ação Popular, mas sim pessoas desconhecidas. Decidiu, então: “Eu não vou pra casa”³⁵⁹! Voltou para São Paulo e buscou refúgio na casa de amigas. No fim da manhã, ao passar por uma banca de jornal, Dilza teve a confirmação de sua desconfiança ao chegar ao ponto. Estava escrito no jornal da tarde, como ela recorda: “cento e poucos presos no ABC paulista”³⁶⁰. Com tamanha repressão, a greve não aconteceu. Além disso, as atividades da Ação Popular naquela região foram quase totalmente desarticuladas, pois além dos presos muitos militantes que ali estavam integrados na produção precisaram abandonar o local.

O relato de Dilza, no entanto, esclarece alguns pontos importantes sobre aquele momento da organização. Primeiramente, o grande número de militantes atuando no ABC paulista demonstra que ali estava uma área considerada estratégica pela Ação Popular para sua inserção. Naquela região, afinal, estava o que pode ser considerado o “coração” do desenvolvimentismo – as indústrias automobilísticas. Além disso, os operários do ABC tinham, já na década de 1960, uma larga história de mobilização sindical e política. A “greve dos 400 mil”, no ano de 1957, já havia demonstrado a força da categoria metalúrgica daquela região³⁶¹. Em 1968, a greve de Osasco³⁶² reanimou o movimento operário, dando esperança à

³⁵⁷ FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 6846-1200/98-7, solicitação de indenização de Antônia Mara Vieira Loguércio conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

³⁵⁸ Palavra utilizada pelos militantes da esquerda daquele período para designar um local de encontro, tanto para realização de reuniões como para verificar se houve prisões ou se há vigilância policial.

³⁵⁹ Dilza de Santi. Porto Alegre, 26.10.2013.

³⁶⁰ Dilza de Snti. Porto Alegre, 26.10.2013.

³⁶¹ NEGRO, Antônio Luigi. **Linhas de montagem**: O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004, p. 79.

³⁶² Sobre esta greve, ver: Negro, Antônio Luigi. **Linhas de montagem...** *Op. Cit.*, pp. 278-300.

luta dos trabalhadores contra a ditadura e sua política de arrocho salarial e inspirando, na sequência, diversas mobilizações menores e outras que não chegaram a se efetivar – como a greve que, conforme Dilza, estava sendo preparada em 1969.

Relacionado ao primeiro, o segundo ponto é a dimensão que havia alcançado a política de integração na produção, pois muitos dos militantes presos eram estudantes de outras regiões que haviam se integrado no ABC. De fato, o ano de 1969 marcou a massificação desta política na Ação Popular, que teve maior ou menor duração nos diferentes locais onde foi implementada. Se no ABC a grande queda³⁶³ de 1969 praticamente desarticulou aquela frente de trabalho, em Salvador Antônio Mara ainda estava iniciando o processo de integração naquele ano, assim como no Rio Grande do Sul – como veremos – os militantes vindos de São Paulo chegaram a partir do mês de julho.

A outra questão, que por sua complexidade e especificidade não será aprofundada aqui, mas que também aparece no relato de Dilza, é a da atividade de movimento operário mesmo após o AI-5. O ano de 1968 ficou marcado por duas greves gigantes, uma em Osasco – SP e outra em Contagem – MG. Este feito do movimento operário, mesmo sob densa vigilância, provocou indubitavelmente o acirramento da repressão a este setor. Assim, no ano seguinte, a greve – que conforme Dilza, também prometia ser grande – foi desarticulada antes de começar. Pouco tempo depois, ainda segundo Dilza, os operários deflagraram uma greve ainda em função das articulações anteriores à queda. Não conseguiram, entretanto, a mesma força, pois se tratava de um movimento que já começava tendo sido reprimido³⁶⁴.

Na Ação Popular do Rio Grande do Sul, o início do ano de 1969 foi marcado por uma nova crise de esvaziamento. A saída do grupo de Raul Carrion, Pedro Machado e José Freitas – segundo Raul eram aproximadamente vinte militantes em Porto Alegre e Novo Hamburgo – enfraqueceu as atividades nas categorias dos metalúrgicos e dos calçadistas. Muitos militantes também abandonavam a organização por não concordar com a política de integração na produção, como relatamos. A ida de Dilza, importante liderança local, para São Paulo, diminuía a

³⁶³ Palavra utilizada pelos militantes da esquerda daquele período para designar prisões, desaparecimentos ou assassinatos de militantes ou desarticulação de células ou áreas de atuação por força da repressão.

³⁶⁴ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

capacidade de articulação da organização. Outras partidas eram planejadas, como a de Antônia que se efetivaria em outubro daquele ano, e a de José Loguércio, seu irmão. Este, por sua vez, importante liderança do setor estudantil, fora preso mais de uma vez e viu-se obrigado a viver cerca de dez anos fugindo da repressão pelo interior do Brasil³⁶⁵. O esvaziamento afetava também as células do interior, dificultando seus contatos com as instâncias nacionais. Percebendo a debilidade da organização no estado, a direção nacional determinou o deslocamento de militantes para o Rio Grande do Sul, no contexto da integração na produção. Assim, a política assumia também o papel de fortalecer a organicidade da Ação Popular em locais onde esta era enfraquecida por fatores internos e externos a ela.

3.4 Comer junto, viver junto, trabalhar junto! A reorganização após o AI-5 e a integração na produção no Rio Grande do Sul

No ano de 1968 os militantes da Ação Popular Antônio Carlos Rodrigues da Silva e Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva desenvolviam uma assessoria técnico-agrícola com trabalhadores rurais de Araçatuba, no interior paulista. Ela era assistente social, ele era agrônomo e tinham se casado há pouco tempo. Na equipe de trabalho havia outros quatro integrantes, todos militantes da AP. Por isso, além da assessoria procuravam desenvolver também um trabalho político entre os agricultores. No mês de novembro daquele ano os arrendatários da região iniciaram um movimento conflitivo com os interesses dos grandes proprietários, pedindo prorrogação do prazo de acerto pela safra pois a colheita tinha sido muito pequena. Em apoio ao movimento, os integrantes da equipe de trabalho e militantes da Ação Popular acabaram expondo-se para a repressão em reuniões e atividades públicas. Por isso, a direção nacional da organização decidiu pela saída dos militantes da região. Conforme Antônio Carlos, ele e Lídia poderiam optar entre ir para a zona rural da Bahia, para a baixada fluminense trabalhar como operários ou para o Rio Grande do Sul, também na zona rural para organizar o setor camponês da Ação

³⁶⁵ FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 6845-1200/98-4, solicitação de indenização de José Vieira Loguércio conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Popular. Optando pela terceira alternativa, chegaram a Porto Alegre em fins de janeiro de 1969. Ficaram na casa de militantes que também estavam se preparando para a integração na produção em outros estados – os quais Antônio Carlos não recorda os nomes –, e no mês de Fevereiro foram para a região do Taim, no sul do estado. Na viagem, ficaram ainda alguns dias na casa de um operário simpatizante na cidade do Rio Grande³⁶⁶.

No Taim, ficaram na casa de uma família de simpatizantes da organização, em uma espécie de adaptação à vida no campo. A família criava alguns animais e Antônio Carlos não lembra de ter visto lavouras. Algumas vezes, caçava-se e comia-se capivara, animal típico da região e conhecido pelos habitantes como “capincho”. Após um ou dois meses na região do Taim, Lídia e Antônio Carlos foram para Horizontina com o objetivo de organizar células da Ação Popular naquela região. Uma das filhas do casal que os acolheu no Taim, como recorda Antônio Carlos, demonstrou interesse em engajar-se na Ação Popular, indignando-se com a situação de vida dos trabalhadores rurais. Após irem para Horizontina, no entanto, Lídia e Antônio Carlos não tiveram mais informações a respeito dela³⁶⁷.

Neste trecho do relato de Antônio Carlos sobre os lugares pelos quais passou, um fator salta aos olhos por sua importância para a Ação Popular naquele contexto: o envolvimento dos chamados “simpatizantes”, pessoas que não estavam dentro da organização, nem tampouco na clandestinidade, mas colaboravam como podiam para as atividades da AP. Já mencionamos o relato de Antônia Mara sobre a vital importância das doações mensais de simpatizantes da AP, até mesmo para a sobrevivência de militantes clandestinos. Dilza de Santi também afirma a importância destes simpatizantes para a organização, lembrando-se de uma gráfica na qual uma pessoa – não sabe dizer se funcionário ou proprietário do estabelecimento – disponibilizava o maquinário para, durante a madrugada, imprimir panfletos da Ação Popular. Conforme Dilza, “estava cheio de gente desse tipo, assim (...). Nem sei se eu sabia o nome certo dele, mas leva lá que ele resolve (...)”³⁶⁸. No caso de Antônio Carlos e Lídia, em todos os locais onde ficavam por algum tempo encontravam simpatizantes. Alguns corriam certo risco, como no caso da família do Taim que, em uma região pouco habitada, onde comumente todos se conhecem, deram abrigo a

³⁶⁶ Antônio Carlos Rodrigues da Silva. E-mail, 12.02.2015 e 15.01.2016.

³⁶⁷ Antônio Carlos Rodrigues da Silva. E-mail, 12.02.2015 e 15.01.2016.

³⁶⁸ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

um casal de militantes de organização considerada “subversiva”. Além dos abrigos e ajudas financeiras, os simpatizantes muitas vezes auxiliavam no deslocamento de militantes de um lugar a outro, especialmente em situações de fuga da repressão.

Cristiane Dias afirma, com base em entrevista do militante Antonio Norival Soave, que existiam três categorias de pessoas vinculadas à AP: os militantes, os simpatizantes e os apoiadores. Estes seriam os mais distantes, atuando apenas em situações pontuais, enquanto os simpatizantes teriam contato com materiais de formação da organização e, em alguns casos, passavam a ser militantes³⁶⁹. Nas falas dos entrevistados, entretanto, não fica clara a diferenciação entre as duas últimas categorias, o que indica que na prática acabavam todos sendo considerados membros de uma grande rede de apoio. Duas considerações são ainda pertinentes neste assunto. Primeiramente, a dimensão destas redes de apoiadores sugere que a quantidade de pessoas que se identificava, ao menos em parte, com o programa político da Ação Popular era muito maior do que o número de seus militantes. Temos, assim, um grupo consideravelmente grande que desaprovava a ditadura, mas não partia para a luta clandestina. Ficava, portanto, em uma posição pouco visível, e por isso mesmo muito importante para as organizações clandestinas. Outra consideração, que complementa a primeira, é a respeito da permanência de relações entre militantes da AP e membros da Igreja Católica. Embora tenha sido criada já como organização não-confessional, e tenha se afastado progressivamente de suas origens na ICAR – à medida em que aderiu ao marxismo –, a Ação Popular certamente manteve muitos de seus contatos dentro da instituição. Mesmo que fossem contatos pessoais, de militantes com padres, irmãs ou fiéis, eles ajudavam quando se precisava de abrigo em alguma região ou apoio em algum deslocamento. Durante algum tempo, quando a JUC ainda estava articulada e a JOC tinha certa força, este papel de apoiadores da AP era majoritariamente cumprido por membros destas organizações. A partir do AI-5, sem dúvidas, os contatos foram diminuídos, mas a dimensão das redes de simpatizantes da Ação Popular leva a crer que eles não foram extintos.

Em Horizontina, Antônio Carlos e Lídia novamente foram recebidos por uma família de simpatizantes da AP. Além de trabalhar na lavoura de Soja, entretanto, o casal começou ali a tentar estabelecer articulações para a criação de células da

³⁶⁹ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 119.

Ação Popular. Contatos foram estabelecidos, segundo Antônio Carlos, com lideranças rurais locais e do município de Santa Rosa. Não foram suficientes, entretanto, para a criação de células. O entrevistado atribui as dificuldades ao aumento da repressão, que obrigava a organização a priorizar a segurança de seus militantes e aos efeitos do crescimento econômico que já começavam a ser percebidos³⁷⁰. Por isso, em agosto de 1969, encerrou-se a única experiência de que temos notícia de integração na produção no campo promovida pela Ação Popular no Rio Grande do Sul.

Antônio Carlos e Lídia foram para a região de Porto Alegre trabalhar como operários e articular células no interior do estado. Por isso, Antônio recorda muitas viagens feitas a diferentes cidades, mas que igualmente não resultaram em articulações muito profícuas. Recorda de um militante de Santa Maria, apenas. Temos, entretanto, indícios de organização em outros locais. Já citamos, no capítulo anterior, os contatos de Dilza em Passo Fundo e Santa Maria. Contatos pouco anteriores, por volta de 1967/8, mas que provavelmente estavam em atividade ainda em 1969/70. Em pelotas, no ano de 1972, sabe-se que foram presas três pessoas vinculadas à Ação Popular: Amílcar Goyheneix Gigante³⁷¹, Alceu Salamoni³⁷² e Antônio Camelato Voltan³⁷³. Embora não cite nenhum destes, Dilza fala em uma célula da AP em Pelotas também no período em que estava na direção estadual da organização. Como já afirmamos anteriormente, não conseguimos documentação escrita ou oral a respeito das atividades destas células da AP no interior do estado neste período. O que temos – os relatos de Antônio Carlos³⁷⁴, Dilza de Santi³⁷⁵, José Loss³⁷⁶, Raul Carrion³⁷⁷ e Antônio Ramos Gomes³⁷⁸ – não nos autoriza a fazer mais do que inferências.

³⁷⁰ Antônio Carlos Rodrigues da Silva. E-mail, 12.02.2015 e 15.01.2016.

³⁷¹ FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 2720-1200/98-9, solicitação de indenização de Amílcar Goyheneix Gigante conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

³⁷² FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 3577-1200/98-9, solicitação de indenização de Alceu Salamoni conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

³⁷³ FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 4305-1200/98-1, solicitação de indenização de Antônio Camelato Voltan conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

³⁷⁴ Antônio Carlos Rodrigues da Silva. E-mail, 12.02.2015 e 15.01.2016.

³⁷⁵ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

³⁷⁶ José Loss. Porto Alegre, 18.09.2015.

³⁷⁷ Raul Carrion. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁷⁸ Antônio Ramos Gomes. Porto Alegre, 26.10.2013.

Em julho de 1969, pouco antes do deslocamento de Antônio Carlos e Lídia de Horizontina para a região metropolitana de Porto Alegre, outro casal de militantes de São Paulo fez a integração na produção no Rio Grande do Sul. Nilce Azevedo Cardoso e Antônio Ramos Gomes, que desde o final de 1968 já estavam trabalhando como operários na região do ABC paulista, foram para Porto Alegre dar continuidade ao processo. Nesta ocasião, a integração teve ainda um novo aspecto. Antônio Ramos Gomes recorda que após o DOPS/SP descobrir muitos militantes integrados no ABC, a direção nacional da organização os procurou dizendo:

‘Olha, vocês não podem ficar mais no ABC e nós estamos precisando de reforço pra direção estadual da AP em alguns estados. E os dois estados mais críticos são Minas e Rio Grande do Sul. Então tu escolhe se vai pra Belo Horizonte ou vai pra Porto Alegre’. E aí nós decidimos vir para Porto Alegre³⁷⁹.

Como já indicamos anteriormente, e como fica claro com o relato acima, a vinda de Nilce e Antônio para o Rio Grande do Sul teve também o objetivo de fortalecer a direção estadual da organização. Percebemos, portanto, que os três objetivos atribuídos à política de integração na produção, citados anteriormente, poderiam ser adaptados às necessidades conjunturais da organização. Assim, a questão da segurança dos militantes ganhou força ao longo do tempo, na mesma proporção em que se tornava mais difícil alcançar o objetivo de estabelecer células nos setores operário e camponês, mas se procurou garantir a manutenção de estruturas estaduais da organização, que possibilitavam os contatos necessários para continuar tentando estabelecê-las.

Nilce Cardoso também relata que quando chegou ao Rio Grande do Sul, junto de Antônio, “estava cada um pra um canto. (...) todo mundo tava desligado, não tinha ninguém e nós viemos pra remontar”³⁸⁰. Nilce foi designada para dirigir o setor operário da Ação Popular do Rio Grande do Sul, enquanto Antônio Ramos Gomes ficou responsável pelo chamado setor da pequena burguesia ou da intelectualidade e o militante Paulo de Tarso Loguércio Vieira, primo de Antônio Mara e José Vieira Loguércio, ficou como dirigente do movimento estudantil³⁸¹. Neste momento, as atividades de cada um dos três setores eram completamente compartimentadas, de modo que nem mesmo os três dirigentes supracitados sabiam

³⁷⁹ Antônio Ramos Gomes. Porto Alegre, 26.10.2013.

³⁸⁰ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁸¹ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

– ou, ao menos, deveriam não saber – o que se passava nos setores que não eram de sua responsabilidade. Sérgio Luiz Bittencourt, que ingressou na AP em 1970, comenta a este respeito:

Era bem compartimentado até por questão de segurança. Se houvesse alguma ação de massas – que seria impossível naquele momento devido ao tamanho grau de repressão –, como uma passeata, por exemplo, evidentemente eu iria. Aí teria condições e necessidade de aproximação do pessoal operário conosco e de nós estudantes com eles. (...) Naquele momento, devido ao grau de repressão que estava dado, para a segurança deles, para a nossa e para a de todo mundo, a gente não se conhecia. Os dirigentes, sim, se conheciam. A Nilce, por exemplo, caiu com todos esses contatos na mão e não deu nenhum. Esse pessoal [que estava entre os operários] – depois de preso a gente ficou sabendo – tinha um trabalho muito grande em Esteio e Sapucaia do Sul, naquela zona fabril. Ninguém ali foi preso³⁸²!

O contexto desta que podemos considerar, com Cristiane Dias, uma “última fase” da existência organizada da Ação Popular no Rio Grande do Sul³⁸³ era, portanto, completamente distinto daquele que possibilitou sua emergência, cerca de seis anos antes. As ações de massa, ponto forte da organização no começo da década de 1960, eram agora consideradas “impossíveis”. Analisando por esta perspectiva temporal alargada, fica ainda mais claro o processo dialético de transformação através do confronto com o Estado pelo qual passou a Ação Popular do Rio Grande do Sul.

Apesar da conjuntura de forte repressão política, a Ação Popular continuava tentando organizar o movimento estudantil. Como citamos acima, em 1969 o militante Paulo de Tarso Vieira Loguércio era o dirigente estadual no setor. No ano de 1970 o militante secundarista Sérgio Luiz Bittencourt é “recrutado” por Paulo para a AP, e passa a atuar por dentro da organização na rearticulação da União Brasileira de Estudantes Secundaristas³⁸⁴. No movimento universitário, o militante da AP Luiz Carlos Santana era membro da diretoria do DCE da UFRGS em 1970, quando foi expulso da Universidade por força do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de

³⁸² BITTENCOURT, Sérgio. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 245.

³⁸³ DIAS, Cristiane. **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 10.

³⁸⁴ BITTENCOURT, Sérgio. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 243-244.

1969³⁸⁵. Já antes de aderir à AP, Santana participava das mobilizações – em 1969 – pela ampliação de vagas na UFRGS, ao lado de José Vieira Loguércio³⁸⁶.

A atuação política da organização junto da classe trabalhadora foi, neste processo intensificação da repressão e fechamento das vias públicas de mobilização política, também se transformando. As formações de chapas sindicais, comuns ainda no período em que Raul Carrion militava com metalúrgicos em calçadistas no Rio Grande do Sul, se tornavam cada vez mais difíceis. Em seu lugar, buscava-se desenvolver uma “política do dia-a-dia”, fundamentada na aproximação e identificação com a classe trabalhadora e praticada, sobretudo, no interior das fábricas e nos bairros operários. Justamente por essa característica, podemos dizer, “subterrânea” do trabalho político, Nilce relata que não saberia dizer quantos operários havia vinculados à Ação Popular no período em que militava no Rio Grande do Sul. Segundo ela, eram feitas “muitas reuniões picadas... Muitas”³⁸⁷! Se por um lado isso impossibilitava ter uma dimensão total do trabalho desenvolvido, por outro, logicamente, dificultava a ação repressiva do Estado.

Nilce afirma também que a integração na produção, embora tivesse sido pensada inicialmente como uma ação metodologicamente estruturada, não era muito orientada por um método previamente estabelecido. Diz ela:

Era tudo numa intuição muito grande eu acho, sabe? Porque apareceu a necessidade de fazer isso. (...) Porque eu fazia os passos, criava o vínculo, não sei o que (...). Mas não tinha um documento assim: faz isso, faz aquilo. Aliás, a Ação Popular pecou por isso, tinha muito pouco documento, muito pouco documento, ficava tudo discutindo no ‘blá blá’, nas reuniões e, que as reuniões tinham que ser rápidas (...) ³⁸⁸.

Percebemos na fala de Nilce uma característica da Ação Popular que se manteve através do tempo. Já discutimos, no capítulo anterior, a colocação de Luiz Antônio Timm Grassi sobre a pouca produção de documentos da AP. Naquele ponto, inclusive, apresentamos esta como uma das justificativas para a utilização majoritária de fontes orais na pesquisa sobre a organização no Rio Grande do Sul. Aqui, o motivo para a escassez documental é diverso do apresentado por Grassi.

³⁸⁵ SANTANA, Luiz Carlos. **Entrevista com Luiz Carlos Santana**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 205.

³⁸⁶ *Ibid*, p. 201.

³⁸⁷ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁸⁸ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

Entretanto, a permanência deste traço em diferentes contextos reforça a necessidade do emprego das fontes orais neste trabalho.

No trecho citado acima, ainda que negue a existência de um método previamente estruturado, Nilce fala de certos “passos” que seguia para o desenvolvimento das atividades na integração na produção. O primeiro deles, como ela indica, seria a criação de um vínculo. Posteriormente, a entrevistada voltou com mais profundidade ao tema tratado, em um trecho que é de grande valor para compreendermos como se procurava, na prática, alcançar os objetivos propostos para a integração na produção.

Em primeiro lugar, porque tem os momentos né. Então em primeiro lugar você vai ter que ganhar a confiança e criar um vínculo. Nessa criação de vínculo é esse momento onde você vai olhar as pessoas, vai verificar, né, com aquela ditadura enorme quem que é confiável, né. Porque tinha gente que falava daí a pouco o chefe já estava sabendo, né, porque tinha falado e tal. Então botava o panfleto, os panfletos que eu levava, botava escondido, não botava na frente de todo mundo. (...) Então, e aí tinha essa possibilidade no começo de você fazer esse levantamento mais devagar, e tal. Depois, destes aí a gente escolhia pra convidar, aí a gente convidava pra participar de reuniões. Então, objetivamente, em termos de rumo, a ideia seria que a gente fizesse uma célula de operários, né. Agora, nesse meio tempo eu acho que um dos objetivos também, era que nós estudantes, né, passássemos por um processo de amar aqueles operários, porque ainda eram entes, né, entes que iriam fazer a Revolução. (...) saídos dos livros. Então o que que a gente via? Que a gente ia encontrar pessoas com seus sentimentos, com seus pensamentos, né, com as suas vidas³⁸⁹.

Em primeiro lugar, o relato acima demonstra que, ainda que não houvesse um método claro previamente estabelecido, havia uma sistematização da prática na integração na produção, levada a cabo muitas vezes pelos próprios militantes. Obviamente, pelas condições da clandestinidade, cada militante integrado à produção fazia uma sistematização diferente, ainda que guardassem traços comuns. O trecho citado traz ainda, com muita força, a ideia da importância da identificação no processo de integração. Ao falar em passar a “amar aqueles operários”, Nilce claramente tem ciência de que se trata de um processo muito avançado de identificação. Aqui, aparecem as fortes influências do maoísmo na Ação Popular deste período, especialmente do aspecto revolucionário defendido pelo líder vietnamita Ho-Chi-Minh, sintetizado na chamada “política dos três juntos”, que seriam “comer junto, viver junto e trabalhar junto”³⁹⁰. No entanto, para além da

³⁸⁹ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁹⁰ RIDENTI, **Ação Popular...** Op Cit., p. 242.

influência internacional – indubitavelmente forte –, podemos afirmar que o processo de identificação dos militantes oriundos da Universidade com a classe trabalhadora – naquele período, majoritariamente mantida fora dos muros da academia – foi uma característica fundamental da Ação Popular, tendo origem na efervescência social do início da década de 1960 e transformando-se com a organização ao longo do tempo. A própria Nilce complementa: “(...) nós tínhamos uma inserção porque nós estávamos escutando eles e dando... e dando pernas, né. Eu acho que é isso que vai fazer a diferença”³⁹¹.

Ainda falando sobre o trabalho político nas fábricas no contexto da integração na produção, Nilce lembra algumas práticas que eram comumente adotadas pelos militantes e, por isso, acabavam por compor as estratégias da organização – ao menos em âmbito local. Uma destas práticas era a realização de reuniões sempre na casa dos operários, em detrimento do uso de “aparelhos”³⁹². Nilce afirma que considerava esta prática arriscada demais e, por isso, a criticava frequentemente quando estava em São Paulo. Ao se deslocar para o Rio Grande do Sul e assumir a direção local do setor operário da organização, no entanto, a militante diz que reproduziu a prática, compreendendo melhor seu sentido de existir. Conforme ela, era necessário que a reunião fizesse parte da vida dos trabalhadores e, por isso, não tinha sentido que ela fosse realizada em outro lugar que não em suas próprias casas, nos bairros operários. Era, portanto, um risco que precisava ser corrido³⁹³.

Nilce relata também que o trabalho no setor operário era desenvolvido em parceria com o PCB e o PCdoB. Como já citamos, Raul Carrion também relatou a existência destas parcerias no período em que estava na Ação Popular do Rio Grande do Sul. Percebemos, então, que a formação de frentes de esquerda foi uma característica do trabalho da Ação Popular do estado no movimento operário. Foi, portanto, uma destas atividades que eram desenvolvidas, avaliadas e tinham continuidade, acabando por formar um método de ação que existia na prática, ainda que não fosse – ou fosse muito pouco – sistematizado em documentos. Interessante notar que Nilce lembra de ter tido contato com o militante do PCdoB José Freitas, o

³⁹¹ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁹² Denominação utilizada pelos grupos de esquerda do período para designar imóvel utilizado como esconderijo ou moradia de clandestinos.

³⁹³ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

mesmo – ainda que, na entrevista, ela aparente não saber disso – havia sido da JOC e da Ação Popular. Ela recorda que

Pegava ele na fábrica, e ele também eu sabia onde morava, onde trabalhava, tudo né. (...) então eu, por exemplo, eu discutia com o Freitas: vamos então, vamos fazer uma manifestação nesta zona de fábricas. Então no dia seguinte ele pegava o povo dele, eu pegava o meu povo, o outro, quem podia e ia todo mundo distribuir [panfletos], porque tudo tinha que ser muito rápido. Antes de chegar a polícia³⁹⁴.

Assim, percebemos que as frentes de esquerda funcionavam bem para atividades que demandavam visibilidade e agilidade, pois possibilitavam a participação de um número maior de militantes neste tipo de ação. Este trabalho, no período de atuação de Nilce, era desenvolvido em regiões como Alvorada, Sarandi, Esteio, Sapucaia e Canoas. Basicamente, regiões com indústrias do setor de metalurgia. As células em zonas de produção calçadista – especialmente em Novo Hamburgo, que até o início de 1969 ainda contava com atuação do grupo de Raul Carrion – já haviam migrado para o PCdoB, ou acabaram perdendo o contato com a direção estadual da organização quando Raul saiu da AP e aderiu, junto de outras lideranças, ao PCdoB. Visto que Nilce não tinha atuação naquela área, presume-se que o contato não fora reestabelecido com sucesso. Além disso, a própria Nilce salienta que as atividades da AP se concentravam no “pessoal metalúrgico”³⁹⁵.

Outra prática adotada pela Ação Popular para sua divulgação e aproximação com os operários era a venda de jornais contendo informações sobre a organização e debates sobre a conjuntura nacional e internacional, as condições de vida e as lutas dos trabalhadores. Nacionalmente, é sabido que a Ação Popular editou os jornais “Revolução”³⁹⁶ e “Libertação”³⁹⁷. Em nível regional, no entanto, é possível que outras publicações fossem também comercializadas. Conforme Nilce:

Vender jornal, por exemplo, era uma das coisas que a gente fazia, né, vendia um jornalzinho e pegava o dinheiro e ‘tatata’, já amarrava a pessoa pra ir discutir o jornal, não sei o que. (...) Naquela época esse era o trabalho político, né, verificar o que a pessoa pensou, como é que ela poderia fazer, ou fazer diferente³⁹⁸.

³⁹⁴ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁹⁵ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

³⁹⁶ FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 40.

³⁹⁷ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 05.09.2013.

³⁹⁸ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

Novamente, neste relato, aparece com força a ideia de aproximação e identificação com a classe trabalhadora, quando a militante afirma que a forma como os operários refletiam sobre a realidade era levada valorizada na estratégia da organização. Nilce complementa esta interpretação acerca da integração na produção, afirmando que naquela política existia “a orientação de aprender como eles [operários] pensavam, inclusive para poder propor exatamente dentro do que eles pensavam, de como era possível fazer”. Chegamos, assim, ao que Nilce considera o ponto chave de sua experiência na integração na produção: o aprendizado com os/as operários/as. Fosse sobre questões práticas do dia-a-dia na fábrica, como ter horário para ir ao banheiro, locais para colocar seus pertences ou como burlar regras rígidas de comportamento e organização ou sobre questões mais complexas como a morte, a vida, os valores, Nilce afirma que aquela foi a época em que mais aprendeu na vida³⁹⁹. Os mais importantes para ela foram os aprendizados a respeito de como a classe trabalhadora vivia e sentia as questões de seu dia-a-dia. A reflexão da militante sobre um aspecto do cotidiano no ABC paulista que a deixou perplexa, embora extensa, é relevante para compreender melhor o que ela chama de o “sentir diferente” da classe trabalhadora:

Cada dia que eu chegava no final da tarde tinha morrido um bebê. Cada dia. Mas gente, como é que morre tanto bebê? Nunca tinha ouvido falar que morresse bebê! Né? E aí, claro, aquelas condições que elas tinham... né. Tinha uns que puxavam até. Então pra nascer, era viver um mês e morrer de inanição, de infecção, não sei o quê. Mas no dia seguinte estavam elas lá, trabalhando. Eu achava aquilo... ‘do ó! Mas era tão cotidiano, sabe, a vida e a morte faziam parte de si mesmas, né. A morte totalmente inserida nesse contexto. Pra mim foi uma das coisas mais duras no começo, foi perceber isso. A presença da morte, né (...). Porque sentir diferente parece que não tem sentido. Mas a gente sente diferente, né. Imagina se não vai sentir, uma pessoa que morre na rua, né, cada dia morre um bebê numa casa, se não vai sentir diferente de alguém que nunca viu. Claro que era outro sentimento. Até pra fazer o luto, né. E todas as coisas. Coisas básicas. (...) Quer dizer, o fato de você viver em uma certa realidade, você vai sentir diferente. (...) Sentir as coisas diferentes, né. O que que você vai dar valor, que que você olha, né, e tal. É bem diferente⁴⁰⁰.

Na sua experiência na integração na produção, como demonstra o relato acima, Nilce se dá conta de que as condições de vida da classe trabalhadora determinavam – não no sentido “determinista”, mas como uma limitação das possibilidades – as formas como seus membros percebiam e sentiam o mundo.

³⁹⁹ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

⁴⁰⁰ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

Trata-se da constatação da existência de uma cultura operária, e do reconhecimento de que conhece-la e identificar-se com ela era um passo fundamental a ser dado caso se pretendesse travar, junto com os trabalhadores, uma luta contra a ditadura e o capitalismo, na direção da construção de uma sociedade socialista. Em outras palavras, era a identificação proposta na ideia de “comer junto, viver junto e trabalhar junto”. Não se pode dizer que este “aprendizado” relatado por Nilce tenha sido comum aos militantes que participaram da integração na produção. Tampouco podemos inferir os efeitos que ele teria na organização caso esta não tivesse sofrido as grandes perdas de militantes que sofreu no início da década de 1970 – pela repressão que desarticulou o trabalho em regiões como o Rio Grande do Sul e assassinou militantes como Honestino Guimarães⁴⁰¹, pelo ingresso de grande parte dos seus quadros nas fileiras do PCdoB por volta de 1973, entre outros fatores. Ainda assim, entretanto, podemos dizer que este aprendizado teve grande valor para as experiências de trabalho político com a classe trabalhadora, pois complexificou e tornou mais próxima da realidade a ideia que se tinha de uma “identificação” com o mundo dos/as trabalhadores/as.

A experiência dos militantes da Ação Popular com a integração na produção, no entanto, não era um processo simplesmente de identificação. O estranhamento também fazia parte da aproximação, como fica implícito no relato de Nilce a respeito do estado de choque pelo qual ela passou ao saber das mortes dos bebês no ABC paulista. Outro trecho da entrevista com ela deixa ainda mais claro o caráter dúbio desta aproximação, composto simultaneamente de identificação e estranhamento:

Nós estávamos fazendo reunião, e as mulheres em geral não participavam, ficavam cuidando dos filhos – eu achava o fim da picada! –, ficavam cuidando dos filhos, e os homens ali e eu! Era um horror! Aí tá, de repente vem a dona da casa, e eu do lado do dono da casa, e diz do lado: ‘Você vai me usar’? Aí ele diz: ‘Olha, acho que não vai dar tempo, vai até mais tarde aqui’. Mas assim, né, mas eu escutando. Eu escutava tudo, né, meus ouvidos tavam... aí: ‘Ah, então eu vou lavar só o pé!’ (Risos). Eu achei aquilo fantástico, tão fantástico que sabe... de repente uma coisa assim, de uma intimidade sendo tratada ali, e que era interessante, né. E que jamais nas nossas relações isso iria aparecer. Pelo menos nas minhas, nunca tinha aparecido, né. E aí... bah! Então são... é como o dia-a-dia faz diferença, né⁴⁰².

⁴⁰¹ BRASIL – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – Vol. III – mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014, p. 129.

⁴⁰² Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

A forma com que o casal de operários lidava com sua intimidade conjugal causou estranheza à Nilce, pois era bastante diferente da sua forma de fazer isso. Este relato, apesar de seu caráter engraçado, demonstra a estranheza que a diferença cultural causava nos envolvidos nas experiências de integração na produção. Outros pontos já abordados das entrevistas, como a afirmação de Sebastião Velho sobre a diferença percebida na fala de Raul Carrion, também demonstram esta estranheza que se dava, por sinal, nos dois pontos desta relação – nos operários e nos militantes integrados. A crítica também era desenvolvida neste processo, como no exemplo de Nilce a respeito da não participação feminina nas reuniões políticas – embora esta prática fosse aceita, em um contexto no qual o machismo era um traço cultural ainda mais forte e naturalizado que na contemporaneidade. A aproximação e a identificação pretendidas, portanto, eram permeadas por estranhezas e críticas, em um processo de choque de culturas de classes diferentes – embora muitos militantes da Ação Popular, como veremos, fossem oriundos da classe trabalhadora.

As contradições da experiência da AP com a integração na produção – que de maneira geral podem ser explicadas pelo binômio identificação/estranheza, mas que também comportam questões referentes a uma autocrítica de orientações políticas, sobretudo do maoísmo – se refletem, nas entrevistas e outras declarações e análises a respeito daquela política, em muitas divergências de opiniões e avaliações. Uma das críticas mais duras à política de integração na produção da Ação Popular foi feita por um dirigente histórico da organização, Herbert José de Souza – o Betinho, e foi publicada em um depoimento do militante conferido no ano de 1978 e retomada em publicações da década de 1990⁴⁰³. Tem, por isso, um forte caráter de autocrítica, muito comum entre os militantes de organizações clandestinas de esquerda das décadas de 1960 e 1970 – sobretudo aqueles que participaram de ações armadas, o que não é o caso⁴⁰⁴. Para Betinho, a integração significava “purgar todas as vestes de pequeno-burguês”, tendo sido motivada pelo “sentimento de culpa da pequena burguesia, o sentido de missão, o envolvimento

⁴⁰³ SOUZA, Herbert. **Depoimento**. *Apud*: RIDENTI, **Ação Popular...** Op. Cit., p. 244.

⁴⁰⁴ A este respeito, ver: GASPAROTTO, Alessandra. **“O Terror renegado”**. Uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

cultural, ideológico, e um secreto desejo⁴⁰⁵ de identificação total com operários e camponeses. Em outras palavras, a integração na produção teria sido, nesta interpretação, o resultado de uma mistura entre a origem pequeno-burguesa e católica dos militantes, a influência maoísta e uma tendência natural da juventude para a ação, a aventura. Jacob Gorender também entende que houve uma “simbiose” entre um impulso de igualitarismo vindo da Revolução Cultural chinesa e uma herança católica, sobretudo expressa na memória da “experiência cristã dos padres-operários no pós-guerra [...] na França⁴⁰⁶. Em entrevista, o militante Antônio Carlos Rodrigues da Silva reforça a relação entre a integração na produção e a experiência católica: “A gente se parecia mais com o que se chamava de ‘padres operários’: éramos operários, mas sem deixar de ser classe média com seus valores e suas crenças. Muito mais ‘salvadores’ do que parceiros⁴⁰⁷”.

Os elementos citados acima, sem dúvidas, contribuíram para a formulação da política de integração na produção. Ridenti cita, inclusive, documentos da Ação Popular nos quais aparecem referências à experiência dos padres operários e à noção de integração como um “testemunho vivo⁴⁰⁸. Entretanto, a avaliação daquela política com base nos aspectos aqui levantados enfrenta também críticas e ponderações. Em primeiro lugar, cabe lembrar que nem todos os militantes da AP eram oriundos da pequena burguesia. No Rio Grande do Sul, Dilza recorda que confluíram para a organização tanto jovens pertencentes às “famílias famosas” do estado – como Raul Carrion e José Luiz Fiori – como “militantes da Ação Católica que eram pessoas bem pobres. Pobres mesmo, tanto da JOC quanto da JEC⁴⁰⁹. Obviamente, tendo sido a Ação Popular mais forte no meio universitário – ao qual tinham acesso, de forma majoritária, pessoas com poder aquisitivo mais elevado –, a maior parte de seus militantes era o que se entendia como pequeno-burguesa. Entretanto, Antônia Mara Vieira Loguércio, apesar de ter sido estudante universitária na década de 1960, tem – como ela mesma afirma – “origem operária⁴¹⁰, pois seu pai era trabalhador ferroviário. É dela que parte, inclusive, outro argumento que questiona a interpretação da integração como purificação e atitude salvacionista.

⁴⁰⁵ SOUZA, Herbert. **Depoimento**. *Apud*: RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, p. 244.

⁴⁰⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas...** *Op. Cit.*, p. 128.

⁴⁰⁷ Antônio Carlos Rodrigues da Silva. E-mail, 12.02.2015.

⁴⁰⁸ RIDENTI, **Ação Popular...** *Op. Cit.*, pp. 242-243.

⁴⁰⁹ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

⁴¹⁰ LOGUÉRCIO, Antônia. **Entrevista com Antônia Mara Vieira Loguércio**. *In*: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 283.

Antônia admite que alguns militantes sustentavam a ideia de uma “correção ideológica”, mas adverte:

Isso era praticamente um trabalho forçado, se a integração fosse levada dessa forma e nesse sentido de ‘correção ideológica’. Para mim estava muito claro que essa questão viria pela própria necessidade de ser igual. [...] tiveram muitas pessoas que pegaram esse aspecto que, tanto lá (na China durante a Revolução Cultural iniciada em 1966) como aqui, era secundário, era decorrente, e acabaram tomando como principal: ‘Não, eu preciso me punir porque eu sou um filho da puta pequeno burguês!’ Entende? Eu nunca tive essa sensação⁴¹¹!

A noção de proletarização – ou identificação – aparece, no relato de Antônia Mara, como secundária. O objetivo principal da integração seria, então, a criação de células operárias da organização. Tendo em vista que tanto os relatos de Antônia Mara como os de Antônio Carlos e Betinho consistem em interpretações pessoais de suas próprias experiências, não se pode afirmar que estão corretos ou equivocados. Ao invés disso, podemos dizer que ambas as versões são verdadeiras, à medida em que expressam os motivos que levaram seus emitentes a participar da integração na produção. Assim, alguns integraram-se – como adverte Antônia Mara – com o objetivo principal de “proletarizar-se” e outros com o intuito de articular bases da Ação Popular.

A respeito do paralelo traçado, entre outros, por Antônio Carlos entre a integração na produção e a experiência dos padres operários a pesquisadora Cristiane Santana adverte que os objetivos de uma e de outra eram completamente distintos. Além disso, ainda que a origem cristã tenha pesado na tendência da organização ao igualitarismo, a escolha do maoísmo como orientação política foi fruto de um processo de estudos e debates, não podendo ser considerada apenas como uma “simbiose” – evitando, assim, a naturalização do processo histórico⁴¹².

Iniciada em 1966 e generalizada a partir de 1969, a experiência da Ação Popular com a integração na produção começou a dar sinais de desgaste em 1970. No ano seguinte ela já havia sido quase completamente abandonada pela organização. No Rio Grande do Sul passou-se pouco tempo entre a saída dos militantes das fábricas e a grande queda que marcou a desarticulação final da Ação Popular no estado, em Abril de 1972.

⁴¹¹ *Ibid*, p. 283-284.

⁴¹² SANTANA, Cristiane. **O processo de “integração na produção” da Ação Popular**. Projeto História, São Paulo, n. 39, pp. 321-329, jul./dez. 2009.

3.5 *Cerco fechado: A repressão e a desarticulação final da Ação Popular do Rio Grande do Sul*

Em janeiro de 1970 Lídia e Antônio Carlos, que haviam se integrado na produção em Horizontina, após uma preparação no Taim, e depois na região metropolitana de Porto Alegre retornam para São Paulo. Antônio Carlos recorda que trabalhou em uma metalúrgica da empresa Zivi e depois em uma fábrica de pregos da Gerdau. Lídia já havia se desligado da Ação Popular pouco tempo depois de começar a trabalhar na Zivi, mas, conforme Antônio Carlos, permaneceu trabalhando por questões de segurança. Ao retornarem para São Paulo, Antônio Carlos também acabou rompendo com a organização⁴¹³.

Entre o fim de 1970 e o início de 1971, Antônio Ramos Gomes e Nilce Azevedo Cardoso também encerram o processo de integração na produção. A organização, naquele período, já estava encerrando diversas frentes da integração, especialmente porque a política vinha se revelando muito custosa. Muitos militantes ficavam períodos sem emprego, o que obrigava a organização a direcionar recursos de doações para o seu sustento mínimo. Além disso, como lembra Antônia Mara em trecho já citado, alguns militantes tinham bons salários e, antes de se integrar ou passar a fazer parte da direção nacional, contribuía com importantes quantias mensais – como, no caso citado por Antônia, Haroldo Lima⁴¹⁴. Antônio Ramos Gomes atribui também outro motivo para o término da experiência dele e de Nilce na integração. Diz ele: “Final de setenta, início de setenta e um a AP nos avisou: ‘Olha, o DOPS perdeu o contato com vocês, podem voltar a assumir, né, o nome quente, a vida normal’⁴¹⁵. Como veremos, a ideia de um “afrouxamento” da repressão se revelaria mais ilusória do que real, pois no ano de 1972 a Ação Popular do Rio Grande do Sul sofreria a mais dura investida repressiva de sua história. É possível que, na época, os militantes tenham tido a impressão do afrouxamento porque o aparato repressivo estava, de fato, mais preocupado em deter as ações armadas

⁴¹³ Antônio Carlos Rodrigues da Silva. E-mail, 12.02.2015.

⁴¹⁴ LOGUÉRCIO, Antônia Mara. **Entrevista com Antônia Mara Vieira Loguércio**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 288.

⁴¹⁵ Antônio Ramos Gomes. Porto Alegre, 26.10.2013.

que ocorriam nas cidades. De qualquer forma, Nilce e Antônio voltaram à vida legal, ele trabalhando com computação e ela como professora⁴¹⁶.

O ano de 1971 marcaria também, como abordamos no primeiro capítulo, a mudança no nome da organização, que incorporava os adjetivos “marxista-leninista do Brasil”. A organização, através do “Programa Básico” de 1971, apresentava-se como “nova Ação Popular”, oficializando a orientação política baseada no maoísmo. A partir dali, a AP (ou APMLdoB) passava a discutir com mais seriedade a questão do partido da classe trabalhadora. Em pouco tempo, havia novamente dois grupos formados no interior da organização, um defendendo a necessidade de construir um novo partido e outro reconhecendo no PCdoB, também de orientação maoísta, o “verdadeiro” partido revolucionário – e propondo, por isso, a incorporação da APML a ele. Como discutimos no primeiro capítulo, a incorporação acabou por se dar em meados de 1973, mas o grupo contrário a ela continuou, depois disso, tentando organizar a APML. No Rio Grande do Sul, entretanto, estas discussões parecem não ter tido grandes repercussões. É certo que, na falta de documentos regionais da organização datados daquele período, nos é dificultado o conhecimento de possíveis debates. Entretanto, nas entrevistas com os militantes da época – em especial Antônio Ramos e Nilce, que atuavam como dirigentes regionais no período em questão – não são citadas grandes discussões a este respeito. Sérgio Luiz Bittencourt, em entrevista a Thiago Vieira Pires, dá pistas a respeito dos posicionamentos adotados pelos militantes do Rio Grande do Sul:

Um grupo da AP prega que já existem as condições para fazer a revolução e já existe um Partido Revolucionário para fazer, que era o PCdoB. Eles não falavam muito abertamente, eles falavam entre eles, na cúpula do Comitê Central. (...) Aqui o pessoal fechava com outra coisa que para nós soava como uma posição extremamente heterodoxa, lutar por liberdades democráticas. Isso significava se aproximar do MDB. (...) Era defendido isso dentro do Comitê Central pelo Paulo Wright e pelo Jair Ferreira de Sá⁴¹⁷.

Embora não haja muitos indícios de que Jair e Paulo, que compunham a linha dois, contrários à incorporação ao PCdoB, defendessem uma aproximação com o Movimento Democrático Brasileiro – após 1973, eles continuaram tentando articular a APML como organização independente – a declaração de Sérgio dá

⁴¹⁶ Antônio Ramos Gomes. Porto Alegre, 26.10.2013.

⁴¹⁷ BITTENCOURT, Sérgio. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, pp. 245-246.

pistas importantes sobre a orientação política que predominava na AP do RS. De fato, muitos militantes deste estado se aproximaram daquele partido após a desestruturação da AP em 1972. Antônio Ramos Gomes lembra, em entrevista, a criação do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do MDB, ao qual aderiu após sair da prisão. Segundo ele, o IEPES serviu de instrumento para um grande número de ex-presos políticos que pretendiam seguir discutindo, mas encontravam suas organizações desmanteladas pela repressão⁴¹⁸.

O ano de 1972, como já antecipamos, marcou a desarticulação final da Ação Popular do Rio Grande do Sul. Naquele ano, o Departamento Central de Informações da Secretaria da Segurança Pública do estado produziu um documento confidencial que lista setenta e sete pessoas envolvidas, de alguma forma, com o que ele chama de “Atividades subversivas da APML do B no Rio Grande do Sul”⁴¹⁹. Dos listados, 27 são apontados como militantes da região metropolitana de Porto Alegre – sendo 2 dirigentes regionais em algum momento, 7 da célula de Pelotas – dentre eles, 1 dirigente regional, 20 como militantes e/ou dirigentes nacionais que tiveram alguma passagem ou contato no Rio Grande do Sul – dentre os quais, 7 aparecem como tendo passado pela fronteira com o Uruguai. 8 listados aparecem como simpatizantes da organização, 6 como militantes deslocados para o RS no contexto da integração na produção, 2 militantes alocados na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera, com o objetivo de articular a passagem de pessoas para o Uruguai e outros 7 pessoas sobre as quais não há informações de local de atuação – dentre estes, 3 são militantes, 4 não é possível identificar o tipo de vínculo com a organização e 3 aparecem como tendo atravessado a fronteira com o Uruguai.

Uma das pessoas apontadas no relatório como tendo participado da integração na produção no RS, Catarina Meloni, tratava-se, na realidade, de uma dirigente nacional da organização que esteve no estado. Um dos militantes da célula de Pelotas – Egon Krakhecke – é apontado por Antônio Ramos Gomes como sendo um simpatizante da organização. Além disso, Cristiane Dias afirma que os militantes Nilce e Antônio Ramos desconhecem Yurico Tatamyá, apontada como outra participante da integração na produção no estado⁴²⁰. O equívoco mais latente do

⁴¹⁸ Antônio Ramos Gomes. Porto Alegre, 26.10.2013.

⁴¹⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. Departamento Central de Informações. **Relatório de Atividades Subversivas da APML do B**. 1972. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴²⁰ DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 158.

documento, entretanto, é referente à já citada militante Lídia da Silva. O nome dela não aparece no relatório, mas sim o de uma “Maria do Carmo de Rezende de Menezes” como sendo companheira de “Joaquim”, que era o codinome de Antônio Carlos. Além dos codinomes “Margarida” e “Ana”, o relatório apresenta um “nome fictício” de Maria do Carmo: Maria Nardelli Monteiro de Castro. Em entrevista, Antônio Carlos nos repassou a informação de que Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, antes de casar-se, tinha o nome de Lídia Maria Nardelli Monteiro de Castro⁴²¹.

Todos estes equívocos já são mais do que suficientes para colocar em xeque a noção de que um documento oficial carrega, automaticamente, um valor maior do que uma fonte oral, por exemplo. É certo que esta tese já se encontra, atualmente, bastante enfraquecida na historiografia. Consideramos, no entanto, que é pertinente alertar para as armadilhas deste tipo específico de documento oficial – as fontes policiais, sobretudo estas produzidas em um contexto de total desrespeito aos direitos humanos e no qual prevalece a lógica da “guerra de informações”. Assim, cabe salientar que muitas das informações apresentadas no Relatório de Atividades Subversivas da APML do B no Rio Grande do Sul foram produzidas sob coação, tortura ou delação, o que exige-nos uma leitura atenta e permanentemente desconfiada do documento.

No dia 11 de Abril de 1972 o DOPS/RS prendeu, em Porto Alegre, três militantes da Ação Popular: Nilce Azevedo Cardoso, Jacinta Freitas Duarte e Antônio Ramos Gomes. A partir de então, outros onze militantes seriam presos no estado até maio daquele ano. Diversos outros seriam chamados a prestar depoimentos, e muitos ainda precisariam fugir para salvar-se da prisão arbitrária, das torturas e da ameaça de morte. No dia 12 foram presos Paulo de Tarso Loguércio Vieira e Sérgio Luiz Bittencourt, e no dia 14 José Fidélis Sarno e Delsi Gonçalves de Paula – ele dirigente regional da organização no Paraná e responsável pela região sul, ela militante de Minas Gerais. Apenas com a prisão deste núcleo, é provável que a Ação Popular do Rio Grande do Sul sofresse um golpe tão duro que não conseguisse mais se rearticular. A ditadura, no entanto, continuou as prisões em Porto Alegre e, posteriormente, em Pelotas.

⁴²¹ Antônio Carlos Rodrigues da Silva. E-mail, 22.03.2015.

No DOPS, todo o período da prisão era baseado na tortura física e psicológica. Sérgio Bittencourt relata que foi conduzido ao prédio com a cabeça coberta por um capuz, permanecendo assim durante dois dias⁴²². Era o período conhecido como “amaciamento”, no qual o medo do que está por vir, o desconforto físico e algumas agressões são empregados com o objetivo de preparar o preso para o interrogatório, facilitando a entrega de informações. Nos interrogatórios, eram utilizados choques elétricos, pau-de-arara e outros instrumentos de tortura, além de muitos golpes⁴²³. Neste trabalho, optamos por não estender-nos no detalhamento das torturas sofridas e relatadas pelos militantes. Compreendemos a necessidade de conhecer o que lhes foi infligido e, acima de tudo, que se tratava de práticas sistemáticas. Entretanto, consideramos que a reprodução de tais relatos, para além do que já tratamos, foge ao objetivo deste trabalho. Limitamo-nos, por isso, a indicar os depoimentos de Sérgio Bittencourt a Thiago Vieira Pires⁴²⁴ e de Nilce Azevedo Cardoso a Solon Viola e o mesmo Thiago Pires⁴²⁵.

Existe, no entanto, outro aspecto da repressão sofrida pela Ação Popular do Rio Grande do Sul no ano de 1972 para o qual necessitamos chamar a atenção: a atuação do CENIMAR. Já citamos, no primeiro capítulo, que este órgão da Marinha do Brasil se especializou no combate à Ação Popular. Aqui, entretanto, aparece um agente em destaque. Especializado em informações sobre a organização, o “comandante Cláudio” fora deslocado para o Rio Grande do Sul para atuar nos interrogatórios dos presos de abril de 1972. Sérgio Bittencourt exemplifica a importância da atuação do “comandante Cláudio” na repressão à AP relatando o que se passou quando da prisão de Fidélis Sarno, que, segundo ele, não era conhecido pelos agentes do DOPS/RS. Conforme Sérgio:

Quando ele [Fidélis] chega ao DOPS eles não sabem quem ele é e nem o que vão perguntar para ele. Nem imaginam a importância que ele tem. Tanto é que começam a bater nele sem saber o que perguntar. O Pedro Seelig era um maluco e o Nilo Havelha um psicopata, quer dizer, batiam

⁴²² BITTENCOURT, Sérgio. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 251-252.

⁴²³ Sobre os métodos de tortura empregados pelo DOPS/RS, ver: BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050...** *Op. Cit.*, pp. 114-153.

⁴²⁴ BITTENCOURT, Sérgio. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, pp. 233-264.

⁴²⁵ CARDOSO, Nilce; VIOLA, Solon; PIRES, Thiago. **Nilce Azevedo Cardoso: Relembrar é preciso**. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório Azul 2011 – Complemento**. Porto Alegre: ALERGS, 2011, pp. 3-27.

muito, a esmo. Aí chega o comandante Cláudio e diz quem ele é. “Olha... esse é o ‘fulano de tal’, é dirigente regional da AP. É baiano, participou do movimento estudantil em 1968, foi liderança, etc.”. Aí ele orienta o DOPS sobre o que perguntar, porque até ali o pessoal do DOPS só nos batia e usava algumas informações que eles tinham. Mas ele [comandante Cláudio] orienta cientificamente a tortura do DOPS de como fazer os interrogatórios⁴²⁶.

A atuação de um agente especializado em informações sobre a Ação Popular, que orientava os demais torturadores sobre como agir, é uma das características que torna a tortura, como bem define Sérgio Bittencourt, um ato científico. O emprego de médicos e a constante atualização da tecnologia utilizada também reforçam este caráter científico da prática, tornando inquestionável a noção de que ela foi usada de forma sistemática. No caso da Ação Popular, a cientificidade era expressa não apenas pela especialização do “comandante Cláudio” do CENIMAR, mas especialmente por uma prática que ele adotou, relatada, entre outros, por Nilce Azevedo Cardoso:

Mas ele [comandante Cláudio] tinha uma fissura pela Ação Popular, e ia botando tudo num tal de livro. Mas era imenso o livro, tinha tudo! Tanta que a gente tinha que reconhecer. (...) não passava nada que ele não soubesse, porque onde tinha ele ia, sabe? (...) quando ele chegou aqui ele sabia tudo que o Pedro Seelig sabia e mais um pouco né, então o Pedro Seelig que era o... achava que sabia tudo de todos e tudo na cabeça dele e esse não, não era na cabeça, era no livro. ‘tatata’, já virava livro (...) Então era diferente né, e o Pedro Seelig, com toda sua vaidade o que que acontecia? Ele tinha na cabeça dele, então tinha que estar ele presente, né, nas torturas, tinha que estar ele. Centralizava tudo⁴²⁷.

O livro, ou álbum do CENIMAR sobre a Ação Popular é muito citado por militantes que estiveram presos em diferentes regiões do Brasil. Continha, segundo estes relatos, informações e fotografias sobre toda a estrutura organizativa da AP. Construído com base nas torturas, ele era utilizado durante elas para extrair mais informações, que acabavam o complementando. Consiste, portanto, ao mesmo tempo em uma poderosa arma da repressão contra a AP e um documento valioso de sua história, que bem como grande parte dos “arquivos repressivos”, permanece desaparecido.

O livro/álbum do CENIMAR sobre a Ação Popular é citado, novamente, por Dilza de Santi. Ele foi mostrado a ela para que reconhecesse os militantes do Rio

⁴²⁶ BITTENCOURT, Sérgio. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 254.

⁴²⁷ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

Grande do Sul e do ABC paulista quando ela estava presa na sede da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo, no ano de 1974. Dilza e seu marido já haviam deixado a Ação Popular e tinham um filho, de 15 dias de idade, quando foram presos “na noite do dia 25 para o dia 26”⁴²⁸ de dezembro. O filho do casal havia nascido com Icterícia, precisando recorrer à internação hospitalar para o tratamento. A pedidos da família, o pediatra liberou o bebê para passar o Natal em casa. Surpreendidos pela polícia durante a madrugada, Dilza, seu marido e seu filho – com quinze dias de idade! – foram levados à OBAN, onde permaneceram até o fim do dia. A criança, que permaneceu separada da mãe e do pai durante o período da prisão, teve sérias complicações de saúde por conta disso. A inescrupulosa violência da ação – que por pouco não acabou com a vida de um bebê – contra um casal de ex-militantes demonstra que o aparato repressivo já não media esforços para aniquilar de vez a Ação Popular, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo lugar onde ela estivesse organizada. A própria Dilza elabora uma explicação bastante plausível para este desespero repressivo: “Eles morriam de medo dessa nossa ação no movimento operário e camponês. (...) Nós tínhamos a maioria das UEE’s, (...) dominávamos a UNE (...). Então tu imagina essa garotada toda no movimento operário”⁴²⁹.

De fato, percebemos ao longo do trabalho que a repressão à Ação Popular se tornou muito mais rígida a partir da implementação da política de integração na produção, sobretudo após 1968. Entre 1972 e 1974, contudo, percebe-se uma radicalização desta repressão, marcada por ações como as prisões em massa no Rio Grande do Sul em abril e maio de 1972, o sequestro, desaparecimento e/ou assassinato de Paulo Stuart Wright⁴³⁰, Honestino Monteiro Guimarães⁴³¹ e José Carlos Novaes da Mata Machado⁴³² entre setembro e outubro de 1973 e a prisão de Dilza, seu marido e o bebê filho do casal em 1974. Em algumas regiões, como Bahia, São Paulo e Minas Gerais, os esforços pela continuidade da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil como organização independente do PCdoB após 1973 mostraram certo êxito, apesar das quedas de células e perda de militantes importantes neste processo, como os três citados acima. Marcelo Ridenti afirma que,

⁴²⁸ Dilza de Santi. Porto Alegre, 26.10.2013.

⁴²⁹ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

⁴³⁰ BRASIL – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – Vol. III – mortos e desaparecidos políticos.** *Op. Cit.*, p. 78.

⁴³¹ *Ibid*, p. 129.

⁴³² *Ibid*, p. 237.

por volta de 1976/77, a APMLdoB já estava reorganizada em locais como São Paulo, Bahia e Minas Gerais, participando do movimento estudantil e inserindo-se em outras mobilizações como as que reivindicavam uma “anistia ampla, geral e irrestrita”.

Para a Ação Popular do Rio Grande do Sul, entretanto, a queda de 1972 seria fatal. Luiz Carlos Santana, militante da organização que foi para o Uruguai naquele ano, retornando apenas em 1975, relata que após as prisões de 1972 “o grupo se tornou algo como ‘vamos cuidar dos feridos’. Juntar os cacos”⁴³³! Nilce Azevedo Cardoso afirma que, após sair da prisão, foi procurada para liderar uma reorganização do grupo, ao que respondeu que não tinha condições físicas e psicológicas para comprometer-se⁴³⁴. O relato de Luiz Carlos Santana sobre o militante Nei de Grandi – sobre o qual não temos outras informações – é representativo do momento vivenciado pelos militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul, de forma geral, após 1972: “O Nei (...) foi preso, re-preso, e saiu da cadeia psicologicamente detonado. Não tinha nem como conversar com ele. Porque ele não saiu da AP, ele saiu da própria vida (...)”⁴³⁵. Assim, podemos dizer que a ditadura de segurança nacional atingiu seu objetivo quanto à repressão contra a Ação Popular, ao menos no Rio Grande do Sul: destruir não apenas a organização, mas as pessoas que a compunham, inviabilizando, ao menos por um longo período de tempo, qualquer rearticulação política por parte delas.

⁴³³ SANTANA, Luiz Carlos. **Entrevista com Luiz Carlos Santana**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 208.

⁴³⁴ Nilce Azevedo Cardoso. Porto Alegre, 25.02.2015.

⁴³⁵ SANTANA, Luiz Carlos. **Entrevista com Luiz Carlos Santana**. In: PIRES, Thiago. **Fazendo Revolução...** *Op. Cit.*, p. 208.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As frases que escrevemos ao final do terceiro capítulo fazem com que, ao encerrar este trabalho, não nos seja possível impedir a tristeza de se manifestar. Após tanto pesquisar a Ação Popular, conhecer alguns de seus militantes – hoje e, de certa forma, no passado – e refletir sobre suas trajetórias, ideias, sonhos e lutas, é doloroso reconhecer que a ditadura de segurança nacional, ao fim, a venceu. Ao retomar as análises desenvolvidas ao longo do texto, entretanto, ressurgem a esperança. A complexa trajetória desta organização e suas relações com a – ainda mais complexa – classe trabalhadora no Rio Grande do Sul nos dá motivo para isso, pois como lembrou Dilza de Santi em uma de nossas entrevistas – falando sobre a greve no ABC que o grupo no qual ela participava estava preparando quando a repressão os atingiu –, aquilo que não se realiza deixa sementes⁴³⁶. Assim, temos esperança que este trabalho possa, de algum modo, contribuir para a revitalização do sonho e da luta por uma sociedade socialista, justa e fraterna.

A questão que nos intrigava e fazia-nos mover a pesquisa dizia respeito às estratégias de integração da Ação Popular do Rio Grande do Sul na classe trabalhadora. Quais eram elas? De quais formas se desenvolveram, na prática? Como e por que elas se modificaram e em que medida permaneceram iguais ao longo do tempo? Para enfrentar estes problemas, necessitávamos, primeiramente, conhecer a fundo a História da Ação Popular no Brasil. Como ela surgiu e se desenvolveu? Como sua trajetória se relaciona com o contexto político, econômico e social do período? Como a historiografia tratou, até o momento, todas estas temáticas? Estas questões deram origem, como se percebe, ao primeiro capítulo.

Em síntese, o primeiro capítulo revela que a Ação Popular estabeleceu uma relação aparentemente contraditória com o governo João Goulart. Enquanto seu Documento-Base criticava-o por seu reformismo, seus militantes engajavam-se na luta pelas reformas de base e inseriam-se em diversas ações governamentais. Percebemos, contudo, que esta colaboração era parte da estratégia da AP para

⁴³⁶ Dilza de Santi. Porto Alegre, 24.02.2015.

desenvolver os setores de trabalho considerados prioritários: os movimentos operário e camponês. Com o golpe de Estado em 1964, a organização enfrenta a primeira crise. Divergências afloram no seu interior a respeito de como reagir a ele. Por fim, a organização decide resistir e explicita sua nova orientação em um documento de 1965, a *Resolução política*. A influência da Revolução Cubana, bastante clara no citado documento, entra em queda após o atentado no Aeroporto dos Guararapes, no Recife. A partir de então, o maoísmo ganha espaço. Sua máxima expressão prática na organização seria a política de integração na produção, que em 1969 seria radicalizada e tornada requisito para a militância da Ação Popular. Novas crises e cisões se sucederiam, sobretudo em decorrência das discussões a respeito da existência ou não de um partido de vanguarda da classe trabalhadora. Este processo culminaria com a criação da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil em 1971 e a incorporação de grande parte dos militantes ao PCdoB dois anos depois.

O estudo da trajetória sintetizada acima foi fundamental para a construção da dissertação como um todo, pois esta consiste em uma abordagem regional a respeito de uma organização nacional. Além disso, ele permite que não se perca a perspectiva de totalidade, traçando relações entre a especificidade do objeto e seu contexto histórico. O interlúdio proposto no primeiro capítulo, no entanto, não é menos importante. Nele, tratamos de esclarecer minimamente o que entendemos por “classe trabalhadora”, sem deixar de diferenciar nosso conceito daquele (ou daqueles) que a Ação Popular construíra ao longo de sua experiência. Além disso, situamos a pesquisa na historiografia existente sobre o tema, buscando contribuir para a crítica a certa perspectiva revisionista que acaba por culpabilizar a esquerda e a classe trabalhadora pelo golpe de 1964. Consideramos que esta discussão suscita, ainda, outras pesquisas que possam ampliar o conhecimento histórico a respeito das relações entre partidos e organizações de esquerda e os trabalhadores no período, bem como os papéis desempenhados pelos mesmos naquele contexto.

No segundo capítulo, passamos a dissertar diretamente sobre o tema da pesquisa. Questionávamos, ali, sobre como teria se dado o surgimento e a consolidação da Ação Popular no Rio Grande do Sul. Quais eram as áreas de atuação de seus militantes? Quais foram e como se desenvolveram as estratégias da organização, neste período, para aproximar-se da classe trabalhadora? Vimos que, do mesmo modo que no âmbito nacional, no Rio Grande do Sul a AP surgiu

basicamente de setores da juventude católica – sobretudo da JUC. Fruto de articulações anteriores à sua fundação, a organização rapidamente conquistou a hegemonia no movimento estudantil. No contexto marcado pela “efervescência” política e social, a AP inseriu-se em diversas frentes de trabalho. Identificamos, porém, que aquele momento foi marcado por uma fluidez na fronteira entre o que era Ação Popular e o que eram atividades de outros grupos, porque na prática os militantes da organização estavam inseridos em diversos movimentos. As estratégias de integração na classe trabalhadora, naquele contexto, podem ser caracterizadas como educativas e organizativas, pois foram desenvolvidas a partir das experiências com a alfabetização de adultos no método Paulo Freire e com a assessoria sindical através da Secretaria do Trabalho.

A crise causada na organização pelo golpe de 1964 pode ser compreendida pelo próprio dinamismo que caracterizava a organização no período anterior. A Ação Popular era, por assim dizer, uma organização aberta, e aí consistia o “segredo” de seu rápido crescimento. Para responder à nova conjuntura, no entanto, precisou reformular-se. Suas primeiras tentativas neste sentido, bem como os primeiros efeitos da repressão sobre ela em âmbito regional, foram também analisados no segundo capítulo.

É no terceiro e último capítulo da dissertação, no entanto, que a reestruturação da AP do Rio Grande do Sul após o golpe de 1964 passa ao centro da análise. Identificamos que teve grande importância, neste processo, o maior protagonismo conquistado na organização por militantes oriundos da JOC. A partir disso, verificamos que as estratégias de integração na classe trabalhadora foram também transformadas, passando a ser caracterizadas por uma maior participação dos militantes da AP nas lutas operárias. A pesquisa possibilitou compreender, ainda, a relação dialética estabelecida entre a Ação Popular e a classe trabalhadora organizada, de um lado, e o Estado ditatorial, de outro. À medida que o Estado transformava-se, recrudescendo as práticas de repressão, a oposição também se modificava, de modo a permanecer existindo.

Após a decretação do AI-5, verificamos novas modificações na Ação Popular. A cisão do grupo que garantia o contato com metalúrgicos e calçadistas; a saída de militantes que não concordavam com a política de integração na produção e com o maoísmo; e o deslocamento de militantes para outros estados do país significaram nova crise para a organização. As experiências da integração na

produção no Rio Grande do Sul, neste contexto, cumpriram o papel de revitalização da AP. Além disso, possibilitaram um novo momento na relação da organização com a classe trabalhadora. A vivência diária e a permanência da estratégia de trabalho político no interior das fábricas e bairros chamaram a atenção dos militantes para o que Nilce Cardoso denominou como o “sentir diferente” da classe trabalhadora. Assim, percebemos que a integração na produção contribuiu, na prática, para uma complexificação das relações dos militantes com os trabalhadores – o que, como afirmamos, revela-se como um “potencial em longo prazo” da organização que, por diversos motivos, não fora efetivado.

Por fim, verificamos que a ação do aparato repressivo foi efetiva na desarticulação da AP do Rio Grande do Sul no ano de 1972. Enquanto em outros estados a organização prosseguiria suas atividades até o início da década de 1980 – certamente em escala bastante reduzida –, no RS ela não conseguiria reagir à ofensiva representada pelas prisões em massa ocorridas em abril e maio daquele ano. Assim, a experiência histórica da Ação Popular do Rio Grande do Sul chegou ao fim em 1972.

Como argumentamos no início destas considerações, entretanto, a pesquisa realizada tem o potencial de abrir uma perspectiva de esperança, pois problematiza a experiência da organização visando contribuir para a construção do conhecimento histórico. Muitas possibilidades ficaram abertas ao final da investigação, como um maior aprofundamento a respeito da organização nas cidades do interior – sobretudo Pelotas, Santa Maria e Passo Fundo –, que por falta de entrevistados não nos foi possível. De modo geral, entretanto, concluímos que as estratégias de integração da Ação Popular na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul – objeto central da análise – passaram por diversas transformações ao longo do período abordado. A compreensão deste processo demanda uma confrontação entre a análise das entrevistas e a leitura crítica da bibliografia – o que, como o leitor pôde perceber, procuramos realizar ao longo do trabalho.

FONTES

1) Entrevistas:

BECKER, Maria Josefina; CARDOSO, Nilce Azevedo; CRAIDY, Carmem Maria; GRASSI, Luiz Antônio Timm; GRASSI, Marisa Soares. Porto Alegre: 05.09.2013. Entrevistador: Cleverton Luis Freitas de Oliveira. Arquivo de áudio: 2h17min57s.

BITTENCOURT, Sérgio Luiz. **Entrevista com Sérgio Luiz Bittencourt**. In: PIRES, Thiago Vieira. **Fazendo Revolução a vida inteira: Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015, pp. 233-264.

CARDOSO, Nilce Azevedo. Porto Alegre: 25.02.2015. Entrevistadores: Cleverton Luis Freitas de Oliveira; Thiago Vieira Pires. Arquivo de áudio: 2h10min06s.

CARDOSO, Nilce; VIOLA, Solon; PIRES, Thiago. **Nilce Azevedo Cardoso: Relembrar é preciso**. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório Azul 2011 – Complemento**. Porto Alegre: ALERGS, 2011, pp. 3-27.

CARRION, Raul. Porto Alegre: 25.02.2015. Entrevistador: Cleverton Luis Freitas de Oliveira. Arquivo de áudio: 37min18s.

CRAIDY, Carmem Maria; SANTI, Dilza Maria Rodrigues de. Porto Alegre: 26.10.2013. Entrevistador: Cleverton Luis Freitas de Oliveira. Arquivo de áudio: 2h06min27s.

GOMES, Antônio Ramos. Porto Alegre: 26.10.2013. Entrevistador: Cleverton Luis Freitas de Oliveira. Arquivo de áudio: 1h21min02s.

LOGUÉRCIO, Antônia Mara Vieira. **Entrevista com Antônia Mara Vieira Loguércio**. In: PIRES, Thiago Vieira. **Fazendo Revolução a vida inteira: Memória**

e Resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015, pp. 278-304.

LOSS, José. Porto Alegre: 18.09.2015. Entrevistador: Cleverton Luis Freitas de Oliveira. Arquivo de áudio: 1h01min31s.

SANTANA, Luiz Carlos. **Entrevista com Luiz Carlos Santana**. In: PIRES, Thiago Vieira. **Fazendo Revolução a vida inteira: Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015, pp. 197-218.

SANTI, Dilza Maria Rodrigues de. Porto Alegre: 24.02.2015. Entrevistador: Cleverton Luis Freitas de Oliveira. Arquivo de áudio: 1h05min30s.

SILVA, Antônio Carlos Rodrigues da. Entrevista por e-mail: 05.12.2014 à 17.03.2016. Entrevistador: Cleverton Luis Freitas de Oliveira.

VELHO, Sebastião. Porto Alegre: 18.09.2015. Entrevistador: Cleverton Luis Freitas de Oliveira. Arquivo de áudio: 1h33min27s.

2) Periódicos:

Jornal Correio do Povo, 8 de janeiro de 1965. **IPM sobre “Grupão” encaminhado à Procuradoria Geral do Estado**. Acervo de Imprensa – Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre – RS.

3) Documentos da Ação Popular:

AÇÃO POPULAR. **Documento-Base**, 1963. In: LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: Hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979, pp. 118-144.

AÇÃO POPULAR. **Resolução Política**, 1965. *Apud* FILGUEIRAS, Otto. **Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular**. Vol. I – Primeiros tempos. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014, pp. 265-279.

AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL. **Programa Básico**, 1971. *In*: REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda de 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, pp. 293-305.

4) Documentos oficiais:

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. Departamento Central de Informações. **Relatório de Atividades Subversivas da APML do B**. 1972. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 5786-1200/98-9, solicitação de indenização de José Antônio Fonseca conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 6846-1200/98-7, solicitação de indenização de Antônia Mara Vieira Loguércio conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 6845-1200/98-4, solicitação de indenização de José Vieira Loguércio conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 2720-1200/98-9, solicitação de indenização de Amílcar Goyheneix Gigante conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 3577-1200/98-9, solicitação de indenização de Alceu Salamoni conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

FUNDO COMISSÃO ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO, processo nº 4305-1200/98-1, solicitação de indenização de Antônio Camelato Voltan conforme a lei estadual 11.042 de 1997. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

5) Sites visitados:

1) Site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acessado em 25.03.2015 às 20h37min

2) Site da União Nacional dos Estudantes. Disponível em <<http://www.une.org.br/presidentes>>. Acessado em 08.02.2016 às 19h48min.

3) Site do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre – STIMEPA. Disponível em <[www.stimepa.org.br /conteudo/2/historia.html](http://www.stimepa.org.br/conteudo/2/historia.html)>. Acessado em 15.03.2016 às 19h07min.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves et. al. (coords.). **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. 5 v.

ALVES, Francisco. **Governo Prefeito Farydo Salomão**. Biblos, Rio Grande, v. 3, 1990, pp. 19-47.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006

_____. **Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

_____; GÉRTZ, René. **Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 173-194.

BRASIL – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final**. Vol. II – textos temáticos. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final**. Vol. III – mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014.

CARVALHO, Yuri Rosa. **“Se dez vidas tivesse, dez vidas daria”**: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência

(1964-1971). Dissertação (Mestrado em História). 268f. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

COMBLIN, Joseph; **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, Sem data.

DIAS, Cristiane. **Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul**: 1962-1972. Dissertação. (Mestrado em História). 194f. Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2011.

DREIFUSS, René A. **1964**: A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Hugo. **A Ação Popular e a questão do humanismo**: das origens cristãs ao marxismo (1963 – 1973). Dissertação (mestrado em História). 126f. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

FERNANDES, Ananda. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: As conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

FERREIRA, Marieta. ABREU, Alzira (et. al.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FILGUEIRAS, Otto. **Revolucionários sem rosto**: uma história da Ação Popular. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

FIORI, Ernani. **Aprender a dizer a sua palavra**. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, pp. 7-22.

FONTANA, Josep. **História, análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GALVÃO, Cláudia. **Texto para discussão n° 617 – Sistemas industriais localizados: o Vale do Paranhana – Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ministério do Planejamento e Orçamento, 1999.

GASPAROTTO, Alessandra. **“O Terror renegado”**. Uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5ª Ed. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2014.

GUEVARA, Ernesto. **A Guerra de Guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

HOBSBAWM, Eric. **As perspectivas da democracia**. In: HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 97-115.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique. **1968: Contestação e utopia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

LINDEN, Marcel. **História do trabalho para além das fronteiras**. Cadernos AEL, v.17, n. 29, 2010, pp. 33-66.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LIMA, Mateus; KONRAD, Diorge. **Estudantes, trabalho e classes sociais**. Revista Latino-Americana de História Edição Especial – Lugares da História do Trabalho, vol. 1, nº 3, Março de 2012, pp. 525-535.

MAESTRI, Mário. **Prefácio**: Primeiros tempos de luta e esperança. In: FILGUEIRAS, Otto. **Revolucionários sem rosto**: uma história da Ação Popular. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014, pp. 13-20.

MANSAN, Jaime. **Os expurgos na UFRGS**: Afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O governo João Goulart**: novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, nº 55, 2008, p. 245-263.

_____. **As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964**. In: TOLEDO, Caio Navarro. **1964**: o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Ed. Em Debate/ UFSC, 2014, p.55-80.

MELO, Demian Bezerra. **Ditadura “civil-militar”?** controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon, n. 27, ano 13, 2012, p. 29-39.

_____. **Introdução**: Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 17-49.

NEGRO, Antônio Luigi. **Linhas de montagem: O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. **A Ação Popular no Rio Grande do Sul: História e Memória de uma práxis política**. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2014.

PADRÓS, Enrique S. **Usos da Memória e do Esquecimento na História**. *Letras*, Santa Maria, n.22, Jan/Jun. 2001, p. 79-95.

_____. **HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E ARQUIVOS REPRESSIVOS**. Florianópolis, v.1, n.1, Jan/Jun. 2009, p. 30-45.

_____. **Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional**. In: GALLO, Carlos; RUBERT, Silvania. **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Deriva, 2014, p. 13-36.

_____, Enrique; LAMEIRA, Rafael. **1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão**. In: PADRÓS, Enrique; Et al. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória**. 2ª Ed., V.1. Porto Alegre: Corag, 2010, pp. 33-50.

_____, Enrique Serra *et al* (orgs.). **Memória, verdade e justiça: as marcas das ditaduras do Cone Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo, nº15, abr. 1997, p. 25.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, 2010, p. 171-186.

_____. **Os dois guerreiros**, O Globo, 23 de Maio de 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Ação Popular: cristianismo e marxismo**. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.) **História do marxismo no Brasil**. Vol. 5 – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: ed. Da UNICAMP, 2002, p. 213-273.

RODEGHERO, Carla. **Regime militar e oposição**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; GERTZ, René. **História Geral do Rio Grande do Sul – República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. V. IV. Passo Fundo: Méritos, 2007, pp. 83-116.

RODRIGUES, Gabriela. **Cronologia – O 68 no Rio Grande do Sul**. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique. **1968: Contestação e utopia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, pp. 133-142.

SANTANA, Cristiane Soares. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). 134f. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

_____. **O processo de “integração na produção” da Ação Popular**. Projeto História, São Paulo, n. 39, pp. 321-329, jul./dez. 2009.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE PORTO ALEGRE. **Revista comemorativa aos 75 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.** Porto Alegre, março de 2006.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários:** memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1981.

SOUZA, Luiz Alberto Gómes. **Ernani Fiori:** um pensamento fértil na consciência latino-americana. Síntese, nº 34, 1985, pp. 27-43.

THOMPSON, Edward Palmer. **Prefácio.** *In:* THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira.** Folha de São Paulo, 5 de março de 2009.

VINYES, Ricard. **La memória del Estado.** *In:* VINYES, Ricard (org.). **El Estado y la memoria:** gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. Barcelona: RBA, 2009.

WASSERMAN, Claudia. **O golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil.** *In* PADRÓS, Enrique Serra *et al* (orgs.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985):** História e memória. Vol.1. Porto Alegre: Corag, 2010. P. 51-70.

_____. **O império da Segurança Nacional:** o golpe militar de 1964 no Brasil. *In* WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. **Ditaduras Militares na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.